

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd - So

PAMELLA CAROLINA DE SOUSA PACHECO CARVALHO

JUSTIÇA NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM OLHAR FEMINISTA
PARA A PLATAFORMA SUCUPIRA (2013-2022)

Sorocaba/SP

2026

PAMELLA CAROLINA DE SOUSA PACHECO CARVALHO

**JUSTIÇA NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM OLHAR FEMINISTA
PARA A PLATAFORMA SUCUPIRA (2013-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd - So, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutorado em Educação, na Linha de Pesquisa: “Formação de educadores, Cotidianos e Práticas Educativas”.

Orientação: Profa. Dra. Daniela Auad

Sorocaba/SP

2026

Carvalho., Pamella Carolina de Sousa Pacheco

Justiça na pós-graduação: um olhar feminista para a
Plataforma Sucupira (2013-2022) / Pamella Carolina de
Sousa Pacheco Carvalho. -- 2026.
187f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Daniela Auad

Banca Examinadora: Ana Luisa Alves Cordeiro, Denize
de Aguiar Xavier Sepúlveda, Rosa Aparecida Pinheiro,
Vivianne Melo de Mendonça

Bibliografia

1. Pós-graduação. 2. Justiça acadêmica, epistêmica e
científica. I. Carvalho., Pamella Carolina de Sousa
Pacheco. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

Folha de Aprovação

Assinaturas da Comissão Examinadora que Avaliou e Aprovou a defesa da Tese de
Doutorado em Educação da candidata Pamella Carolina de Sousa Pacheco Carvalho,
realizada em 27/02/2026

Profª. Dra. Daniela Auad (Orientadora)
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Sorocaba

Profª. Dra. Rosa Aparecida Pinheiro (Membro Titular Interno)
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Sorocaba

Profª. Dra. Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda (Membro Titular Externo)
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profª. Dra. Vivianne Melo de Mendonça (Membro Titular Interno)
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - *Campus* Sorocaba

Prof. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro (Membro Titular Externo)
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

“É preciso que a mulher escreva: que a mulher escreva sobre a mulher, e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto o foram de seus corpos” –
Helene Cixous, em *O Riso da Medusa*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, Senhor de todas as coisas, em quem confio plenamente, que caminhou ao meu lado nesse percurso acadêmico, me guiando, me inspirando e me mostrando o caminho. A fé nos leva a vários lugares inimagináveis.

Ao meu esposo e companheiro de jornada, Flávio, com quem divido sonhos, esperanças e trajetórias. Com toda a certeza, seu apoio e sua paciência me fizeram mais forte nessa caminhada. Aos meus amados filhos: Flávio e Flávia, minha fonte de força em cada dia, aqueles que me fazem olhar para o horizonte com confiança e determinação. A eles agradeço a compreensão, quando tantas vezes minha ausência foi sentida. Aos meus pais, Ilma e Geraldo, que plantaram em mim, desde sempre, a vontade de crescer, estudar, aprimorar, trabalhar e acreditar sempre além do que é visivelmente possível.

Agradeço de forma muito especial à minha querida orientadora, que acreditou nas minhas capacidades mais do que eu mesma, Profa. Dra. Daniela Auad, agradeço pela oportunidade, pelos ensinamentos e pela dedicação, com organização, carinho e cuidado, que me conduziram ao amadurecimento e progressão acadêmica.

Meu reconhecimento às professoras da Banca Examinadora pelas importantes contribuições para que minha pesquisa se tornasse cada vez melhor: Professora Denize Sepúlveda e professora Rosa Pinheiro, e aos professores que estiveram presentes em meu caminho, meus sinceros agradecimentos.

Às mulheres, feministas, pesquisadoras do Grupo Flores Raras, em especial a professora Dra. Cláudia Lanhi, que, ao lado da professora Daniela Auad, coordena esse grupo tão seletivo, vigoroso e determinado, um grupo coeso, forte e comprometido. Pelas contribuições com as pesquisas desenvolvidas com qualidade e comprometimento, por toda paciência e pelas palavras certas na hora certa.

Aos meus familiares, amigos e amigas, que escutaram tantas e tantas vezes sobre os passos dessa jornada; com muito carinho lembro de dedicar esse trabalho a uma amiga especial, Dra. Luciele Itaboray, você abriu esse caminho e sabe o porquê; ouviu minhas dúvidas, anseios e desde sempre, foi um importante apoio nessa trajetória. Aos professores e professoras, com quem tenho dividido a jornada em prol da educação em tantos anos de trabalho que tenho vivenciado, essa tese é também fruto de algumas conversas, reflexões e oportunidades de discussões, vocês participaram.

Registro meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos (fevereiro/24 à fevereiro de 2026), fundamental para a viabilização desta pesquisa, e à Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba pelo suporte institucional e pela excelência acadêmica que sustentaram este percurso formativo. O financiamento público à pesquisa representa, também, um compromisso coletivo com a produção de conhecimento científico e com a tríade de justiças que a presente tese conceitua, define e analisa: Justiça Acadêmica, Justiça Epistêmica e Justiça Científica.

CARVALHO, Pamella Carolina de Sousa Pacheco. **Justiça na pós-graduação: um olhar feminista para a Plataforma Sucupira (2013-2022)**. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas-CCHB, Universidade Federal de São Carlos–Campus Sorocaba/SP, 2026.

RESUMO

A presente tese analisa o acesso, a permanência e a representatividade das mulheres na pós-graduação brasileira, no período de 2013 a 2022, a partir de uma perspectiva feminista, adotando a categoria gênero e, de modo inédito, fundamentada em tríade de conceitos cujas definições têm seu processo de elaboração na nossa jornada de pesquisa. Tal tríade se refere às justiças acadêmica, epistêmica e científica. O estudo empreendido tem como objetivo central compreender em que medida o ingresso de mulheres nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil pode ser interpretado como expressão de justiça no campo educacional, considerando desigualdades históricas, estruturais e simbólicas que atravessam a produção do conhecimento científico. A principal fonte empírica dos dados públicos desta pesquisa é a Plataforma Sucupira, gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram analisadas informações relativas a discentes e docentes, organizadas inicialmente por gênero, região do país e área do conhecimento. Em relação à metodologia utilizada, a investigação articula análises quantitativas e qualitativas. A abordagem quantitativa envolve a sistematização e interpretação de dados estatísticos sobre matrículas de mulheres na pós-graduação, permitindo identificar tendências, disparidades regionais e diferenças significativas entre áreas tradicionalmente percebidas como masculinas, como Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias, e aquelas historicamente associadas ao feminino, como Ciências Humanas e Sociais, e, ainda, especialmente articuladas aos atos de cuidado. A abordagem qualitativa fundamenta e potencializa a análise, por meio de revisão bibliográfica e documental, com destaque para a construção de um estado da arte, a partir de três periódicos de referência no campo dos estudos de gênero e educação, a saber: Revista Estudos Feministas (REF), Cadernos Pagu e Revista Internacional de Educação Superior (RIESup). O referencial teórico da tese é baseado, principalmente, na obra da filósofa húngara Agnes Heller, “Além da Justiça” (1998), a partir da qual são discutidas as diferentes concepções de justiça e suas implicações para a educação superior. Em diálogo com autores e abordagens do campo feminista, a pesquisa propõe a ampliação do debate sobre justiça, ao considerar o acesso formal e indo para além dele, incorporando a noção de justiça epistêmica, entendida como reconhecimento e valorização dos saberes produzidos por mulheres, e de justiça científica, relacionada à equidade nos espaços de produção, legitimação e circulação do conhecimento. Os resultados apresentados evidenciam avanços no acesso das mulheres ao nível de ensino de pós-graduação no Brasil, ao longo do período analisado. São dados advindos de pesquisa extensa, aprofundada, e que revelam a persistência de desigualdades significativas, sobretudo em determinadas áreas do conhecimento e algumas regiões do país. Concluímos que, embora o aumento numérico da presença feminina represente um passo importante, apenas ele não é suficiente para alcançar a tríade almejada em nossa teorização, a saber: as justiças acadêmica, epistêmica e científica. Deste modo, restam ainda lacunares alguns processos, como a consolidação de políticas públicas, a mudança das práticas institucionais e a promoção de condições efetivas de permanência, reconhecimento e equidade. A presente tese busca contribuir para o atendimento dessas demandas e, ao relacionar justiça, educação e gênero, oferece subsídios teóricos e empíricos para a formulação de políticas voltadas à pós-graduação no Brasil.

Palavras-chave: Relações de gênero; Pós-Graduação; Justiça Acadêmica; Justiça Epistêmica; Justiça Científica

CARVALHO, Pamella Carolina de Sousa Pacheco. **Justice in Postgraduate Education: A Feminist Perspective on the Sucupira Platform (2013–2022)**. 187 p. Doctoral Dissertation (PhD in Education) – Center for Human and Biological Sciences (CCHB), Federal University of São Carlos – Sorocaba Campus, SP, Brazil, 2026.

ABSTRACT

This dissertation examines women's access, retention, and representativeness in Brazilian postgraduate education between 2013 and 2022, from a feminist perspective, adopting gender as an analytical category and, in an original contribution, grounding the analysis in a triad of concepts whose definitions were developed throughout the research process itself. This triad refers to academic justice, epistemic justice, and scientific justice. The central objective of the study is to understand to what extent women's entry into *stricto sensu* postgraduate programs in Brazil can be interpreted as an expression of justice within the educational field, considering the historical, structural, and symbolic inequalities that permeate the production of scientific knowledge. The primary empirical source of public data for this research is the Sucupira Platform, managed by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Data related to students and faculty members were analyzed, initially organized by gender, region of the country, and field of knowledge. With regard to methodology, the investigation combines quantitative and qualitative analyses. The quantitative approach involves the systematization and interpretation of statistical data on women's enrollment in postgraduate education, making it possible to identify trends, regional disparities, and significant differences between fields traditionally perceived as masculine, such as Engineering, Exact and Earth Sciences, and Agricultural Sciences, and those historically associated with the feminine, such as the Human and Social Sciences, as well as areas particularly linked to practices of care. The qualitative approach underpins and strengthens the analysis through bibliographic and documentary review, with particular emphasis on the construction of a state of the art based on three leading journals in the field of gender and education studies: *Revista Estudos Feministas* (REF), *Cadernos Pagu*, and the *Revista Internacional de Educação Superior* (RIESup). The theoretical framework of the dissertation is primarily grounded in the work of the Hungarian philosopher Agnes Heller, especially *Beyond Justice* (1998), from which different conceptions of justice and their implications for higher education are discussed. In dialogue with feminist scholars and approaches, the research proposes an expansion of the debate on justice by moving beyond formal access and incorporating the notion of epistemic justice, understood as the recognition and valorization of knowledge produced by women, and scientific justice, related to equity within the spaces of production, legitimation, and circulation of knowledge. The findings indicate advances in women's access to postgraduate education in Brazil over the period analyzed. These results stem from extensive and in-depth research and reveal the persistence of significant inequalities, particularly in certain fields of knowledge and specific regions of the country. The study concludes that, although the numerical increase in women's presence represents an important step forward, it is not, in itself, sufficient to achieve the triad proposed in this theoretical framework—namely, academic, epistemic, and scientific justice. Thus, important gaps remain, especially regarding the consolidation of public policies, changes in institutional practices, and the promotion of effective conditions for retention, recognition, and equity.

This dissertation seeks to contribute to addressing these challenges and, by articulating justice, education, and gender, offers theoretical and empirical support for the formulation of policies aimed at postgraduate education in Brazil.

Keywords: Gender Relations; Postgraduate Education; Academic Justice; Epistemic Justice; Scientific Justice.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Mulheres na pós-graduação	56
GRÁFICO 2 – Comparativo entre número de discentes mulheres e homens matriculados em pós-graduação no ano de 2022	62
GRÁFICO 3 – Comparativo entre número de discentes matriculados em pós-graduação nos últimos 10 anos, discentes mulheres e discentes mulheres nos cursos de Ciências Agrárias, Ciências Exata e da Terra, e Engenharias	65
GRÁFICO 4 – Percentual de Mulheres Docentes por Região	86
GRÁFICO 5 – Evolução de mulheres docentes por área de conhecimento (2013-2022)	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Artigos da Revista Estudos Feministas - REF	95
TABELA 2 – Artigos da Revista PAGU	112
TABELA 3 – Artigos da Revista Internacional de Educação Superior – RIESup	126

LISTA DE SIGLAS

APEC – Seminário Acadêmico Internacional da Universidade de Barcelona

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAPEEx – Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão

FG 13 – Fazendo o Gênero 13

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PPGED-So – Programa de Pós-Graduação em Educação – Sorocaba

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REF – Revista Estudos Feministas

RIESup – Revista Internacional de Educação Superior

SECHu – Seminário de Estudos da Condição Humana

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS: JUSTICA, RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	30
CAPÍTULO 2 - PANORAMA DO ACESSO DAS MULHERES À PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL (2013 – 2022).....	51
2.1 A Plataforma Sucupira e os dados da CAPES como fonte.....	52
2.2 Comparação por região.....	53
2.3 Análise geral.....	56
CAPÍTULO 3 - MULHERES EM ÁREAS DE CONHECIMENTO: PRESENÇA, AUSÊNCIA E RESISTÊNCIA	60
3.1 As grandes áreas de Engenharias e Ciências Exatas, Agrárias e da Terra	61
3.2 A grande área de Ciências Humanas, Ciências Sociais aplicadas, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar	69
3.3 A área do cuidado	72
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOCENTES: O REFLEXO DA CONTINUIDADE	76
CAPÍTULO 5 – O ESTADO DA ARTE: GÊNERO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO	90
5.1 História de Vida da Revista Estudos Feministas (REF).....	91
5.2 História de Vida da Revista Cadernos Pagu.....	111
5.3 História de Vida Da Revista Internacional de Educação Superior - RIESup.....	125
CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA ACADÊMICA, EPISTÊMICA E CIENTÍFICA. DA CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE JUSTIÇA	140
6.1 Justiça acadêmica: conceito e implicações.....	142
6.2 Justiça epistêmica: visibilidade e valorização do saber feminino	146
6.3 Justiça científica: equidade nos espaços de produção de conhecimento	151
CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUSÕES, DESCOBERTAS E PRÓXIMOS PASSOS.....	154
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS.....	177

INTRODUÇÃO

Começo esse trabalho refletindo sobre como chegamos até esse precioso momento acadêmico. A vida profissional se inicia num misto de expectativas e realidades. Graduada em Direito, com a intenção inicial apenas de formação intelectual e acadêmica, e certeza de que profissionalmente a ação primária seria advogar. Era nítido para mim o que eu faria a partir de janeiro de 2006.

Não me recordo de ter experimentado essa vontade de Cursar uma Pós-graduação *stricto sensu*, mas, por outro lado, me recordo de ter vivido durante a graduação muitas oportunidades de pesquisa e extensão, além de ter vivido a experiência de ser monitora de algumas disciplinas, tendo nesse contexto um contato muito íntimo com a docência. Justiça sempre foi um conceito que me rondava.

Fiz o que se esperava e atendi não só as expectativas familiares, mas as minhas; e assim advoguei por quase 10 anos, mantendo a minha atualização profissional no âmbito *lato sensu*. Fiz 4 pós-graduações no decorrer desse tempo. A primeira em Direito Público, ainda focada na advocacia no ano de 2006/2007. As outras formações vieram entendendo a necessidade de atualização para a carreira docente, realizei então uma pós-graduação em Saúde Pública no ano de 2018, uma terceira pós-graduação em Conciliação e Mediação de conflitos, no ano de 2019/2020 e, por fim, uma pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil, no ano de 2021.

Escrever sobre essa caminhada, esse histórico, essas motivações, me faz refletir também sobre a maternidade. Foi a maternidade que me oportunizou (ou melhor dizendo, me impeliu à) mudança de carreira, olhar para minha qualificação profissional e alçar novos voos. Assim começo minha história e trajetória docente, e conseqüentemente nos vemos diante desse documento – a escrita ambiciosa da minha tese de doutoramento.

Em janeiro de 2018, vivenciando uma parte da minha vida totalmente dedicada à maternidade, e retornando ao mercado de trabalho, assumo minha primeira turma de ensino Superior, uma experiência engrandecedora, e que me mostra uma série de oportunidades acadêmicas a serem alcançadas. Em seguida, em 2019, assumi a coordenação de um Curso de Direito em uma IES privada da cidade na qual moro. Foi

essa Instituição que me abriu as portas do trabalho docente, e também do trabalho como gestora.

Nos últimos anos, quando me tornei professora, e ao atuar assiduamente na coordenação do Curso, passei a pensar criticamente os espaços educativos e as relações de acesso e permanência. Dentre vários pontos que me marcaram, um deles foi perceber o ingresso no ensino superior de um coletivo de minorias que chegam à Universidade privada, mas que a cada semestre não seguiam em frente.

O que se pode perceber e se questionar dessa vivência é que o acesso ao ensino superior estava sendo realizado de forma clara, alunos ingressaram seja mediante cotas, seja por meio de programa e políticas públicas do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), políticas que se mostraram efetivas na prática do acesso; porém, de outra monta percebia-se também que uma quantidade considerável desses discentes não conseguiam se manter, permanecer no ensino superior, efetivamente aprender, apreender, compreender, crescer em criticidade.

Quantos desses alunos, estando ali em busca de uma mudança de vida, de *status* social, em busca de melhorias na sua vida pessoal, com um sonho propriamente de mudar não só a sua vida, mas a vida de todos à sua volta, sua família, e que no decorrer de um semestre não consegue dar continuidade a essa intenção. Quanto dessas políticas de acesso efetivamente são transformadoras?

Foram três anos (2019/2020/2021) acompanhando esse acesso, a entrada, o ingresso no ensino superior, e atendendo alunos para que pudesse compreender o motivo de sua não continuidade, vivenciando em sala de aula as dificuldades, percebendo que não bastava aquele aluno estar ali, não bastava aquele estudante ter tido acesso ao Ensino Superior, era preciso muito mais.

Assim, enquanto docente e também à frente da coordenação de Curso, meu papel era muito maior do que só estar em sala de aula e contribuir com o crescimento e aprendizados daqueles alunos, era muito mais do que abrir seus olhos e sua mente e transformar aquelas experiências trazidas com eles, aquelas experiências de vida, em algo muito mais sólido e direcionado profissionalmente para que pudessem estar aptos ao mercado de trabalho que em breve os acomodaria (será?).

Meu papel era também o de escutar, acolher, entender e tentar mudar um cenário que estava cada vez mais presente: a permanência desse discente dependia não só dele, mas de ações, efetivas, práticas reais de mudança de cenário, de políticas tais que pudessem fazer que se desse a esse aluno uma real oportunidade de permanência.

E aqui, ainda na Introdução, faz-se necessária uma ressalva. A palavra *real* aparecerá uma dezena de vezes ao longo da presente tese. Essas aparições são propositais e propositivas, uma vez que expressam nossa concepção acerca da existência de slogans no interior das políticas públicas e, especialmente, nas educacionais, bem como nas práticas educativas, acadêmicas e científicas.

O adjetivo *real* se coloca em nosso texto como oposição ao modo que determinadas palavras são utilizadas para conferir legitimidade às iniciativas e ações, às políticas de governo e de Estado, aos planejamentos pedagógicos e planos de governo, mas, contudo, não se revertem em números que efetivamente correspondem à democratização, à diversidade, à justiça e à equidade¹.

Nesse sentido, o uso recorrente do adjetivo *real* nesta pesquisa está diretamente relacionado à compreensão crítica do funcionamento dos slogans no campo das políticas públicas, particularmente no âmbito educacional. Conforme discutido na literatura que fundamenta este estudo, slogans são construções discursivas dotadas de forte poder simbólico, capazes de sintetizar demandas sociais legítimas e mobilizar consensos em torno de ideias como diversidade, inclusão, equidade e justiça. No entanto, quando apropriados de modo acrítico por discursos institucionais, esses termos podem operar como palavras de ordens esvaziadas de conteúdo transformador, funcionando mais como instrumentos de legitimação retórica do que como expressões de mudanças efetivas nas condições materiais e simbólicas da vida social.

Assim, ao empregar o termo *real*, a presente tese busca discutir a distância existente entre o discurso e a prática, entre a retórica das políticas educacionais e seus efeitos concretos, especialmente no que diz respeito ao acesso, à permanência e à representatividade das mulheres na pós-graduação. Trata-se de uma escolha conceitual que se opõe ao uso de palavras que, convertidas em slogans, produzem a aparência de justiça, igualdade ou inclusão, mas que não se sustentam quando confrontadas com dados empíricos, análises estatísticas e trajetórias acadêmicas concretas. O *real*, portanto, não é mobilizado como simples qualificador linguístico, mas como categoria analítica que permite desvelar quando e como determinadas expressões deixam de ser promessas

¹ Para detalhes sobre o modo como utilizamos a concepção dos slogans para avaliações de políticas públicas e práticas educativas, acessar a dissertação de mestrado de Fernanda Bichara da Silva, orientada pela Professora Daniela Auad, coordenadora do grupo de pesquisa onde a presente tese também se desenvolveu. O estudo foi defendido em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulado “Diversidade e Educação: dos equívocos do slogan às potentes intersecções das categorias sociais”.

políticas para se tornarem práticas efetivas ou permanecem restritas ao campo do enunciado.

Nas palavras de Daniela Auad e Cláudia Lahni (2013, p.119) “É comum encontrar, na atualidade, o uso do termo diversidade como slogan que pode reforçar a invisibilidade das minorias sociais em suas especificidades geracionais, raciais, de classe, de gênero e de orientação sexual.”

Motivada por esse incômodo, refleti sobre a proposta de um projeto de pesquisa em uma Universidade Pública, com a verdadeira intenção de perceber, mensurar e dominar como podemos transformar esse acesso não só de uma forma simples, mas também como seria possível, transformarmos efetivamente o acesso em permanência.

Além disso, perfazendo um caminho ainda mais específico, quais minorias estariam efetivamente representadas nesse acesso, nesse caminho de justiça social de acesso ao ensino superior? Qual a representatividade que alcançamos?

Para mim, não foi só uma decisão que envolvia assumir um desafio no campo teórico enquanto pesquisadora, mas também uma oportunidade de mudar a realidade social daqueles que vinham até o Ensino Superior em busca de mudança de vida. Buscar apoiar, de maneira real, efetivando mudanças, saberes e ações, que pudessem efetivamente trazer para nossa sociedade mais justiça social e, conseqüentemente, mais educação.

Pergunto: a quem interessa que esses alunos cheguem às Universidades? Mas a quem efetivamente interessa essas mudanças?

Chegada a hora da escolha da orientadora, não tive dúvidas. A escolha de enviar minha pesquisa para a Dra. Daniela Auad não foi aleatória. Estando gestora do curso de Direito, tive a oportunidade de receber para uma palestra online em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, uma pesquisadora que vive o feminismo de forma intensa. Uma palestra que pretendia de alguma forma, não só destacar a necessidade de lembrarmos sempre de todas as lutas que as mulheres vivenciaram para que estivéssemos hoje aqui, mas também uma palestra que me fez ter a certeza de que uma mulher com um currículo repleto de destaques, pudesse ser o suporte que eu precisava para tirar aqueles planos do território dos pensamentos e colocá-los em prática. Passei a acompanhar a trajetória profissional da professora Daniela, e soube do processo seletivo na UFSCar-So, onde plantei então minhas sementes acadêmicas.

Desse modo, após aprovada no programa inicialmente de mestrado, iniciei meu processo de orientação. Nesse momento inicial pude compartilhar todas as minhas

angústias e anseios, e perceber que tudo o que eu pretendia era grande demais, mas possível. Num primeiro momento, pensar que o mestrado seria realizado em São Paulo era uma dificuldade, que foi superada por algumas disciplinas realizadas em formato híbrido e a orientação sempre presente, organizada, direcionada de minha orientadora. Também ingressei no grupo Flores Raras – Grupo de Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos, coordenado por Daniela Auad e Cláudia Regina Lahni. No grupo, pude encontrar outras pesquisadoras de diferentes lugares do país, o que foi fonte de fortalecimento tanto academicamente quanto afetivamente, através dos compartilhamentos entre nós.

No primeiro ano do mestrado o foco foi direcionado para as disciplinas obrigatórias e a participação em eventos, além da realização do exame de proficiência. Tudo isso aconteceu de maneira rápida, organizada e objetiva. Foram cursadas, além das disciplinas obrigatórias do programa, algumas eletivas, e seguindo o cronograma sugerido pela orientadora, optei também por cursar uma disciplina eletiva em outra Instituição de Ensino Federal, a Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Essa disciplina, cursada no semestre 2022.2 foi de fato bastante importante na construção da minha visão sobre o objeto da pesquisa.

Destaco que nas nossas primeiras reuniões virtuais sobre o tema, objeto de pesquisa, e sobre minhas reflexões e ideias, minha orientadora me deu todo o suporte esperado, e talvez até muito mais do que isso. Ela foi, sem nenhuma dúvida, a pessoa que me direcionou.

E digo isso pois o Projeto apresentado à Banca examinadora do processo de seleção era um projeto técnico e talvez não amadurecido o bastante. Tínhamos ali a experiência profissional com discentes que acessavam o ensino superior e que, visivelmente, não conseguiam permanecer por inúmeros fatores que eu gostaria de conhecer, entender e pesquisar, mas tinha também uma pesquisa que pretendia mensurar esse quantitativo e talvez nela eu tenha depositado grandes expectativas não só profissionais, mas também pessoais.

Percebendo o tamanho do trabalho que seria essa mensuração, e entendendo posteriormente que nessa investigação da dissertação do mestrado não teríamos tempo suficiente para medir esses números, fomos trabalhando juntas em busca de um equilíbrio entre o que poderia ser feito.

Após alguns encontros, e também no decorrer do início das aulas na UFSCar-So, seguindo as instruções de leitura tão habilmente sugeridas, o trabalho foi ganhando forma, e esse relatório foi sendo desenhado.

Claro que iniciar um projeto de pesquisa tão grandioso tinha uma série de pontos positivos e outros negativos. O texto foi ganhando forma, e junto com ele o crescente incômodo sobre um tema mais aprofundado: será que quando refletimos sobre acesso e permanência no ensino superior, não conseguimos de alguma forma “mensurar”, de maneira real, o acesso de mulheres em nível de pós-graduação?

Na data de 16.06.2023, no dia da minha qualificação da dissertação do mestrado, tive uma grata surpresa, meu trabalho foi indicado pela banca para uma mudança de status, sendo sugerido que se alterasse o trabalho de mestrado para o doutorado direto.

A banca, formada pelas professoras Rosa Pinheiro, docente da instituição UFSCar-So, e pela professora Denize Sepúlveda, da UERJ, junto com a participação da minha orientadora, professora Daniela Auad, decidiu por unanimidade que meu trabalho teria potencial para ser aprofundado e apresentado diretamente como uma tese de doutoramento, e não mais uma dissertação de mestrado.

O programa fez uma série de solicitações para que se efetivassem as condições acadêmicas, e indo além, acabei cumprindo todos os outros créditos necessários, bem como, fiz um segundo exame de proficiência. Ainda, nasceu uma oportunidade de participar de um processo seletivo para bolsa de doutorado. Devido a algumas produções já viabilizadas no decorrer da vida acadêmica, consegui ter a bolsa do fomento CAPES, apoiando, portanto, os estudos previstos para a, agora, tese de doutorado.

Nesse caminho de tantas descobertas e oportunidades, não posso deixar de referenciar uma oportunidade de estágio docente realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, com o professor Rubens, na Faculdade de Educação, que tão prontamente atendeu meus anseios e necessidades de realização de estágio. Foram 12 meses de estágio semanal, que se mostrou uma forma de aprendizado além de compartilhamentos dos caminhos em que minha tese seguia, e a possibilidade de cursar uma disciplina que muito me auxiliou também nessa jornada, a saber, trata-se da “Tópicos especiais em Teams: justiça, educação e movimentos sociais”.

Muitos foram os aprendizados, outros tantos os desafios, uma quantidade infinita de informações e conteúdos sendo vivenciados, e uma única certeza: muito mais do que escrever esta tese, gostaria que este estudo efetivamente trouxesse transformações reais para a sociedade. Nesse cenário, um aprofundamento nos estudos me mostrou um nicho

ainda extremamente não discutido, e que, com total certeza, é um tema de fundamental importância para nossa sociedade: como tem se dado o acesso de mulheres ao ensino superior? Efetivamente esse acesso que vem sendo concretizado (já vivenciado na vida prática por mim enquanto gestora de curso de ensino superior) é de alguma forma mantido pelas mulheres? Considerando os desafios impostos às mulheres diariamente, estariam elas, acessando alguns nichos que historicamente são vistos como prioritariamente masculinos? E dessas primeiras reflexões mais profundas, nascem as questões, objetivos gerais e específicos da pesquisa que está sendo apresentada neste momento.

O que se pretendeu, portanto, no decorrer desses anos de pesquisa, foi mensurar algumas questões relacionadas ao acesso de mulheres na pós-graduação, questões como: qual é a representatividade de mulheres nos diferentes campos de estudo na pós-graduação brasileira? Existem áreas de conhecimento com maior disparidade de gênero entre os discentes? Como a presença de mulheres discentes em programas de pós-graduação no Brasil evoluiu ao longo do tempo, referencialmente nos últimos 10 anos? Existem tendências de aumento ou diminuição da desigualdade de gênero em certas áreas de conhecimento? Se considerarmos que as engenharias, ciências exatas e da terra, como áreas com maiores índices de discentes do sexo masculino, e se considerarmos, no mesmo sentido, que linguística, letras e artes, ciências humanas, ciências biológicas e ciências da saúde, além de ciências agrárias, seriam áreas com um maior número de discentes do sexo feminino, poder-se-ia avaliar ser uma predominância de gênero em alguma dessas áreas?

Existem áreas de conhecimento com maior disparidade de gênero entre os discentes?

Avaliamos também algumas comparações regionais. Existe variação regional na representatividade de mulheres discentes em programas de pós-graduação no Brasil? Além disso, é a representatividade de docentes? Como a representatividade de mulheres docentes em programas de pós-graduação varia entre diferentes regiões do Brasil?

Todas essas questões acima serão abordadas, apresentadas com enfoque em números. A metodologia utilizada será apresentada em um capítulo específico, mas não posso deixar de registrar que o foco era demonstrar não só os números brutos de acesso de mulheres, mas entender se esses números eram estatisticamente significantes, pois as disparidades são visíveis. A pesquisa se mostrou extremamente relevante, ainda mais nos últimos meses, durante o ano de 2025, quando se observou um esforço do governo federal no sentido de minimizar essas disparidades de gênero na pesquisa acadêmica, assunto esse que também será abordado no decorrer da presente análise.

Não posso deixar de salientar que os estudos foram intercalados com algumas apresentações de partes iniciais dessa pesquisa, e todas essas apresentações foram de extrema relevância para ouvir os participantes sobre o impacto que a pesquisa traz consigo, ter um olhar externo sobre os caminhos percorridos pela pesquisa e, além disso, nos trazer fôlego, coragem e força para continuar os estudos sobre um tema tão caro, tão relevante e tão atual.

Não posso deixar de destacar que, além dos encontros de orientação, a participação em alguns eventos específicos, sobre os quais apresentarei determinados informes neste momento, foi de fundamental importância acadêmica nessa jornada do doutorado.

Essas etapas metodológicas e analíticas demonstram não apenas o percurso investigativo traçado, mas também a perspectiva engajada adotada por mim, doutoranda, sob orientação da professora Daniela Auad, que buscou integrar produção de conhecimento e ação crítica. A seguir, são apresentados os principais desdobramentos dessas atividades, que subsidiam as reflexões centrais desta tese.

A primeira oportunidade de apresentação de trabalhos direcionados e vivenciados foi a exposição no Evento: II Seminário de estudos da Condição Humana (SECHu) com a explanação do trabalho “Justiça e educação: do diálogo sobre conceitos à mudança de práticas”. Esse trabalho foi apresentado no eixo temático “Vulnerabilidades Contemporâneas e direitos: vidas precárias e processos de resistência democráticos”. Essa apresentação ocorreu no dia 07 de julho de 2022 no formato online. Foi muito importante vivenciar essa primeira experiência em campo, assessorada pela minha orientadora, Daniela Auad, e poder, naquele momento, já apresentar um pequeno olhar sobre a pesquisa que estava ganhando forma.

Ainda, o diferencial no segundo semestre foi a participação no IX Seminário de Pesquisa e VIII Encontros de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-So.

No final do mês de setembro de 2022 pude experimentar a vivência de um evento de interação não só com discentes, mas também com os docentes do programa e convidados, com debates, pesquisa e principalmente: troca. Foi uma grande oportunidade de ouvir sobre o que os pós-graduandos estavam pesquisando, sobre quais temas se debruçavam, conhecer pessoalmente minhas já amigas digitais e, por fim, a oportunidade de apresentação do trabalho realizado para aquele evento.

No dia 26.09 tive a oportunidade de apresentar a Narrativa: **Tempo perdido em descobertas presentes: modos de entender a educação direito**, no Grupo de Trabalho Especial “Uma década de PPGEd Sorocaba: história, memória e devir”.

No mesmo evento, no dia 29.09, apresentamos o Resumo: **Agnes Heller e além da justiça: contribuições para a educação** no Grupo de Trabalho 03 – Desigualdades, movimentos sociais e processos educativos em tempos de “pós-pandemia”; esse trabalho foi um ponto crucial para entendermos que o assunto justiça permearia toda a atual pesquisa, e depois disso, passamos a entender como se daria o caminhar acadêmico proposto.

No mesmo ano, apenas um mês depois, publicamos no Anais do IX Seminário Acadêmico e Científico da Estácio Juiz de Fora – ISSN 2357-982X, o resumo de título: **Acesso e permanência no ensino superior: um mapeamento sistemático**.

Em 16.06.2023, na então qualificação do mestrado, foi apresentada em Banca, devidamente composta pelas professoras Denize Sepúlveda, da UERJ, e Rosa Pinheiro, da UFSCar-So, e encaminhada com decisão da Banca, que é Soberana, para doutoramento direto.

A caminhada acadêmica então foi profundamente impactada, e dessa decisão passamos a construir um arcabouço mais profundo de pesquisas para os próximos passos.

Em 2024 foi apresentado um breve estudo inicial do tema, no Seminário Internacional Fazendo o Gênero 13 (FG 13). O FG 13 foi realizado nas dependências da UFSC, em Florianópolis, Santa Catarina, de 29.07 a 02.08, e a autora participou presencialmente. O evento tinha como tema: “Contra o fim do mundo: anti-colonialismo, antifascismo e justiça climática” e teve como proposta a criação de um espaço interdisciplinar de diálogo, trocas e possibilidades de formação de redes transnacionais, que incluam pesquisadoras/es, artistas e também ativistas de movimentos sociais, articulando uma aproximação entre a academia e as experiências de mundo marcadas pela diferença e pela diversidade, nos atravessamentos de pesquisa, arte e ativismo.

Foi um evento grandioso, que contou, inclusive, com uma Marcha realizada no Centro da cidade, e reuniu não só ativistas, mas diversas acadêmicas mulheres, cientistas que discutiram durante três dias sobre os mais diversos assuntos, dentre eles: gênero, patriarcado, despolitização e feminismo. Com mais de 6.000 inscritos, a experiência foi engrandecedora, e a autora teve a oportunidade de apresentar o trabalho (que também está disponível em Anais Eletrônicos) com o título **Mulheres na pós-graduação: uma reflexão sobre as matrículas de 2013 a 2022**.

Ainda na sequência dos estudos, tive a oportunidade de apresentar um trabalho no 28º Seminário Acadêmico Internacional, APEC: Diáspora Científica e a Diversidade Cultural na Pesquisa na Universidade de Barcelona – em novembro de 2024, com o tema: **Justiça de gênero e acesso ao ensino superior: desafios e políticas de inclusão para mulheres nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias.**

Ao final do ano de 2024, a última publicação relevante desses quatro anos de pesquisa, a Revista Educação em Foco, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) publicou um Dossiê denominado “Justiça, educação e movimentos sociais” (v.28, n.54) no qual contribuímos com um artigo: **Mulheres na pós-graduação: conquistas e desafios à equidade.**

Todas essas experiências somadas foram de extrema relevância para que essa tese de doutorado fosse sendo construída de maneira sólida, profunda e com diversos olhares que puderam contribuir com as reflexões e anseios da autora.

Metodologia e objetivos

Esta tese foi estruturada em um percurso metodológico que contempla múltiplos enfoques para a compreensão do acesso, permanência e representatividade das mulheres na pós-graduação brasileira, articulando análises quantitativas e qualitativas. Cada capítulo apresenta uma abordagem específica e complementar, conforme detalhado a seguir.

Não podemos deixar de registrar que todo o arcabouço teórico teve como base a obra de Agnes Heller, *Além da Justiça* (1998), sobre a qual a autora se debruçou em busca da construção dos conceitos iniciais de justiça, os quais essa pesquisa seria baseada.

Adotamos também, por óbvio, uma abordagem feminista por compreendermos, com Heller, que “a responsabilidade ética é sempre responsabilidade por alguém” — neste caso, por aquelas cujas trajetórias são atravessadas por desigualdades de gênero ainda pouco enfrentadas pelas políticas educacionais.

Ao assumir a perspectiva feminista como fundamento teórico-metodológico desta investigação, entendemos que a produção do conhecimento não se realiza a partir de um ponto neutro. Nesse sentido, apoiamos nossas discussões em Donna Haraway (1988), ao sustentar que todo saber é localizado, isto é, produzido por sujeitos situados histórica e socialmente. A objetividade científica, sob essa perspectiva, não decorre da pretensão de

neutralidade, mas da explicitação da posição a partir da qual se fala. Tal compreensão encontra suporte também nas reflexões de Agnes Heller sobre os critérios historicamente mutáveis de justiça. Se, para Heller, as concepções de justiça são construídas em contextos concretos e respondem a experiências sociais determinadas, também o conhecimento que analisa tais critérios não pode ser desvinculado da posição de quem o produz. Assim, ao articular as contribuições de Heller com a noção de saberes localizados proposta por Haraway, esta tese assume que a investigação sobre o acesso de mulheres à pós-graduação brasileira é atravessada por uma perspectiva feminista, comprometida com a análise das desigualdades estruturais e com a construção dos conceitos da justiça acadêmica, epistêmica e científica. A condição da pesquisadora enquanto mulher inserida no campo da educação superior e integrante de grupo de pesquisa que problematiza relações de gênero não constitui um elemento externo à pesquisa, mas parte constitutiva de sua formulação.

No Capítulo 2, a análise quantitativa fundamenta-se nos dados públicos da Plataforma Sucupira, gerida pela CAPES. Foram coletados dados primários de discentes e docentes em programas de pós-graduação, organizados por região, área do conhecimento e gênero, abrangendo o período de 2013 a 2022. A metodologia envolveu consultoria estatística para seleção das variáveis, a partir dos objetivos da pesquisa, garantindo rigor e confiabilidade às análises das tendências de acesso e permanência femininas em diferentes campos científicos.

Já no Capítulo 3, apresentamos uma reflexão histórica e qualitativa sobre a inserção das mulheres em áreas tradicionalmente masculinizadas, como Engenharias, Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Essa análise foi conduzida a partir da interpretação dos dados estatísticos, aliada a um levantamento documental e bibliográfico, possibilitando entender as barreiras estruturais e culturais que influenciam a trajetória acadêmica feminina.

A metodologia do Capítulo 4 também é baseada em análises estatísticas aprofundando o estudo da permanência feminina no corpo docente da pós-graduação e, conseqüentemente, ampliando o olhar para a representatividade regional. Para isso, foram utilizadas metodologias qualitativas, que incluem análise documental através de revisões de artigos científicos publicizados sobre o tema.

O Capítulo 5 é dedicado ao estado da arte, construído por meio de uma investigação bibliográfica sistemática nas três principais revistas brasileiras que abordam a interface entre educação, gênero e justiça epistêmica: Cadernos Pagu, Revista Estudos

Feministas (REF) e Revista Internacional de Educação Superior (RIESup). A seleção e análise dos artigos possibilitaram identificar os debates teóricos e empíricos contemporâneos sobre as desigualdades de gênero na pós-graduação, enriquecendo a fundamentação teórica e apontando lacunas para investigações futuras.

Por fim, o Capítulo 6 retoma as discussões sobre justiça acadêmica, epistêmica e científica, construindo os conceitos centrais que orientam a análise da representatividade feminina no contexto das desigualdades estruturais e simbólicas do meio acadêmico. A metodologia aqui é predominantemente teórico-conceitual, articulando os achados empíricos com as reflexões filosóficas e sociais, consolidando o quadro analítico da tese.

Dessa forma, a presente pesquisa combina análises quantitativas, investigações qualitativas aprofundadas e uma revisão crítica da literatura especializada, configurando um estudo interdisciplinar, com pretensão de demonstrar a complexidade dos processos que permeiam o acesso e a permanência das mulheres na pós-graduação brasileira.

O objetivo geral desta tese é desenvolver uma análise crítica e abrangente sobre a relação entre justiça, educação, equidade de gênero e políticas públicas na sociedade contemporânea, considerando diferentes perspectivas teóricas e práticas, com destaque para a visão da autora húngara Agnes Heller sobre os critérios de justiça e as formas mutáveis de enxergá-los. O estudo pretende contribuir para o debate público e acadêmico sobre a importância do acesso de mulheres na área de ensino das pós-graduações, das políticas públicas afirmativas, do papel do Estado brasileiro e das Universidades no contexto de democratização do acesso à educação superior.

Ao apresentar o objetivo geral desta tese é fundamental explicitar a razão pela qual utilizamos, em diferentes momentos, tanto o termo igualdade de gênero quanto equidade de gênero.

O conceito de igualdade de gênero é tradicionalmente empregado em documentos oficiais, legislação e políticas públicas, estando associado à ideia de garantir às mulheres e aos homens as mesmas oportunidades, direitos e condições no Ensino Superior e na ciência. Entretanto, a análise desenvolvida neste trabalho aponta que a igualdade formal, por si só, não é suficiente para enfrentar as desigualdades históricas, estruturais e simbólicas que atravessam a trajetória das mulheres no universo acadêmico.

Por essa razão, esta tese também faz uso do termo equidade de gênero, compreendendo que, promover justiça requer considerar as diferentes condições de partida, experiências e obstáculos enfrentados por grupos historicamente marginalizados. A equidade pressupõe a adoção de estratégias diferenciadas e políticas afirmativas,

capazes de compensar desigualdades e criar condições efetivas para que mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos sub-representados, possam acessar, permanecer e se destacar na pós-graduação.

Dessa forma, os termos são utilizados de modo articulado, mas não como sinônimos. Igualdade de gênero é empregado quando se faz referência a princípios normativos ou à igualdade formal de direitos. Já equidade de gênero é acionado nos momentos em que se analisa a necessidade de ações concretas e diferenciadas para a superação das desigualdades estruturais e a promoção das diversas formas de justiça no contexto acadêmico.

Objetivos Específicos:

Para alcançar o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos serão perseguidos:

- a) Apresentar as diversas concepções de justiça em Agnes Heller como fundamento para a construção dos conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica.
- b) Analisar, a partir de dados estatísticos regionais da Plataforma Sucupira (2013–2022), o acesso de mulheres à pós-graduação no Brasil, discutindo-o como expressão da justiça acadêmica e considerando as singularidades regionais e o papel das políticas afirmativas.
- c) Examinar o acesso de mulheres às áreas historicamente masculinizadas, como Engenharias, Ciências Agrárias e da Terra e Tecnologias, estabelecendo comparações com áreas tradicionalmente femininas, a fim de identificar possíveis mudanças estruturais.
- d) Mapear a produção recente em revistas especializadas em feminismo e educação, evidenciando lacunas e atualizando o debate sobre mulheres e pós-graduação no Brasil.

Para tanto, ao alcançar esses objetivos específicos, a tese poderá contribuir para o avanço do debate teórico e prático sobre a relação entre justiça, acesso à educação, desigualdade de gêneros, e políticas públicas na sociedade contemporânea, possibilitando uma análise crítica e abrangente sobre essas temáticas. Além disso, a tese pretende fornecer subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça e da valorização das mulheres nesse grau de ensino.

É notório ressaltar que os conceitos que permeiam o tema, a exemplo: acesso, permanência e êxito no ensino superior, serão tratados também no decorrer dessa pesquisa, bem como a resposta à seguinte pergunta: estaríamos diante de políticas públicas tais que alcançam e garantem o acesso ao ensino superior?

Além disso, e nos aprofundando um pouco mais: uma vez estabelecida e garantida essa forma de justiça, estaríamos também diante da efetivação de ações, políticas ou movimentos sociais que vemos nesses últimos anos em nosso país, que são eficientes no quesito qualidade, ações de fomento à permanência e êxito dos alunos no ensino superior?

Para respondermos a algumas dessas questões, dialogamos acerca da educação e suas relações com equidade, igualdade, produção e distribuição de conhecimento. Deste modo, nossa abordagem inclui a consideração de fatores como a diversidade cultural, racial, sexual e de gênero, bem como a inclusão de variadas vozes marginalizadas e sub-representadas.

No âmbito desta tese, o termo inclusão é utilizado com intencionalidade e fundamentação teórica, indo além de um mero sinônimo de acesso ou de presença formal em espaços acadêmicos. Aqui, inclusão é entendida como a efetiva participação de grupos historicamente marginalizados e sub-representados, sejam eles mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ ou oriundos de contextos de vulnerabilidade social, nos processos de produção, circulação e validação do conhecimento científico. Isso implica não apenas permitir que tais sujeitos ingressem e permaneçam na pós-graduação, mas também garantir condições para que suas experiências, perspectivas e saberes sejam reconhecidos, legitimados e valorizados no interior da academia.

A relação entre inclusão, equidade e a tríade de justiças que pretendemos apresentar como reflexo das discussões em âmbito de grupo de pesquisa, quais sejam: justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica, e se dá justamente na medida em que a inclusão, como proposta nesta tese, demanda a superação das desigualdades estruturais e simbólicas, muitas vezes invisibilizadas por uma perspectiva meramente formal de igualdade. A inclusão só pode ser alcançada por meio da equidade, isto é, pela implementação de políticas e práticas que considerem as diferenças de ponto de partida, promovam ações afirmativas e criem oportunidades reais para a participação plena e representativa de todos os grupos.

Ao longo da tese, pretendemos que o uso reiterado do termo inclusão demonstre o compromisso com uma abordagem crítica, que reconhece que o acesso à pós-graduação,

entendida como justiça acadêmica, por si só, não garante justiça. É necessário garantir também a permanência qualificada e a representatividade, justiças epistêmicas e científicas, ampliando o alcance das vozes que historicamente foram silenciadas. Dessa forma, a inclusão está intrinsecamente vinculada ao propósito de justiça no campo educacional, articulando-se com a equidade e com a construção de uma universidade mais plural, democrática e comprometida com a transformação social.

A metodologia a ser aplicada nessa pesquisa será a revisão bibliográfica, com estudo e mapeamento dos artigos científicos existentes sobre o tema, de modo a nos dar o respaldo suficiente para a execução do que se pretende: uma análise sobre acesso e permanência na pós-graduação, considerando políticas afirmativas e realizações concretas a partir de sua implementação.

Não pretendemos esgotar o tema, mas intencionamos que a reflexão sobre essas políticas sirva de base para outros estudos sobre o tema, demonstrando as diversas acepções que a justiça pode assumir, e assim favorecer avanços a partir da educação superior e das análises sobre equidade de gênero.

Além disso, não podemos deixar de ressaltar que a decisão sobre a análise desse campo, com recorte de gênero na pós-graduação, levando-se em consideração os dados disponíveis na Plataforma Sucupira, se devem ao fato de que devido ao tempo e a complexidade dos temas e da grandeza dos números em questão, não seria possível inserir também, no bojo dessa pesquisa, as análises tão grandemente relevantes sobre raça e etnia. A plataforma Sucupira, utilizada para a coleta dos dados desta pesquisa, não permite a sobreposição de filtros entre as variáveis de gênero e raça/etnia, limitando-se à disponibilização dos dados de forma segregada.

Diante desse cenário, entendemos ser imprescindível o desenvolvimento de um estudo futuro que relacione essas duas dimensões: raça e sexo de maneira articulada, o qual pode ser realizado em um momento posterior a este doutorado. Tal pesquisa poderá ter como premissa fundamental a colaboração com parceiras e coautoras que, não sendo brancas, como a autora e orientadora desta tese, poderão oferecer uma análise mais aprofundada e representativa, capaz de dialogar com a complexidade e os desafios inerentes ao tema.

Adicionalmente, cabe destacar que levantamentos recentes, como o estudo divulgado pela FAPESP sobre a diversidade racial entre mestres e doutores no Brasil, evidenciam a existência e a importância da análise da intersecção entre raça e formação acadêmica no país. Esse estudo aponta para profundas desigualdades raciais no acesso e

permanência na pós-graduação, confirmando que a dimensão racial é um fator crítico a ser incorporado nas pesquisas sobre justiça acadêmica e representatividade.

Assim, entende-se que a presente investigação, embora rigorosa na análise da representatividade feminina, reconhece a necessidade de ampliar seu escopo para abarcar as múltiplas interseccionalidades que permeiam as desigualdades no ensino superior brasileiro.

Assim, ressalta-se que a presente investigação, embora rigorosa na análise da representatividade feminina, reconhece a necessidade de ampliar seu escopo para abarcar as múltiplas interseccionalidades que permeiam as desigualdades no ensino superior brasileiro. Nesse momento é relevante entendermos que nessa tese entende-se por interseccionalidade a perspectiva analítica que considera que as opressões e desigualdades sociais não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam e se potencializam mutuamente, articulando marcadores como gênero, raça, classe social, orientação sexual, e território. Desse modo, a condição das mulheres na pós-graduação não pode ser compreendida apenas a partir do gênero como categoria única, mas deve ser situada no interior de estruturas sociais complexas que produzem experiências diferenciadas de acesso, permanência e reconhecimento acadêmico. Cada experiência é atravessada por condições históricas e sociais diferentes.

Importante destaque se dá também a Plataforma Sucupira. A principal fonte empírica desta pesquisa é a Plataforma Sucupira, sistema oficial de coleta e consolidação de dados da pós-graduação brasileira, gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A plataforma foi instituída no contexto do aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação da pós-graduação, com implementação a partir de 2014, substituindo mecanismos anteriores de envio fragmentado de informações. Seu objetivo central é integrar, sistematizar e dar transparência às informações acadêmicas e administrativas dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil.

A Plataforma Sucupira constitui hoje o principal instrumento de alimentação do sistema de avaliação quadrienal da CAPES, sendo responsável por reunir dados referentes a discentes, docentes, produção intelectual, projetos de pesquisa, inserção social, financiamento, internacionalização e estrutura dos programas. Por meio dela, cada Programa de Pós-Graduação presta contas de suas atividades acadêmicas, o que permite à CAPES realizar o acompanhamento, a avaliação de desempenho e a atribuição de notas

(que variam de 1 a 7) e que por conseguinte é elemento central na definição de financiamento, concessão de bolsas e reconhecimento institucional.

Dentre suas atribuições mais relevantes, destacam-se: a coleta de dados acadêmicos e administrativos dos Programas de Pós-Graduação, garantindo padronização nacional das informações; e o suporte técnico ao processo de avaliação e regulação da pós-graduação brasileira, subsidiando decisões relativas à criação, manutenção, credenciamento e financiamento dos cursos de mestrado e doutorado. Trata-se, portanto, de um instrumento estratégico para a formulação de políticas públicas de educação superior.

Além de sua função avaliativa, a Plataforma Sucupira representa também um importante mecanismo de transparência pública, uma vez que disponibiliza dados consolidados que permitem análises estatísticas sobre distribuição regional, áreas do conhecimento, perfil discente e docente, entre outros indicadores estruturantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação. É justamente essa dimensão pública e sistematizada dos dados que possibilita a realização desta investigação, ao permitir a análise do acesso de mulheres à pós-graduação brasileira no período de 2013 a 2022.

Assim, ao utilizar a Plataforma Sucupira como base empírica, esta tese não apenas se apoia em dados oficiais e institucionalmente reconhecidos, mas também dialoga diretamente com o próprio sistema de avaliação que estrutura a pós-graduação no Brasil, reforçando a relevância e a legitimidade das análises aqui desenvolvidas.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS: JUSTICA, RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO

"Não há justiça abstrata; há justiça no mundo real, com seus conflitos e desigualdades."

Agnes Heller

A compreensão das desigualdades de gênero na educação superior requer um olhar atento para as diversas formas de injustiça que permeiam tanto o acesso quanto a permanência e o reconhecimento das mulheres na academia. Este capítulo busca fundamentar teoricamente a presente pesquisa a partir dos conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, articulados com os estudos feministas sobre gênero.

Neste capítulo discutiremos os principais conceitos e autores que embasam a análise crítica da representatividade feminina na pós-graduação brasileira, entendendo que estes foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa em diálogo com o campo. Foi com esses autores e autoras e com a perspectiva da categoria gênero que buscamos os dados de ensino superior com vistas a acesso, assim considerado o ingresso na pós-graduação, bem como fatores que influenciam a permanência nesse mesmo locus.

Nas páginas a seguir apresentaremos os fundamentos básicos que levaram à formação das reflexões e discussões desta tese. É urgente que olhemos para as discussões aqui desenvolvidas com intrínseca intenção de mudarmos o futuro até este momento desenhado sistematicamente, ainda colocando o mundo numa repetição de ações masculinizadas e patriarcais. A base filosófica aqui inserida nos mostrará formas de buscarmos justiça de diversas formas e em suas mais diversas acepções e conceitos, levando-nos ao final, a mais um passo na construção dos conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, elementos e conceitos esses que já têm sido discutidos e desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa em que essas pesquisadoras estão inseridas.

Dessa forma, estabelece-se o arcabouço teórico necessário para a análise dos dados empíricos que serão devidamente apresentados nos capítulos seguintes, orientando a reflexão sobre os desafios para a promoção da equidade de gênero na ciência.

Desenvolveremos esse capítulo apresentando a visão da autora húngara Agnes Heller, com foco inicial na sua obra: *Além da justiça* (1998), sobre as diversas formas mutáveis de se enxergar os critérios de justiça, desde conceitos iniciais do século passado

até o que a autora nos apresenta como sendo um conceito de justiça relacionado a uma vida boa. Durante a leitura da obra algumas reflexões foram se desenhando de acordo com a temática da pesquisa e se fizeram presentes nesse capítulo.

Agnes Heller (1929-2019) foi uma filósofa húngara. Discípula de Lukács, foi professora de sociologia na Universidade de Trobe, na Austrália. Lecionou na *New School for Social Research*, em Nova Iorque. Tem várias obras publicadas com Ferenc Fehér, que também é húngaro e discípulo de Lukács, além de lecionar na mesma universidade.

O livro que inicialmente servirá de base teórico-metodológica nesta pesquisa, como dito, é a obra *Além da Justiça* (Beyond Justice, Oxford, Boston: Basil Blackwell, 1988. HELLER, Agnes. *Além da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998).

Na obra, a filósofa prossegue sua reflexão sobre a ética, discutindo as várias dimensões do conceito de justiça (formal, ético-política, dinâmica, sociopolítica) e sua relação com a ideia da vida boa.

A autora reflete sobre os conceitos de justiça e tece críticas a algumas hipóteses apresentadas por diversos outros filósofos, ela levanta indagações, hipóteses, sugere soluções no sentido de fomentar a formulação de novos conceitos de justiça tendo como base os conceitos já existentes.

O que se pretende com a pesquisa é refletir e analisar definições de justiça, levando em consideração um recorte de gênero no qual refletiremos e analisaremos: o acesso de mulheres ao ensino superior nível de pós-graduação, a manutenção e permanência das alunas nesse cenário, alcançando se possível reflexões sobre a democracia e a efetividade das políticas públicas de acesso e permanência, construindo ao final dessa jornada os denominados conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, já objeto de estudos no grupo Flores Raras. Para alcançarmos tal objetivo, partiremos de metodologias diversas, conforme já explicado na introdução.

Ao iniciarmos pela apresentação dos diversos conceitos de justiça da autora húngara, partimos de um estudo basilar e denso, mas com forte senso de justiça, baseando uma das nossas primeiras afirmações no fato de que *a vida pode constituir algo além da própria justiça*.

Durante a leitura da obra “*Além da Justiça*”, é possível identificar a busca pelo conceito mais atual de justiça (1998), um conceito contemporâneo, um conceito que consiga acompanhar as transformações diversas pela qual uma sociedade passa, transformações éticas, políticas, sociais e econômicas. Ela apresenta o conceito de justiça formal, a seguir apresentado, e afirma que a questão de justiça, ou do que seria justo ou

injusto não perpassa apenas por uma regra determinada, mas seria sempre variável, no tempo e no espaço, tanto quanto o caráter humano.

A autora também afirma que a justiça não pode ser influenciada por caridade, piedade, grandeza de coração, e de alma. A justiça formal seria resultado da prática, podendo, inclusive, ser aprendida.

Agnes também discute ideias constitutivas de justiça que geralmente prescrevem normas de proporcionalidade. Embora diferentes ideias de justiça se apliquem a todas as sociedades, sempre existirão as ideias dominantes de justiça.

O conceito ético político de justiça informa sobre o que seria moralmente bom. Uma pessoa correta que observa as normas morais, independentemente de haver punições ou sanções aplicáveis. Para os defensores do conceito ético político de justiça, uma vez estabelecida uma ordem política, deveremos observar um conjunto de normas e regras heterogêneas que não podem e nem devem infringir as regras morais.

Já para o conceito dinâmico de justiça, de maneira bem objetiva, já que abordaremos de forma mais profunda cada um desses conceitos abaixo, estaríamos diante de um conceito que estaria relacionado ao julgamento das normas e regras. Assim, a autora confirma que para declararmos normas como justas ou injustas estaremos sempre diante de situações tais em que uma parte da sociedade irá defender aquelas normas e julgá-las como justas e adequadas, mas ao mesmo tempo teremos outra parte desta mesma sociedade ou grupo de pessoas que podem tentar invalidar essas normas. Neste caso estaremos sempre diante de um processo de defesa e ataque de normas, um processo de democracia que precisa ser observado sempre.

Como forma de exemplificarmos e atrelarmos essa base teórica a nossa proposta de estudo e pesquisa da tese, consideramos que algumas políticas públicas têm fomentado o acesso de mulheres ao nível de pós-graduação, mas que mesmo com tais políticas, esse acesso não se mostra efetivo quando analisamos as possibilidades de permanência dessas mulheres, além do não acesso das mesmas a algumas áreas que são tidas como masculinizadas. Essas discussões serão apresentadas nos próximos capítulos.

Essa democracia não pode ser vista atualmente como uma briga de um grupo contra outro, mas nas palavras da filósofa contemporânea Chantal Mouffe, através da qual confrontamos esses princípios, estaremos diante de dualismo (nós x eles) precisa incorporar a ideia de pluralismo, desta forma apresenta críticas aos modelos tradicionais liberais (que trazem enraizadas as características modernas de universalismo e individualismo), contribuindo para a criação de um novo modelo democrático: a

democracia radical ou pluralista. Essa pluralidade seria como elemento imprescindível para um ideal de democracia, eis que intrínseco à sua própria essência. Chantal Mouffe, nascida em junho de 1943, é uma cientista política pós-marxista belga. Desenvolve trabalhos na área da teoria política. Estudou em Lovaina, Paris e Essex e tem trabalhado em várias universidades na Europa, América do Norte e América Latina.

Em suas obras, direcionando o nosso olhar para nosso objeto de estudo, a autora pretende demonstrar ser impossível alcançar qualquer consenso político ou acordo nas relações sociais, na medida em que, o conflito, a diferença, a pluralidade, são elementos intrínsecos à própria ideia de democracia. Assim, uma das soluções apresentadas por ela seria a de trocarmos antagonismo por agonismo. Substituindo a relação amigo X inimigo pela relação adversarial.

Neste caso haverá a manutenção das instituições democráticas, liberdade para confronto entre as partes que se reconhecem como adversários, mas respeitam as regras. O conflito acontece, mas respeitando o pluralismo. A pluralidade é característica da maioria das sociedades contemporâneas, a qual deveria refletir diretamente nas concepções de justiça, estado, direito e democracia. Nesse contexto e analisando as obras até o momento propostas, percebemos que seria impossível ter uma vida boa, uma vida ética, proposta apresentada por Agnes Heller e baseada nos seus conceitos de justiça, se você não se sente representado; se a democracia nesse contexto não nos proporciona o direito de ter voz ou representatividade.

Mais uma vez entrelaçamos essa discussão com o objeto da presente tese: será que tem havido verdadeira representatividade de mulheres quando observamos os números de acesso à pós-graduação? O número de mulheres acessando esse nível de ensino é estatisticamente significativo quando observamos todo o estado brasileiro? A existência de políticas públicas de fomento ao maior acesso de mulheres atualmente? Uma das respostas às questões referentes a esse assunto pode ser a apresentação do fomento Prêmio Capes Elsevier 2024 – Mulheres na Ciência, no qual houve um edital específico para premiar apenas mulheres cientistas no ano de 2024. A iniciativa visa reconhecer e valorizar a produção científica de pesquisadoras brasileiras em diversas áreas do conhecimento. Seria essa uma ação que podemos entender como justiça epistêmica?

Podemos afirmar que justiça é um conceito que tem sido debatido por séculos. Tomaremos aqui algumas definições de autores clássicos, como Rawls, para debatermos esses conceitos e definições. John Rawls (1921-2002) foi professor em Harvard e

escreveu a obra “Uma teoria da Justiça” em 1971; esta obra de filosofia política e ética é considerada uma das mais importantes no tema no século XX.

Como base para construir sua ideia de justiça equitativa, ele especula como os princípios de justiça são escolhidos em uma situação inicial hipotética da sociedade, levando-os a uma situação em que os sujeitos forneçam princípios para uma justiça equitativa. O filósofo coloca os indivíduos sob o que ele chama de véu da ignorância, característica essencial de todos nessa circunstância. Nesse caso, eles não sabem (e nem podem saber) nada sobre as situações que teriam vantagem ou desvantagem. O que Rawls quer dizer é que, sob o véu da ignorância os indivíduos não têm informação sobre sua riqueza, capacidades, sobre sua cor, seu sexo, religião e preferências morais que vai possuir, por exemplo.

Dessa forma, os indivíduos não escolheriam princípios de modo parcial, que favorecessem apenas seus interesses individuais. Nesses termos, Rawls acredita que estabelece uma situação equitativa entre os indivíduos, e assim, os princípios que serão escolhidos nesse contexto consequentemente serão equitativos. Destacamos também que nesta obra o autor nos leva a uma série de reflexões sobre situações de justiça, e ainda afirma que a justiça é a "primeira virtude das instituições sociais, assim como a verdade é para os sistemas de pensamento" (Rawls, 2000). Ele propôs a teoria da justiça como equidade, que considera que as desigualdades devem ser organizadas de uma forma que beneficie a todos.

Considerando essa perspectiva, é necessário pensarmos uma estrutura social imparcial e justa, onde as desigualdades são organizadas de modo a beneficiar os menos favorecidos. Aplicando essa lógica ao contexto acadêmico, a justiça acadêmica e epistêmica deve garantir não apenas o acesso igualitário, mas também o reconhecimento e valorização das capacidades intelectuais das mulheres, superando as desigualdades históricas e estruturais que ainda permeiam a pós-graduação brasileira. Assim, o pensamento de Rawls fornece o alicerce teórico para a análise crítica das barreiras de gênero presentes nas instituições de ensino superior, apontando para a necessidade de políticas e práticas que promovam a verdadeira equidade.

Outro autor que aborda o conceito de justiça é Michael Sandel. Nascido em março de 1953, o filósofo, professor de filosofia política, conferencista americano nos brinda com várias obras nas quais ele analisa as diversas vertentes de justiça. O autor é reconhecido internacionalmente pelo seus livros “Justiça: O que é fazer a coisa certa”

(2009) e “Liberalismo e os limites da Justiça” (1982), além de “Tiranía do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?” (2020).

Ele destaca de maneira bem objetiva que a justiça não deve ser definida apenas por um conjunto de regras ou princípios, mas sim por um processo democrático em que os indivíduos podem debater e discutir os valores e objetivos da sociedade. Ele argumenta que a justiça não pode ser vista como um conceito universal, mas sim como algo que deve ser construído coletivamente.

Segunda a autora Agnes Heller, o conceito de justiça é chamado de formal ou de estático. Quando é definido de tal forma que abrange todos os tipos de justiça, ou seja, é desprovido de todos os conteúdos e normas, critérios ou procedimentos de justiça, de todos os tipos ideais, e é, portanto, construído através de diferentes conteúdos, critérios e procedimentos.

Nas primeiras apresentações de sua obra “Além da Justiça”, a autora se vale das afirmativas clássicas de Chaim Perelman no livro “A ideia de justiça e o problema da argumentação” (Perelman, *apud* Heller, 1998).

Perelman apresenta três definições do conceito formal de justiça, também denominada de abstrata. Para ele, seres de uma mesma categoria essencial precisam ser tratados da mesma forma, o que significa dizer que devemos aplicar uma regra a todos os membros de uma categoria essencial, e observar uma regra que tem a obrigação de tratar de determinada maneira todas as pessoas que pertencem a uma certa categoria.

Assim sendo, a filósofa segue diferenciando normas tidas como abstratas, que são aquelas que se aproveitam de nós para agir sempre de determinada maneira. Já as normas concretas nos mostram como agir em situações tidas como especiais.

Assim, a autora afirma que o conceito formal de justiça está alicerçado na aplicação constante, consistente e contínua das mesmas normas e regras a cada um dos membros do agrupamento social. Apesar de ratificar que parece ser repetitivo, a mesma afirma que essa seria a máxima da justiça formal ou estática.

Apresentando a afirmação do ponto de vista da justiça estática, o julgamento é feito por mérito ou competência e seus opostos, o que significa dizer que, julgamentos são ações. Sejam elas ações de perlocução, ou seja: acompanhadas de um efeito daquilo sobre o que foi dito, ou ilocuições, que significa dizer algo que se pretende realizar.

Julgamentos feitos por mérito e competência podem ser vistos como manifestações de distribuição. Elogiar e repreender significa distribuir honra e vergonha,

assim tais manifestações sendo seguidas de ações diretas, são punições ou recompensas sendo distribuídas.

Essas concepções filosóficas de justiça, especialmente aquelas que enfatizam a dimensão normativa e processual do conceito, são fundamentais para a compreensão da justiça acadêmica e epistêmica na educação superior. Na tese, ao analisarmos a desigualdade de gênero na pós-graduação brasileira, é necessário reconhecer que a justiça não se reduz à aplicação mecânica de regras, mas exige um debate coletivo e democrático sobre os valores que orientam a inclusão e o reconhecimento das mulheres na academia.

A partir do conceito formal de justiça de Agnes Heller, que destaca a necessidade da aplicação consistente de normas para garantir igualdade, podemos perceber os limites dessa justiça estática quando as normas vigentes são moldadas por contextos patriarcais que privilegiam o masculino.

Além disso, as reflexões sobre julgamentos baseados em mérito e competência, discutidas por Perelman e citadas por Heller, ilustram como a distribuição de honras, reconhecimento e oportunidades na academia está permeada por valores culturais que podem reforçar desigualdades de gênero, racial e sociais.

O que esta tese busca evidenciar é que a justiça acadêmica deve ir além do formalismo, incorporando a justiça epistêmica — ou seja, o reconhecimento das capacidades, saberes e contribuições das mulheres, especialmente das que historicamente foram marginalizadas. Nesse sentido, a teoria de Sandel sobre a justiça como um processo democrático de construção coletiva torna-se um guia para pensar políticas e práticas institucionais que efetivamente promovam a equidade e a transformação das estruturas da pós-graduação.

Em seguida, a autora nos faz refletir sobre a impessoalidade da Justiça, ou seja, a deusa da Justiça, vendada e segurando uma balança, demonstra ser impessoal e imparcial. Ela não pode ser influenciada por gostar ou desgostar, por paixão ou interesse, nem ser influenciada por caridade, piedade ou grandeza de coração. Assim sendo, clemência e perdão só seriam tidos como justos nos casos em que fossem aplicados de acordo com normas e regras. Refletir sobre como a “deusa” da justiça aplica as normas de forma imparcial e sem influência de emoções ou interesses pessoais, é fundamental para compreendermos as expectativas sociais acerca do que seria um sistema justo. Agnes Heller destaca que a justiça formal ou estática se baseia na aplicação constante e consistente das mesmas regras a todos os membros de uma comunidade, o que pressupõe o reconhecimento das normas como universais e imparciais. Contudo, essa visão

idealizada enfrenta desafios práticos quando essas normas são aplicadas em contextos sociais marcados por desigualdades estruturais, como aquelas presentes na academia patriarcal.

No contexto da pós-graduação brasileira, essa impessoalidade da justiça formal esbarra na realidade das hierarquias e exclusões de gênero. A aplicação desigual das normas em função da posição social, o conflito na redefinição dos grupos sociais e a assimetria entre membros “dentro” e “fora” das estruturas dominantes evidenciam as limitações dessa justiça estática. Nesse cenário, a justiça acadêmica não pode se limitar a uma mera aplicação mecânica de regras, mas deve considerar a equidade, ou seja, o tratamento diferenciado para grupos desiguais em condições desiguais, buscando corrigir as injustiças históricas que atravessam o meio acadêmico.

A compreensão dessa dinâmica, que inclui o caráter estimativo da justiça e a necessidade do conhecimento aprofundado das condições concretas para um julgamento justo, é essencial para pensar políticas e práticas que enfrentem as desigualdades de gênero na pós-graduação. Assim, a presente tese se fundamenta na crítica à justiça formal estática para propor uma abordagem que incorpore a justiça epistêmica e a construção coletiva de normas, alinhando-se à perspectiva democrática da justiça defendida por autores como Michael Sandel e Agnes Heller, citados acima, cujo objetivo é garantir a inclusão e o reconhecimento das mulheres em todos os espaços acadêmicos.

Agnes ainda nos diz que pessoas justas seriam, mais uma vez, aquelas que aplicam contínua e consistentemente normas e regras a cada membro de qualquer grupo social, aos quais aquelas normas e regras se aplicam. A legitimidade para validar um sistema de normas e regras depende dos membros de uma comunidade aplicarem e praticarem certa virtude até certo ponto.

A autora nos brinda ainda com uma reflexão Aristoteliana sobre essas virtudes:

Deve-se conhecer os fatos, as circunstâncias, as pessoas, para fazer um julgamento apropriado, para agir adequadamente e classificar com justiça. Se, durante uma fase de escassez, um pequeno suprimento de alimentos tiver de ser distribuído, deve-se saber se existem reservas escondidas e quem as tem, de forma a distribuir justamente. Um juiz precisa estabelecer os fatos antes de dar o veredito (Heller, 1998, p. 30).

Conhecimento é um pré-requisito para aplicação de normas e regras de maneira justa, ser justo significa cobrir uma certa área, e, vale ressaltar que pessoas que são genuinamente justas entendem o caráter estimativo da justiça.

São três os conflitos que podem emergir da justiça estática: 1. a aplicação inconsistente de normas e regras pertencentes a uma posição social; 2. uma tentativa de alterar o tamanho do grupamento social ao qual se aplicam certas normas e regras; e 3. a assimetria dos grupos de dentro e de fora.

Quando refletimos sobre essa aplicação inconsistente, percebemos que normalmente estamos diante de um nexos causal no qual existe uma grande probabilidade de pessoas que vivem em uma mesma comunidade, em um mesmo grupo, agirem de maneira similar.

Diante disso, se interajo com pessoas que cumprem suas promessas, é possível que cumprirão outros acordos, inclusive os que me incluem. Ou, podemos dizer ao menos que existe uma grande probabilidade de cumprirem. Existe uma situação em que esse nexos causal é rompido, estamos diante dos tiranos. Diante de uma situação de tirania, da exclusão da aplicação de determinadas normas e regras, no qual o tirano se vê como alguém para quem aquelas normas e regras não se aplicam. Nesse estado de tirania, inclusive, podemos dizer tirania familiar, a exemplo, nossas famílias patriarcais até os dias atuais, estamos diante do berço do ódio, do ressentimento e até mesmo do conflito social.

Quando analisamos a segunda reflexão, podemos estar diante de conflitos sociais quando tentamos ampliar ou restringir grupamentos tais, aos quais se aplicam certas normas e regras. No caso dessa nova delimitação, estaríamos diante dos conflitos de igualdade e desigualdade. A solução que parece simples, de equalizar a aplicação de certas normas, pode ser, na verdade, uma forma de lutarmos pelo reconhecimento da diferença dentro desses grupos, o que significaria uma luta por igualdade, uma vez que estamos diante da busca pelo reconhecimento do igual.

Por fim, se normas e regras diferentes se aplicam a dois grupos de pessoas dentro do mesmo meio, a assimetria dos membros é constante e a relação desses, dos dois agrupamentos, é socialmente desigual.

Sobre esse tema é importante ressaltar que a assimetria, ou hierarquia social entre os vários grupamentos ou categorias essenciais, implica em algo além da divisão social de normas e regras. Aqui estaríamos diante do que denominamos equidade, ou seja, ser justo significa tratar iguais igualmente, e desiguais desigualmente.

Iguais podem tratar seus iguais, os que ocupam posições sociais mais altas podem tratar aqueles em posições sociais inferiores: mas os que ocupam posições sociais inferiores nunca podem tratar pessoas em posições sociais superiores, seja igual, desigual ou proporcionalmente.

Sob as condições de uma hierarquia social abrangente, ser justos ou injustos são prerrogativas alocadas aos repositórios de autoridade social. O rei, pode ser justo ou injusto com seus súditos, mas seus súditos não podem ser nem justos nem injustos com ele (Heller, 1998, p. 37).

A autora destaca ainda que a aplicação inconsistente de normas e regras, tentativas de alterar o tamanho do grupamento social ao qual se aplicam certas normas e regras e a assimetria dos grupos de dentro e de fora são os três conflitos que podem emergir da justiça estática. O conhecimento é fundamental para aplicar normas e regras de forma justa e pessoas genuinamente justas entendem o caráter estimativo da justiça.

Dessa forma, quando refletimos sobre as colocações da filósofa húngara sobre justiça, percebemos que suas reflexões destacam que a justiça verdadeira vai muito além da mera aplicação mecânica e impessoal de normas e regras; ela requer um conhecimento profundo dos fatos, das circunstâncias e das pessoas envolvidas para garantir julgamentos adequados e justos. Essa compreensão é fundamental para analisar a justiça acadêmica na pós-graduação brasileira, onde as desigualdades de gênero não se manifestam apenas em números, mas em dinâmicas complexas de exclusão, reconhecimento e valorização dos saberes das mulheres.

A presente tese, ao investigar as barreiras estruturais e culturais que limitam a representatividade feminina, encontra nas tensões da justiça estática, como a aplicação inconsistente de regras, a disputa por delimitação dos grupos sociais e a assimetria entre membros de diferentes posições, uma explicação importante para a persistência das desigualdades. A metáfora da "tirania familiar", associada a estruturas patriarcais que excluem a aplicação equitativa das normas, pretende dialogar diretamente com o cenário acadêmico, onde normas e práticas institucionais muitas vezes reproduzem privilégios masculinos, reforçando o conflito social e o ressentimento. Esse fato está demonstrado em nosso Capítulo 3, intitulado: Mulheres em áreas de conhecimento: presença, ausência e resistência

Ademais, a distinção entre igualdade e equidade, ressaltada por Heller, é crucial para o presente estudo, a tese pretende reconhecer que tratar todos de forma idêntica não resolve as injustiças quando as condições de partida são desiguais. Promover justiça na pós-graduação exige, portanto, a adoção de uma equidade que considere as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe (interseccionalidades que infelizmente não conseguiram ser abarcadas nesta tese, mas que correspondem a possibilidades futuras de estudo devido a sua importância), tratando desigualmente os desiguais para corrigir

disparidades históricas e sociais. Essa abordagem fundamenta a necessidade de políticas e práticas afirmativas que não apenas ampliem a presença numérica das mulheres, mas transformem efetivamente as condições que restringem seu reconhecimento e avanço acadêmico.

Por fim, um sistema justo depende da prática contínua de virtudes e da adesão coletiva às normas que promovem essa equidade, o que remete ao desafio de construir uma cultura institucional comprometida com a justiça epistêmica e acadêmica. Dessa forma, o conhecimento profundo e a consciência crítica sobre as relações de poder e exclusão são elementos indispensáveis para a construção de uma pós-graduação mais inclusiva, equitativa e justa, conforme propõe esta tese.

Agora, na reflexão de John Rawls (2000), a justiça é uma norma social e deve ser aplicada igualmente a todos os membros de uma sociedade. Rawls argumenta que a justiça é baseada em um princípio de equidade, no qual as desigualdades sociais são justificáveis apenas se beneficiam os menos favorecidos.

Assim sendo, a teoria da justiça de John Rawls nos traz uma perspectiva fundamental para a tese ao estruturar o argumento de que as políticas institucionais e acadêmicas devem ser pensadas para corrigir desigualdades históricas e estruturais que afetam a representatividade feminina na pós-graduação. A equidade, nesse sentido, não se limita a tratar todas as pessoas da mesma forma, mas a reconhecer e atuar sobre as condições desiguais que impactam o acesso e a permanência das mulheres, especialmente em áreas tradicionalmente masculinizadas, o que comprovaremos com dados estatísticos no capítulo 3.

Outros autores, como Ronald Dworkin e Amartya Sen, também ampliam o entendimento descrito acima, quando argumentam que a justiça deve ser baseada em considerações mais amplas, incluindo liberdade e bem-estar social. Dworkin afirma que a justiça deve ser baseada em princípios morais, e que as desigualdades sociais só são justificáveis se não afetam negativamente os menos favorecidos, enquanto Sen argumenta que a justiça deve ser baseada em uma perspectiva de capacidades, na qual o acesso a oportunidades e recursos é essencial para garantir a justiça social (Sen, *apud* Marin e Quintana, 2012). Assim, esses conceitos enriquecem os fundamentos teóricos da presente tese, sustentando a necessidade de políticas afirmativas e práticas acadêmicas que não só ampliem quantitativamente a participação feminina, mas que também criem condições para o exercício pleno de sua autonomia e potencial acadêmico.

Passando agora às reflexões de Hobbes, podemos afirmar que o mesmo havia criado um modelo político que realizou duas tarefas simultaneamente. Para o filósofo, normas legais e normas morais deveriam coincidir; e as leis deveriam promover certeza. Além disso, a liberdade máxima do indivíduo deveria ser garantida nos moldes de uma obediência absoluta para com as leis e normas, incluindo obediência de intenções (legalidade e moralidade)

Nesse contexto, a autora nos traz também a reflexão das premissas estudadas e apresentadas por Rousseau, quais sejam: virtude e liberdade unidas, onde homens livres são também virtuosos; a razão pode ser distorcida ou corrompida, e o é se serve apenas a vontade de um indivíduo em particular.

No procedimento dinâmico, quando normas e regras são rejeitadas como injustas e a proposta foi feita para substituir normas e regras alternativas pelas existentes, a verdade da avaliação não pode ser verificada nem falsificada, apenas validada ou invalidada.

Assim, se alguém pretende invalidar normas e regras que já existem considerando-as injustas e, conseqüentemente, tecem considerações sobre qualquer sistema alternativo de normas e regras, por aquela pessoa consideradas como justas, é necessário que se argumente o motivo para aquela solicitação.

Na sociedade democrática, invalidação de normas e regras por princípios particulares é normal e, de certa forma, uma ocorrência diária. Além do mais, é um procedimento constante e contínuo. Existem sempre determinadas normas e regras que são consideradas injustas. Uma grande proporção de debate público centraliza-se em tais aspectos (Heller, 1998, p. 168).

O que ocorre é que nem sempre é possível rejeitar tais normas e regras como injustas sob perspectiva adequada ou moralmente relevante, ou ainda baseada em virtudes morais.

Desta forma, a autora apresenta as seguintes referências: A quem seria devido a mesma coisa, enquanto é? Qual é a mesma coisa que seria devida, enquanto não é? O que seria devido de acordo com mérito e competência (enquanto não é?). Como seria interpretado o mérito ou a competência para quem aquelas coisas são devidas, enquanto não são? O que seria devido a alguém que pertence a X, Y e outras categorias essenciais, enquanto não é? Quais seriam as posições às quais alguma coisa seria devida, um novo tipo de posicionamento? O que seria devido a uma certa posição, enquanto não é?

Segundo a autora, podemos reivindicar a invalidação de certas normas e regras, argumentando que as mesmas seriam injustas, porém, a justiça, enquanto um valor, não poderia ser a parte dessa argumentação, pois ela estaria acima disso, seria o princípio basilar não uma resposta a um determinado problema.

Segundo a autora, e aqui, fazemos um grifo sobre o quanto essa reflexão seria pertinente aos dias atuais:

Na sociedade democrática, invalidação de normas e regras por princípios particulares é normal e, de certa forma, uma ocorrência diária. Além do mais, é um procedimento constante e contínuo. Existem sempre determinadas normas e regras (muitas mesmo) que são consideradas injustas. Uma grande proporção de debate público centraliza-se em tais aspectos (Heller, 1998, p. 168).

Como estamos diante do conceito de justiça dinâmica, se alguém invalida, como já dito anteriormente, normas e regras como injustas, através do uso de princípios particulares, valores morais ou máximas (imperativos), ou máximas pragmáticas, a rejeição de cada sistema de normas e regras é, em último caso, baseado em valores substantivos. Esses valores universais, atualmente em nossa sociedade seriam a liberdade e a vida.

Vida e liberdade considerados como valores universais, são inquestionáveis, incontestáveis. E, desta forma, todas as reflexões filosóficas que debatem a “vida justa” designam sempre as Leis, a constituição, as normas e regras como garantidores da liberdade e da vida dos membros desta.

E assim sendo, é certo explicitar que uma sociedade (ou constituição) que será tida como justa, deverá garantir vida e liberdade aos cidadãos. Nesse caso, a liberdade aqui se relaciona com a garantia da liberdade e da vida como valores basilares da justiça, especialmente ao considerar que a equidade de gênero na pós-graduação implica assegurar condições que possibilitem às mulheres exercer plenamente sua autonomia acadêmica, intelectual e social. A luta pela justiça epistêmica se dá no sentido de incluir, garantir um ambiente em que a vida acadêmica das mulheres seja protegida e valorizada, livre de discriminação e exclusão.

Toda essa reflexão sobre justiça dinâmica, esclarecida acima, é objeto da nossa investigação acadêmica e essas reflexões nos servem de base para entender que justiça acadêmica e de gênero na pós-graduação brasileira, não pode ser vista como um sistema fixo e estático, mas como um processo contínuo de construção e reconstrução. A reflexão de Heller sobre a invalidação e substituição de normas consideradas injustas, e o debate

constante sobre essas normas, enfatiza que a justiça é um valor em permanente negociação na sociedade democrática. Isso é central para a construção desta tese, pois as normas acadêmicas e as práticas institucionais precisariam ser constantemente revistas para promover a inclusão real das mulheres.

Assim, ao analisarmos tais questões, observamos como as políticas institucionais e as práticas acadêmicas, para serem efetivamente justas, devem ser legitimadas não apenas formalmente, mas por meio do reconhecimento das desigualdades estruturais e das demandas por equidade. Assim, não basta que as regras existam; é preciso que elas sejam compreendidas, aplicadas e discutidas dentro de um marco moral e ético que considere as particularidades de gênero e as injustiças históricas.

Nesse contexto, a justiça dinâmica fundamenta a necessidade de reconhecer que a justiça acadêmica não pode se limitar a um conjunto fixo de regras, mas deve ser um processo aberto ao debate, à revisão e à transformação. A redistribuição ética e política dos recursos e oportunidades, conforme enfatizado por Heller, reforça a importância de políticas afirmativas e ações institucionais que promovam a equidade, corrigindo desigualdades estruturais decorrentes da "loteria natural" dos talentos e das oportunidades. Isso se alinha com os dados empíricos que evidenciam a persistência da desigualdade de gênero na pós-graduação, indicando que o avanço numérico das mulheres precisa ser acompanhado por transformações institucionais profundas.

Além destes dois conceitos, a autora propõe ainda a inclusão dos conceitos de igualdade e razão, baseada no fato de que a Teoria da Lei natural se baseia no fato de que não só nascemos livres (liberdade) e com direito à vida (vida), mas também nascemos todos igualmente (igualdade) dotados de razão e consciência (Heller, 1998).

Levando adiante as discussões, chegamos a um ponto verdadeiramente interessante em relação ao nosso objeto de estudo.

Segundo a autora, as reivindicações de uma sociedade por igualdade de liberdade podem abranger duas interpretações: a democrática e a liberal. Heller esclarece que:

As normas e regras da sociedade devem ser tais que garantam a cada pessoa o direito (e, eventualmente, a habilidade) de participar em todos os processos de tomada de decisões referentes à sua comunidade ou corpo político (que é a busca da felicidade pública) e, em consequência, todas as normas e regras, qualquer que seja o grupo social ao qual elas possam se relacionar, devem garantir o mesmo. E mais “as normas e regras da sociedade deveriam ser tais, para garantir a cada pessoa o direito (e eventualmente a habilidade) de decidir sobre seu próprio destino, de escolher sua própria forma de vida (que é a busca da felicidade privada); assim cada pessoa teria o direito (e uma habilidade igual) de deixar um grupo social e unir-se a outro (Heller, 1998, p. 172).

Como conclusão parcial deste pequeno capítulo, a autora ainda nos lembra que normas que garantem a liberdade, garantem direitos iguais, e que nesta reflexão acima, igualdade na liberdade, bem como igualdade nas oportunidades estariam sendo tratadas da mesma forma. Porém, é imprescindível destacar que valores tidos como primários para a indexação do que seria uma vida boa não podem ser garantidos ou “distribuídos” por quaisquer normas e regras, pela simples razão de que elas estão além da justiça.

O que significa dizer que a busca pela justiça na pós-graduação deve também considerar dimensões humanas mais amplas, reconhecendo que a equidade e a inclusão não se limitam a aspectos formais, mas envolvem a construção de ambientes acadêmicos que valorizem as relações sociais, o respeito e o reconhecimento mútuo. Assim, a tese propõe avançar para além das normas, incorporando uma visão ampliada de justiça que contemple tanto as estruturas quanto as subjetividades das mulheres na pós-graduação.

Por fim, esclarecemos que o procedimento de justiça dinâmica, ou seja, a invalidação ou revalidação de normas e regras aceitas, pode ser realizado a qualquer tempo, quando as pessoas têm recurso a qualquer valor, norma, virtude, regra, princípio ou máxima, que já tenha sido aceita ou validada, desde que apoiadas nas declarações de que norma x é justa mesmo não sendo observada, ou norma x é injusta.

O texto em questão discute o procedimento dinâmico em que normas e regras são rejeitadas como injustas e substituídas por normas e regras alternativas. A autora enfatiza que a validação ou invalidação dessas novas normas e regras é baseada em valores universais, como vida e liberdade, e que a justiça, como um valor, está acima dessas discussões.

O conceito de justiça dinâmica é apresentado como uma constante na sociedade democrática, onde a invalidação de normas e regras por princípios particulares é normal e contínua. No entanto, a autora destaca que nem sempre é possível rejeitar normas e regras como injustas sem uma perspectiva adequada ou moralmente relevante.

As discussões apresentadas no texto são pertinentes para a reflexão sobre as normas e regras em uma sociedade democrática, bem como sobre a validação ou invalidação dessas normas e regras a partir de princípios particulares. Além disso, a inclusão dos conceitos de igualdade e razão na discussão amplia a reflexão sobre os valores universais que devem ser considerados na construção de uma sociedade justa.

Ao aceitar a justiça dinâmica como um princípio da sociedade democrática, reconhecemos que as normas e regras vigentes podem ser consideradas injustas por

determinados grupos, como as mulheres que enfrentam barreiras institucionais na academia, e, portanto, podem e devem ser desafiadas e reformuladas. Este processo é fundamental para o avanço da justiça acadêmica, pois legitima a busca por mudanças estruturais que ampliem o acesso, a permanência e o reconhecimento das mulheres na pós-graduação.

A húngara estabelece que o melhor cenário para a afirmação de um conceito de redistribuição está apoiado no conceito ético político de justiça. Nas palavras da mesma:

Todas as pessoas perseguem seus interesses. São dotadas de um talento em maior ou menor grau. Alguns desses talentos são ganhos na “loteria natural”; outros podem ser considerados meritórios. Quanto mais talento uma pessoa tem, maiores as oportunidades de lucro alto, sucesso, etc. Isso é injusto. O estado tem que realizar a tarefa de redistribuição, preferivelmente com o consentimento de todos. O estado precisa “confiscar” o lucro (com taxação progressiva) do mais talentoso e redistribuí-lo entre os menos talentosos (Heller, 1998, p. 250).

Depreendemos daí que justiça significa que as normas e regras constituindo um grupamento social deveriam ser aplicadas a cada membro deste grupo consistente e continuamente. Assim, a ideia de distribuição é, a cada um, a mesma coisa, então aplicaríamos a distribuição igual. Porém, essa máxima precisa ser observada com um rigoroso cuidado, pois distribuição igual, dentro de uma comunidade inteira só seria aplicável se fosse feita a toda a população, significando a distribuição de exatamente a mesma coisa a todos.

Como forma de exemplificar o que foi dito acima uso das palavras da húngara, que descreve com maestria um exemplo relevante inclusive para o trabalho em desenvolvimento.

A satisfação da educação superior é negada às pessoas se elas falham em seus exames. Elas podem reivindicar que têm exatamente a mesma necessidade por aprendizado superior que aquelas que passam. Podemos contestar isso, referindo-nos à falta de empenho ou habilidade, mas é melhor reconhecer essa necessidade embora admitindo que não possamos satisfazê-la agora.

Claro que temos a opção de satisfazer a mesma necessidade para todos abolindo os exames. Entretanto, prover todo mundo com a oportunidade de educação superior não garante satisfação na educação superior. Meios para satisfazer não garantem satisfação de fato. Esses são elementos peculiares intransponíveis na necessidade de satisfação. Se duas

peças reivindicam ter a mesma necessidade, um objeto pode satisfazer a necessidade de uma, mas não da outra (Heller, 1998, p. 253- 254).

Concluimos que a questão de distribuição dentro de cada grupo ou comunidade não deve ter definido nenhum padrão de justiça com rigidez. Isso deverá depender de cada necessidade e de como cada grupo vê a justiça. Cada um deve adaptar-se às suas necessidades fazendo com que o seu modelo de justiça seja adaptado, seja justo para aquele grupo específico.

Assim, a distinção entre oferecer oportunidades iguais e garantir satisfação nos processos educacionais e acadêmicos é crucial, pois não basta o acesso quantitativo, é necessário promover condições que assegurem a efetiva permanência e sucesso das mulheres. Dessa forma, o conceito de justiça como adaptação aos contextos específicos de cada grupo social, que reconhece necessidades particulares, está alinhado com a defesa da equidade na pós-graduação, onde a distribuição justa considera as diferenças estruturais e históricas de gênero.

O exemplo da educação superior e da questão dos exames ilustra a complexidade da justiça na prática: enquanto a oportunidade deve ser estendida a todas, a satisfação efetiva dessa oportunidade depende do reconhecimento das diferenças de condições, habilidades e contextos. Essa reflexão reforça a necessidade de políticas acadêmicas que vão além da mera formalidade, incorporando uma visão de justiça que valorize a diversidade e promova a inclusão efetiva das mulheres em todas as áreas do conhecimento.

Ao refletirmos sobre esses conceitos, colocamos em complemento a posição de outro filósofo, Michael Sandel. Questões sobre como a sociedade deve se organizar, sobre como a lei deve ser ou sobre como os indivíduos devem respeitar uns aos outros, são questões de justiça. O autor afirma que podemos pensar a justiça sobre três aspectos: o bem-estar, a liberdade e a virtude.

Quando percebemos que as pessoas estão recebendo algo que não merecem, o ultraje toma lugar e surge uma raiva causada pela injustiça. Quando a sociedade decide punir o comportamento ganancioso ao invés de recompensá-lo, é afirmada a virtude cívica do sacrifício compartilhado em prol do bem comum.

Pergunta-se: uma sociedade justa procura promover a virtude de seus cidadãos, ou a lei deveria ser neutra quanto às concepções concernentes à virtude, deixando os cidadãos livres para escolher, por conta própria, a melhor forma de viver?

Quando refletimos sobre esse assunto levando em consideração a filosofia clássica, percebemos que segundo Aristóteles, justiça significa dar às pessoas o que elas merecem (Sandel, 2021, p. 17). Para determinar quem merece o que, é necessário analisarmos e criticarmos quais virtudes serão dignas de recompensa. Consequentemente, para termos uma Constituição justa é necessário antes de tudo indicarmos qual é a forma de vida desejável, não deixando a cargo da Lei a neutralidade sobre a qualidade de vida.

Quando olhamos para esse conceito em inter-relação com a tese em construção, observamos que no contexto da pós-graduação brasileira, isso implica reconhecer que a justiça acadêmica deve ir além da mera igualdade formal, buscando incentivar valores que promovam a solidariedade, o reconhecimento mútuo e o compromisso com a transformação das desigualdades de gênero.

No âmbito desta tese, o conceito de igualdade formal refere-se à garantia abstrata e normativa de que todos os sujeitos são tratados de maneira idêntica pelas leis, regras e políticas institucionais, independentemente de suas condições sociais, históricas ou estruturais. Trata-se de uma concepção de igualdade que assegura direitos iguais no plano jurídico, mas que não considera as desigualdades de origem, as trajetórias diferenciadas e os obstáculos concretos que afetam determinados grupos. Assim, embora a igualdade formal seja um princípio fundamental, ela se mostra insuficiente para enfrentar desigualdades persistentes no campo acadêmico, especialmente aquelas relacionadas ao gênero, exigindo abordagens que ultrapassem o tratamento uniforme e reconheçam as diferenças reais existentes.

Sandel (2021) questiona se a lei deve ser neutra quanto às concepções de virtude, permitindo aos indivíduos escolher livremente sua forma de vida, ou se a justiça deve incorporar uma definição coletiva do que constitui uma vida boa. Essa reflexão é essencial para a tese, pois através dela podemos ponderar a análise crítica das políticas institucionais e práticas acadêmicas que, para serem efetivas, precisam ultrapassar as formalidades e assumir um compromisso com a inclusão e valorização das mulheres, especialmente em áreas tradicionalmente masculinizadas.

A concepção aristotélica de justiça, como o dar a cada um o que merece, proposta por Sandel (2021), reforça a necessidade de identificar quais virtudes e contribuições acadêmicas são dignas de reconhecimento e recompensa. Na pós-graduação, isso implica combater as barreiras que impedem o reconhecimento pleno das capacidades femininas e assegurar que a justiça acadêmica considere as especificidades de gênero que permeiam as trajetórias das mulheres. Dessa forma, a tese fundamenta-se em uma visão de justiça

que integra a distribuição equitativa de recursos com a promoção de valores éticos e políticos que garantam uma participação plena e significativa das mulheres no ensino superior.

Já ao analisarmos esses questionamentos à luz da modernidade, buscamos em John Rawls contribuições para nosso estudo. O mesmo afirma que uma sociedade justa respeita a liberdade de cada indivíduo para escolher a própria concepção do que seria uma vida boa, e que os princípios de direito não devem se basear em concepções particulares de virtude, assim, teremos uma perspectiva de justiça acadêmica na qual defendemos a afirmação de que deve-se assegurar a liberdade das mulheres para construírem suas trajetórias na pós-graduação sem serem submetidas a padrões rígidos que limitem suas possibilidades de atuação, sejam em áreas tradicionalmente masculinas, seja acessando o nível de ensino da docência no ensino superior.

Segundo Sandel (2021), para saber se uma sociedade é justa, basta perguntar como ela distribui as coisas que valoriza – renda e riqueza, deveres e direitos, poderes e oportunidades, cargos e honrarias. Uma sociedade justa distribui esses bens de maneira correta; ela dá a cada indivíduo o que lhe é devido.

Nesse contexto, o autor sugere que façamos reflexões através do processo de raciocínio moral, no qual discutiremos as acepções do vocábulo justiça, levando em consideração a liberdade, a virtude e o bem-estar. Assim, observamos na justiça acadêmica a necessidade de garantirmos a cada mulher o que lhe é devido, não apenas em termos quantitativos, mas em qualidade, reconhecimento e autonomia, considerando as especificidades de gênero, consagrando também a justiça epistêmica, consequentemente.

Segundo ele, a ideia inicial de justiça seria elevar o bem-estar. É comum que em nossa sociedade o primeiro pensamento sobre justiça de uma situação tenha como referência a felicidade do maior número de pessoas, a maximização do bem-estar, prosperidade e melhora no padrão de vida. Quanto à justiça observada através da lente da liberdade, significa respeitar os direitos individuais; e por fim, a virtude nos traz à tona a possibilidade de pensarmos a justiça como a afirmação de certas e determinadas virtudes, inclusive morais.

É necessário compreender que a simples ampliação do número de mulheres na pós-graduação não é suficiente; é necessário que essa presença se traduza em prosperidade real, melhoria nas condições acadêmicas e no padrão de vida dentro do ambiente universitário. O respeito à liberdade, entendido como garantia dos direitos

individuais, reforça a importância de que as mulheres possam exercer plenamente sua liberdade acadêmica e profissional, sem imposições ou discriminações estruturais.

Focando na discussão que abastece nossa pesquisa, alguns consideram que o sistema de cotas na admissão para o ensino superior é uma forma de tratarmos um erro histórico de preconceitos e injustiça com as classes menos favorecidas, como por exemplo: negros, indígenas, pessoas com baixa renda, pessoas com deficiência, dentre outros. Por outro lado, há quem possa considerar esse sistema, essa forma de garantia de acesso, uma forma injusta de discriminação invertida contra as pessoas que merecem ser admitidas pelos próprios méritos (Sandel, 2021,p.36).

Ao tangenciarmos o tema cotas como uma forma de corrigir erros históricos e injustiças sociais, demonstramos que a busca pela equidade implica, muitas vezes, adotar medidas afirmativas que desafiem o mérito tradicional e o suposto “mérito” neutro, que na prática muitas vezes reproduz desigualdades. A justiça acadêmica, portanto, deve ser pensada não apenas como igualdade formal, mas como justiça substantiva que reconheça e corrija desigualdades históricas e estruturais, tema que será explorado em profundidade nos capítulos seguintes.

Se retomarmos o conceito de igualdade formal anteriormente apresentado, é possível compreender que aquele se fundamenta na aplicação uniforme de regras e critérios, pressupondo que todos os sujeitos partem de condições semelhantes para competir em igualdade de oportunidades. No entanto, quando transposta para o contexto da pós-graduação brasileira, essa concepção tende a invisibilizar desigualdades históricas e sociais que impactam de maneira distinta os grupos que disputam o acesso, a permanência e o reconhecimento acadêmico. Ao se apoiar exclusivamente em critérios considerados neutros, como o mérito individual descontextualizado, a igualdade formal pode, de maneira contraditória, contribuir para a reprodução das assimetrias que pretende combater. É justamente nesse ponto que as políticas de ação afirmativa, como as cotas, se colocam como instrumentos de justiça substantiva, ao questionarem a neutralidade aparente do mérito e ao promoverem condições mais justas de participação no espaço acadêmico.

Seguindo as reflexões de Agnes, quanto mais a justiça se torna dinâmica e a justiça mais dinâmica é aceita, mais rapidamente ela se transforma em injustiça. A justiça de ontem é a injustiça de hoje; a justiça de hoje é a injustiça de amanhã. Justiça torna-se um camaleão ao inverso: ela sempre toma cores outras que aquelas de seu ambiente. No momento em que o ambiente assimila sua cor, a própria justiça muda de cor, perseguimos

a justiça sem abraçá-la. Corrigimos injustiças em particular, alcançamos justiça em particular, mas nunca conseguimos uma justiça total. Justiça é um fantasma de formas diferentes. Afinal, pode esse fantasma ser alcançado? É possível uma sociedade justa? (Agnes, 1998, p. 304).

Precisamos aceitar que “caçar o fantasma” é parte de nossa condição humana. Sempre fomos capazes de corrigir algumas injustiças. Novas injustiças, sem dúvida, ocorrerão e serão corrigidas em seu tempo. O progresso é fragmentado. A sociedade justa constitui, de fato, um fantasma, porque nem é possível, nem é desejável.

A ideia de que a justiça de ontem pode ser a injustiça de hoje, e que a busca pela justiça é contínua e fragmentada, será enfatizada nos próximos capítulos da tese, quando revelados avanços numéricos das mulheres na pós-graduação, mas também retrocessos e estagnações em diversas áreas e regiões. Essa dinâmica ressalta que a justiça acadêmica não é um estado fixo, mas um processo em constante construção, que exige vigilância crítica, revisão permanente de normas e práticas, e o fortalecimento de mecanismos que possam corrigir as injustiças emergentes.

Ao reconhecer que a “sociedade justa” é uma meta inalcançável e talvez indesejável na sua completude, é necessário ressaltar a importância da justiça epistêmica e acadêmica como processos contínuos de luta e negociação, nos quais a inclusão, o reconhecimento e a valorização das mulheres na academia são conquistas parciais, mas significativas, que precisam ser constantemente protegidas e ampliadas.

Assim, as reflexões apresentadas sobre os conceitos de justiça, em suas diversas acepções: estática e dinâmica, formal e substancial, fundamentam o entendimento teórico da presente pesquisa. Estes fundamentos serão aprofundados nos capítulos seguintes, que explorarão as condições concretas da representatividade feminina na pós-graduação brasileira, analisando dados públicos, transformados e analisados em forma de estatísticas e debatendo políticas e práticas acadêmicas à luz dessas teorias.

CAPÍTULO 2 - PANORAMA DO ACESSO DAS MULHERES À PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL (2013 – 2022)

"A justiça só pode ser pensada concretamente a
partir das necessidades humanas."
Agnes Heller

Caminhando no sentido de apresentarmos os dados referentes ao estudo realizado, acerca do acesso de mulheres no nível de pós-graduação nas diferentes regiões do Brasil, destacamos que os dados gerados estatisticamente advêm das nossas perguntas, sendo estas frutos das leituras e diálogos permanentes, seja em orientação de pesquisa individual ou em grupo, nos encontros do nosso Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos, o Flores Raras.

A coleta de dados foi feita no decorrer do ano de 2024, na Plataforma Sucupira, tendo como referência de datas o mês de março de 2013 a 2022.

A partir dessa fonte e desses marcadores, ressaltamos o presente capítulo como espaço de apresentação das análises dos dados públicos disponíveis na Plataforma Sucupira gerida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES. Através desses dados foi possível fazer uma análise profunda e criteriosa sobre o acesso de mulheres aos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, nos últimos 10 anos. Os dados coletados foram analisados sob diversas perspectivas, respeitando-se as buscas por respostas significativas, ao ter em vista as relações com os campos de pesquisa para os quais a pesquisa se destina e, ainda, com relação a algumas questões elaboradas tanto a partir do citado campo, quanto a partir de leituras prévias e experiências das autoras deste texto.

Nessa perspectiva, aparecem como questões, dentre outras: a distribuição de discentes e ingressantes mulheres por regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte), o acesso de mulheres, bem como de discentes ingressantes, do gênero feminino, em áreas exploradas tradicionalmente por homens, a saber, a análise das avaliações e notas de programas de pós-graduações de diferentes universidades e suas respectivas áreas de estudo, incluindo os dados detalhados sobre a qualidade dos programas. Todos esses temas serão explorados nesta tese.

Para esse capítulo foram considerados precipuamente os marcadores: região e sexo.

A metodologia utilizada para a coleta de dados, apesar de ter tido consultoria de profissional estatístico por se tratar de informações em larga escala, teve, na escolha da fonte, na seleção das variáveis e na consideração das categorias, a perspectiva feminista das estudiosas de gênero que assinam o presente texto. A fonte de coleta foi a Plataforma Sucupira, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES.

2.1 A Plataforma Sucupira e os dados da CAPES como fonte

Nas últimas décadas, o Ensino Superior no Brasil passou por mudanças significativas, principalmente no que tange à inclusão de mulheres em programas de pós-graduação. Afirmamos isso através da análise dos dados da Plataforma Sucupira, que revela um aumento considerável no número de mulheres matriculadas em programas de mestrado e doutorado. Este estudo, portanto, objetiva analisar precipuamente a evolução e as diferenças nas taxas de ingresso de mulheres em programas de mestrado e doutorado em diferentes regiões do Brasil, no período de 2013 a 2022.

Considerando a importância de avaliar e reavaliar sistematicamente as noções históricas tradicionais, de modo a passar a incluir as experiências das mulheres, ousamos enfatizar que acreditamos na necessidade de integrar as perspectivas femininas nas narrativas históricas, o que consequentemente corrobora com o objetivo do presente trabalho, que aborda a evolução e a diferença nas taxas de ingresso de mulheres em programas de pós-graduação no Brasil. Nas palavras da autora Joan Scott, em seu artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*:

Nós estamos aprendendo que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história (Scott, 1990, p.72).

Indo um pouco mais além, os estudos da autora abrangem tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas; suas reflexões apontam para a necessidade de uma abordagem abrangente que considere todos os aspectos da vida das mulheres. Nessa pesquisa, portanto, adotamos essa perspectiva, ao considerar não apenas as estatísticas de ingresso, mas também os contextos regionais dos

Programas de pós-graduação. Da mesma maneira, determinados fatores foram avaliados para identificação das diferenças regionais, que influenciam ou não as oportunidades e as experiências das mulheres na educação superior.

Além disso, a citação do texto de Scott sublinha a necessidade de uma "nova história" que inclua as mulheres de maneira significativa. Para tal, há de se colocar foco também no tempo presente, de modo que este estudo documenta a presença crescente das mulheres na pós-graduação, bem como questiona se esse aumento está ocorrendo em programas com maior prestígio e recursos, e/ou em áreas tradicionalmente dominadas por homens.

Ao fazer isso, o trabalho como um todo contribui para uma compreensão mais profunda e equitativa da evolução do ensino superior no Brasil, alinhando-se com a visão de Scott, de uma história que se reconstrói a partir de critérios de justiça, visibilidade e inclusão de grupos minoritários, do ponto de vista social.

Esta pesquisa busca, portanto, não apenas registrar a participação feminina nas pós-graduações, mas também contribuir para novos tempos e uma nova história da educação superior no Brasil, que reconheça e valorize as contribuições das mulheres. Desta maneira, o estudo detalha a presença crescente de mulheres nos programas de pós-graduação, fornecendo dados quantitativos que ilustram essa tendência, além de permitir uma compreensão diferenciada dos processos que se desdobram a partir do maior ingresso de pessoas do sexo feminino nesse nível e modalidade de ensino.

Além disso, e não menos importante, os marcadores vislumbrados no presente estudo poderão contribuir para a construção de conceito que vem sendo parte do foco das pesquisas do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos, no qual estão inseridas as autoras deste texto: o conceito de justiça acadêmica, epistêmica e científica.

2.2 Comparação por região

Uma primeira apresentação de dados se faz necessária para ressaltar os primeiros passos desse trabalho. Segundo dados do Censo 2022, o Brasil conta hoje com uma população de 203.080.756 (duzentos e três milhões, oitenta mil e setecentos e cinquenta e seis pessoas). Conforme a agência de notícias do IBGE, em 2010, quando foram apresentados os penúltimos dados censitários, tínhamos cerca de 12.306.713 (doze milhões, trezentas e seis mil e setecentas e treze pessoas) a menos, demonstrando que nesses últimos 12 anos, tivemos um crescimento anual, porém, bem menos veloz do que

nos anos anteriores.

Outros dados relevantes, retirados do portal da Plataforma Sucupira, dizem respeito exatamente à quantidade de ingressantes nos Programas de Pós-graduação no Brasil. Em 2013 tínhamos um total de 271.502 (duzentos e setenta e um mil, quinhentos e dois) discentes matriculados nesses programas, ao passo que em 2022 chegamos ao patamar de 355.252 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e dois) matriculados, um aumento de 30,85%.

Ao voltarmos nossos olhos para o número de mulheres, tínhamos em 2013, um total de 145.939 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove) mulheres matriculadas nesse nível de ensino, chegando em 2022 ao número de 194.576 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e nove), um aumento significativo de 33,33% de discentes devidamente matriculadas. Ao passar para a análise dos dados referentes às regiões brasileiras, outros tantos dados se revelam, de modo a expressar a potencialidade da pesquisa doutoral em realização.

A análise dos dados da região Sul revela um crescimento constante no número de discentes ao longo dos anos. Em 2013, o número total de discentes era de 54.515 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quinze), dos quais 30.546 (trinta mil e quinhentos e quarenta e seis) eram mulheres. Em 2022, o número total de discentes subiu para 73.656 (setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis), com as mulheres representando uma parcela significativa deste total, chegando a 42.296 (quarenta e duas mil e duzentos e noventa e seis) mulheres.

Quando consideramos esses números em forma de porcentagem, verificamos que a Região Sul, no período em análise, comportou um aumento de 0,65% no número total de discentes, enquanto a porcentagem de mulheres com acesso a esse nível de ensino aumentou significativamente em 1,39%. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, observou-se um crescimento similar.

Na região Nordeste, o número total de discentes passou de 46.235 (quarenta e seis mil duzentos e trinta e cinco) em 2013, para 68.230 (sessenta e oito mil e duzentos e trinta) em 2022. A participação feminina também aumentou, refletindo uma tendência nacional de maior inclusão das mulheres na pós-graduação, indo de 25.168 (vinte e cinco mil e cento e sessenta e oito) para 37.995 (trinta e sete mil e novecentos e noventa e cinco).

Quanto à região Centro-Oeste mostrou-se um crescimento moderado, com o número total de discentes aumentando de 18.457 (dezoito mil e quatrocentos e cinquenta e sete) em 2013 para 27.491 (vinte e sete mil e quatrocentos e noventa e um) em 2022.

As mulheres também mostraram um aumento proporcional, indicando uma inclusão crescente, indo de 10.334 (dez mil e trezentos e trinta e quatro) para 15.736 (quinze mil e setecentos e trinta e seis)

O crescimento percentual das mulheres na região Nordeste, bem como na Centro-Oeste foram de exatos 1,25%, expressão essa também que pode ser considerada significativa.

A análise da região Norte, que possui o menor número de discentes entre as regiões analisadas, também apresentou crescimento. Em 2013, eram 9.774 (nove mil e setecentos e setenta e quatro) discentes, subindo para 18.509 (dezoito mil e quinhentos e nove) em 2022. Quando realizada a análise do número de mulheres, percebe-se um salto de 5.306 (cinco mil e trezentas e seis) mulheres em 2013, para 10.537 (dez mil e quinhentas e trinta e sete) em 2022, demonstrando o aumento de 2,64% no número de mulheres estudantes da pós-graduação, o maior aumento percentual entre as 5 regiões. Esse aumento é significativamente relevante e demonstra que mesmo com um aumento geral na quantidade de discentes da região, o ingresso de mulheres foi muito maior que o de homens. Esse crescimento é considerado proporcional, maior do que todas as outras áreas.

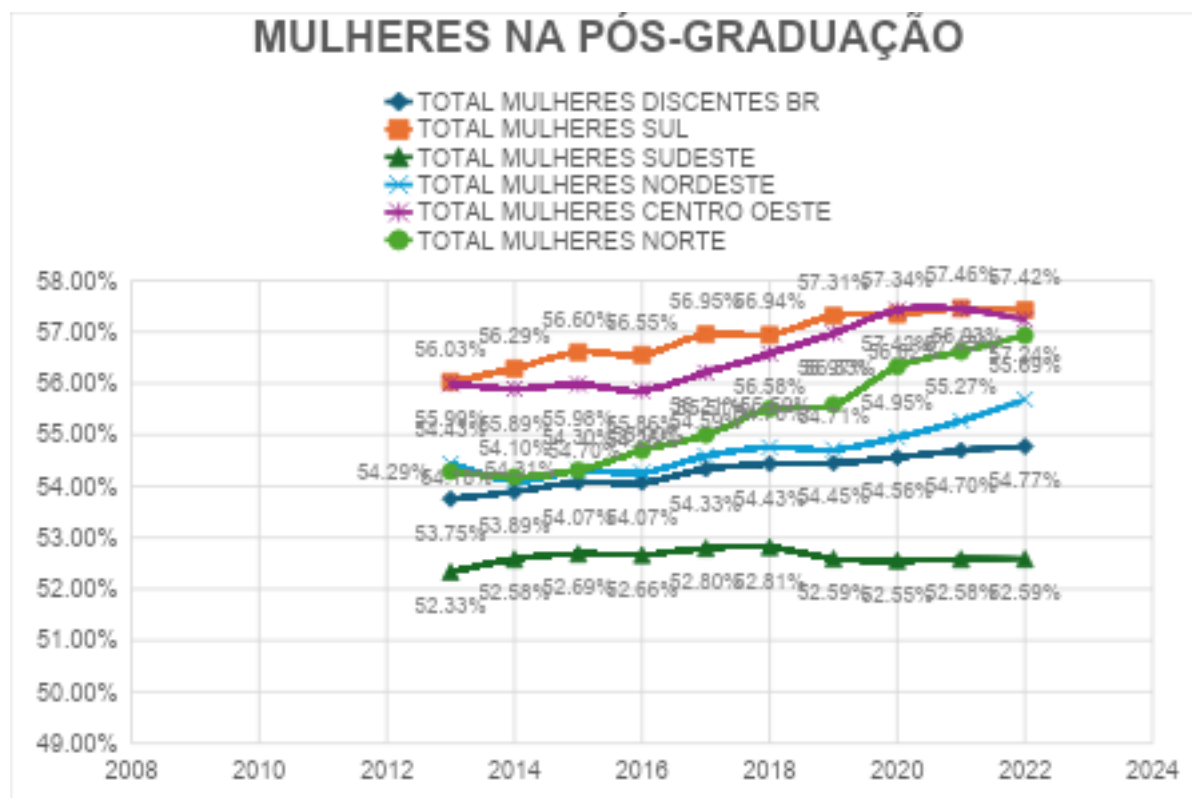
Por fim, a região Sudeste, que historicamente concentra a maior parte dos Programas de Pós-graduação no Brasil, também mostrou um aumento no número total de discentes mulheres, porém, esse aumento quando analisado em formato de porcentagens foi praticamente invisível, sobretudo em comparação às demais regiões. Em 2013, eram 142.521 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e vinte e um) discentes, com 74.585 (setenta e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco) mulheres. Este número cresceu para 167.366 (cento e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis) discentes em 2022, com as mulheres continuando a representar uma parcela considerável de 88.012 (oitenta e oito mil e doze) mulheres.

Uma análise importante sobre a região Sudeste revela que, de todas as regiões do Brasil, essa é a única que se manteve abaixo na quantidade percentual de alunas em relação à quantidade total de discentes do Brasil. Isso significa que, em todas as outras regiões, o percentual de mulheres está acima da média nacional. A região Sudeste, portanto, se manteve como líder em números absolutos, com destaque para o salto de 74.585 (2013) para 88.012 (2022).

Os dados mostram que, ao longo dos anos, houve um aumento significativo nas taxas de ingresso de mulheres nos programas de mestrado e doutorado em 4 das 5 regiões

analisadas. Esse aumento foi particularmente acentuado na região Norte, com 2,64% de aumento, seguido da região Sul, com 1,39%, em sequência, as regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 1,25%. Por fim, a região Sudeste foi a única que não teve crescimento significativo e estatisticamente relevante no número de mulheres discentes nos Programas de Pós-graduação.

Gráfico 1 - Mulheres na pós-graduação



Fonte: Realizado pelas autoras.

2.3 Análise geral

Os resultados acima podem sugerir que as políticas de inclusão e expansão do ensino superior têm sido eficazes em se tratando de aumentar a participação feminina na pós-graduação. No entanto, as disparidades regionais ainda representam um desafio, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Os resultados deste estudo não apenas mostram um aumento no número de mulheres ingressantes em Programas de Pós-graduação em todas as regiões do Brasil, mas também indicam um avanço significativo na promoção da equidade de gênero no ensino superior. Essa crescente das mulheres na pós-graduação pode indicar um passo importante na direção de contribuir para a tecitura das definições dos conceitos de justiça.

Justiças acadêmica, epistêmica e científica são conceitos que compõem uma tríade que vem sendo objeto de estudo das pesquisas das autoras da presente tese, cujo estudo se coloca ao lado de outras pesquisas², todas elas resultantes do trabalho do Grupo Educação, Comunicação e Feminismos.

A tríade de justiças que vem sendo delineada pretende contemplar conceitos e suas respectivas definições, a saber: acadêmica, epistêmica e científica. Estas expressam as múltiplas camadas de barreiras que nós, mulheres, tivemos de enfrentar tradicionalmente e que ainda se apresentam como significativos obstáculos ao acesso na educação superior. São constituintes desses desafios: os modelos tradicionais de gênero, as desigualdades quanto à classe social, bem como as questões relacionadas à raça-etnia, orientação sexual, geração, bem como outras especificidades, com e a partir das quais reconhecemos os fatores que, combinados, tanto constituem os sujeitos e suas subjetividades quanto podem ser importantes elementos para a composição e implantação de políticas educacionais para o ensino superior, bem como para todos os níveis e modalidades de ensino.

O aumento das mulheres na pós-graduação, que nos chega por fonte legítima de coleta de dados dos Programas de Pós-graduação, a Plataforma Sucupira, pode representar correção de desigualdades históricas. A partir disso – e ao mesmo tempo que realizamos a pesquisa aqui descrita – se colocam novas perguntas, novas pesquisas, novos cenários, com diferentes conjunturas. É o que destaca também Daniela Auad, Cláudia Lanhi e Fabiana Carlucci no artigo intitulado *Justiças Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior*:

destacamos a urgência de promover políticas de apoio à participação das mulheres na ciência e de reconhecer suas conquistas e perspectivas únicas, por exemplo através de projetos que contemplem a educação, a cultura, a política, etc. Além disso, enfatizamos que justiça epistêmica envolve ampliar o escopo da pesquisa científica para incluir questões relevantes para mulheres e outras minorias sub-representadas, e promover uma cultura científica que valorize a diversidade de experiências e conhecimentos. Isso requer não apenas democratizar o acesso ao conhecimento, mas também criar espaços e *Justiças Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior* práticas que validem diferentes formas de compreensão do mundo, incluindo reformas institucionais, apoio a pesquisas sobre justiça social e estímulo ao diálogo intercultural e interdisciplinar (Furlani Carlucci, Auad, Lahni, 2025, p.12).

² Cf.: FURLANI CARLUCCI, F.; AUAD, D.; LAHNI, C. *Justiças Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior: Epistemic and Scientific Justice: For feminist theories and methodologies in Higher Education*. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 36, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10565>. Acesso em: 24 jan. 2026. AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia; ROSENO, Camila. *SABERES DOCENTES FORA DO ARMÁRIO. Rio de Janeiro. NAU Editora*, 2022. Disponível em: <https://naueditora.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Saberes-Docentes-Fora-do-Armario.pdf>.

Há uma máxima conhecida por quem se preocupa com a situação das mulheres, mundialmente e no Brasil, que diz: *Os direitos não são humanos sem os direitos das mulheres*. Uma interpretação possível dessa assertiva é de que será em vão, pois genérica, qualquer tentativa de educação para os direitos humanos sem precisar exatamente quais são as categorias que constituem os sujeitos dos direitos. Nessa perspectiva, gênero é uma categoria de suma importância (Auad, 2003, p.137).

É sabido e amplamente utilizada a certeza quanto à inclusão das mulheres nos variados lócus prestigiosos para a construção de uma sociedade mais equitativa. Uma das áreas que mais proclama esse ideário é a educação, na qual se somam e se alinham estudiosas de gênero, feministas e variados movimentos sociais, sejam do campo da esquerda ou, ainda, de inspiração liberal.

Outras formas de percepção e análise desses números podem ser vislumbradas quando refletimos sobre os critérios para acessar recursos. Ao focalizar as relações entre as avaliações dos cursos de pós-graduação e a distribuição de bolsas a partir dessas avaliações, restam questionamentos acerca da diminuição ou do aumento das desigualdades. Como sabido, os Programas de Pós-Graduação que apresentam notas mais altas tendem a ter mais recursos, legitimidade e visibilidade, contando com número maior de bolsas de pesquisa para discentes, auxílios para publicações e missões internacionais, o que pode, em muitos casos, ser relacionado com análises que considerem as relações de gênero.

O acesso aos recursos é peça fundamental para promover ingresso e acesso, permanência e fruição, bem como circulação de saberes e produção de conhecimento. Esses fatores se mostram ainda mais relevantes se pensarmos neles como constituintes de ações afirmativas que tem como público-alvo, por exemplo, alunas negras, alunas transexuais, lésbicas, travestis e bissexuais, assim como alunas que se tornam mães e cuidam de bebês e crianças pequenas durante a graduação e ao longo dos cursos de Pós-graduação.

Para o momento, os resultados obtidos na nossa pesquisa sugerem que as políticas de inclusão e expansão no ensino superior têm sido eficazes para aumentar a participação feminina nas pós-graduações. No entanto, as disparidades regionais ainda representam um desafio, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, conforme nos contam os dados coletados a partir da Plataforma Sucupira.

Ao colocar como ideal nossas concepções nascentes de justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica, vislumbramos as políticas educacionais para o ensino

superior como mecanismos que precisam de contínuo ajuste, aprimoramento e consideração de especificidades que expressem a cor local das variadas realidades brasileiras, no interior de cada região e entre as regiões. Pensar a respeito do aprimoramento para atender às diferenças regionais, de modo a respeitar inclusive saberes locais e militantes, pode assegurar que as desigualdades sejam reduzidas, que a evasão diminua e seja mantida a permanência nas salas de aula e laboratórios do ensino superior, a partir da fruição que precisa estar presente na graduação até a circulação de saberes que as pós-graduações demandam, sob forma de publicações e outras maneiras de divulgação que devolvam à sociedade o seu investimento nessas modalidades e níveis de ensino.

Com o presente texto – que também é expressão e fruto dos conceitos de justiça que elaboramos em tríade – colocamos nossa voz no coro de mulheres consideradas para reafirmar o aumento significativo, sobretudo nos últimos 10 anos, da presença das mulheres nos programas de pós-graduação, em todas as regiões do Brasil. Apesar das disparidades regionais, as tendências gerais são positivas e indicam um progresso contínuo na equidade de gênero, ao focalizar os fatores brevemente trazidos no presente texto.

Há de se monitorar essas tendências e investigar os fatores que contribuem para as disparidades regionais, com o objetivo de desenvolver políticas públicas ainda mais eficazes para promover inclusão e equidade no ensino superior.

CAPÍTULO 3 - MULHERES EM ÁREAS DE CONHECIMENTO: PRESENÇA, AUSÊNCIA E RESISTÊNCIA

“A justiça concreta é sensível às desigualdades concretas.”

“A liberdade não é um estado, é uma conquista contínua.”

Agnes Heller

O presente capítulo pretende discutir e apresentar as barreiras históricas e atuais que as mulheres enfrentam para acessar o ensino superior, especialmente em áreas predominantemente masculinas, como as de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, bem como as Engenharias. Através dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira e da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, a tese analisa o acesso de mulheres a essas áreas de estudo, que tradicionalmente são tidas como masculinas.

Trata-se de reflexão que se baseará na análise das matrículas na pós-graduação, tendo o potencial de demonstrar, também neste nível de ensino, a necessidade de buscarmos promover a equidade de gênero. Desta maneira, ao considerar, no âmbito das pós-graduações, o exercício do Direito à Educação, a pesquisa pretende apresentar e abordar neste capítulo, sob a ótica de uma análise histórica, se as mulheres estariam ou não seguindo majoritariamente as carreiras tradicionalmente pensadas para elas.

O objetivo deste capítulo é, portanto, analisar o processo de democratização do acesso à pós-graduação pelas mulheres. Como já esclarecido anteriormente, a pesquisa utiliza dados públicos disponibilizados na Plataforma Sucupira, gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com esses dados, é possível realizar uma análise criteriosa e aprofundada sobre o acesso de mulheres aos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ao longo dos últimos 10 anos.

Metodologia

A metodologia aplicada para coleta e apresentação de dados nesta pesquisa foi a análise e coleta de dados que foram posteriormente analisados de formas diversas, respeitando-se as buscas por respostas significativas, ao ter em vista as relações com os campos de pesquisa para os quais essa tese se destina, e, ainda, com relação a algumas questões elaboradas tanto a partir do citado campo quanto a partir de leituras prévias e experiências das autoras deste texto.

Abordaremos neste capítulo o acesso de mulheres discentes ingressantes, do gênero feminino, em áreas exploradas tradicionalmente por homens. Para o presente estudo, foi considerada a seguinte questão: o que nos mostram os números, no que se refere ao aumento ou à diminuição do acesso de mulheres nas grandes áreas de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias, áreas estas tradicionalmente tidas como masculinas?

A fonte de coleta foi o painel de dados oficiais do Observatório da Pós-graduação, na Plataforma Sucupira, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, analisando-se os números apresentados nos últimos 10 anos (2013 a 2022).

A metodologia utilizada para a coleta de dados, como já dito anteriormente, contou com consultoria de profissional estatístico, por se tratar de informações em larga escala. Adotar essa perspectiva, a da pesquisa quantitativa e em larga escala, foi uma ferramenta importante na seleção das variáveis. Ao lado disso, a pesquisa qualitativa teve como elementos fundamentais tanto a consideração da categoria gênero, quanto a abordagem fundamentada nos estudos feministas.

3.1 As grandes áreas de Engenharias e Ciências Exatas, Agrárias e da Terra

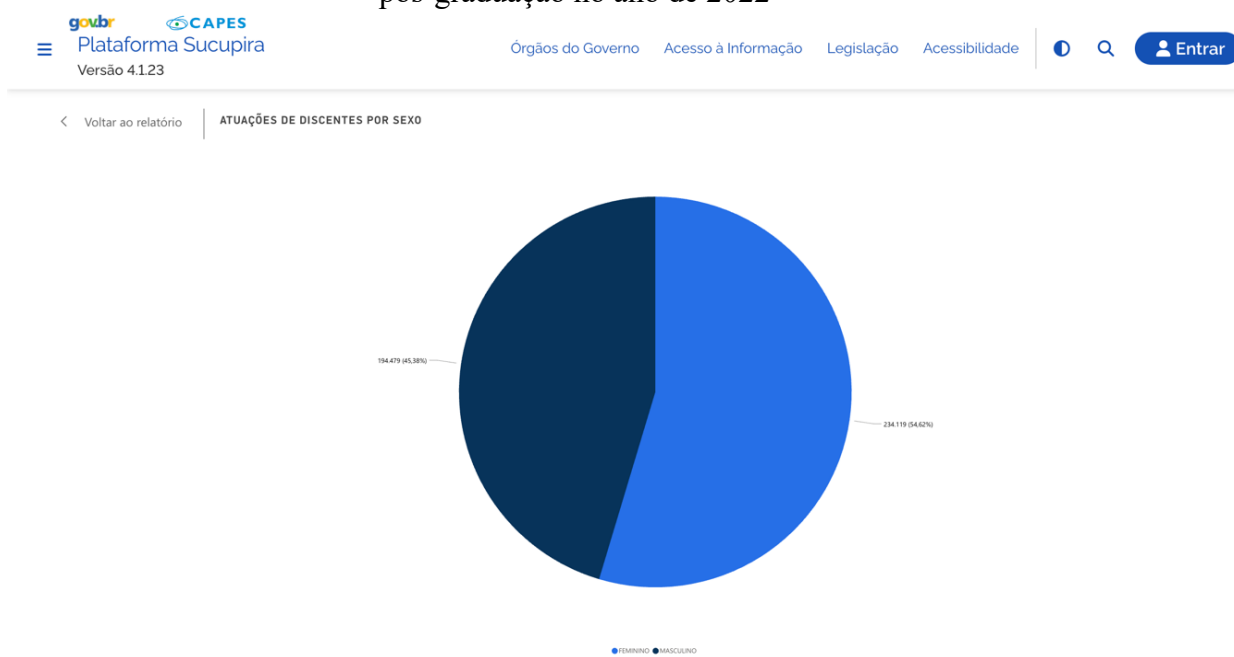
Podemos afirmar que a inserção das mulheres no sistema educacional brasileiro foi lenta e marcada por resistências. Durante muito tempo, a educação feminina esteve restrita ao espaço doméstico, voltada para a formação de 'boas esposas e mães'. A partir do século XIX, com a expansão das escolas públicas e a crescente urbanização, as mulheres começaram a adentrar os espaços escolares. No entanto, o acesso ao ensino superior permaneceu como um desafio por décadas, sendo apenas no século XX que as mulheres conquistaram maior presença nas universidades.

De acordo com Livia Gomes (2023) mesmo assim, essa presença foi (e ainda é) marcada por desigualdades, com a concentração em áreas consideradas 'femininas', como educação e saúde, enquanto áreas como engenharia e ciências exatas permaneceram predominantemente masculinas. A história da educação das mulheres no Brasil revela, portanto, não apenas avanços, mas também a persistência de barreiras culturais e sociais que limitam suas escolhas e oportunidades.

Não obstante todas as dificuldades de acesso, não podemos deixar de perceber um número histórico: segundo os últimos dados atualizados da Plataforma Sucupira, em 2022

(números brutos), 234.119 (duzentos e trinta e quatro mil cento e dezenove) discentes mulheres estão matriculadas em cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto os homens chegam ao patamar de 194.479 (cento e noventa e quatro mil quatrocentos e setenta e nove) discentes, corroborando uma estatística final de 45,38% (quarenta e cinco vírgula trinta e oito por cento) de homens, para 54,62% (cinquenta e quatro vírgula sessenta e dois por cento) de mulheres estudantes de pós-graduação matriculados nas 5 regiões do país, conforme podemos confirmar no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Comparativo entre número de discentes mulheres e homens matriculados em pós-graduação no ano de 2022



Fonte: Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/painel> Acesso em: 10 jan.2025.

Com este trabalho, pretendemos analisar se, apesar dos avanços significativos das mulheres no sistema educacional brasileiro, ainda persiste uma distribuição desigual entre as áreas de conhecimento, evidenciando possíveis barreiras que dificultam a equidade de gênero no acesso e na permanência em determinados campos de estudo. Essa análise se faz importante, uma vez que, ao olharmos apenas para os números e as respectivas porcentagens, temos uma primeira e imediata impressão de que nós, mulheres, somos maioria, porém, ao analisarmos os números desse acesso de forma específica, passamos a ter uma melhor dimensão de como e se, esses acessos estão efetivamente acontecendo.

Passamos agora à análise dos dados recentes sobre o acesso das mulheres à pós-graduação no Brasil. Os números revelam tanto avanços quanto desafios, destacando a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero em todas as áreas do

conhecimento. Segundo Oliveira-Silva e Parreira (2022) a sub-representação feminina nos campos de Engenharias e Ciências Exatas, Agrárias e da Terra, principalmente naqueles de alta demanda e mais bem remunerados, contribui para perpetuar a segregação ocupacional entre homens e mulheres.

Baseamos inicialmente a análise do presente trabalho no número de discentes separados por grande área, de modo que uma verificação inicial se faz necessária para que possamos discutir os resultados apresentados. Uma informação relevante é assimilarmos quais são os cursos que compõem cada área em questão. De acordo com a CAPES, a área de Ciências Exatas e da Terra é composta pelos cursos de Astronomia, Física, Computação, Geociências, Matemática e Química. Quando falamos das Ciências Agrárias temos os cursos de Ciência de Alimentos, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária e Zootecnia/Recursos pesqueiros. Além dessas, temos as engenharias: civil, elétrica, mecânica, de produção, de software, de computação, urbana, hidráulica, de meio ambiente, dentre outras.

Importante destacar que essas áreas foram escolhidas para a análise no presente trabalho devido a sua alta concentração de matrículas de homens, por serem tradicionalmente considerados ramos em que pessoas do sexo masculino se sobressaem.

Em 2013, havia 29.522 (vinte e nove mil quinhentos e vinte e dois) alunos matriculados nas Ciências Agrárias, 27.084 (vinte e sete mil e oitenta e quatro) matriculados em Ciências Exatas e da Terra, e 34.354 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro) matriculados em Engenharias, perfazendo um total de 90.960 (noventa mil novecentos e sessenta) alunos.

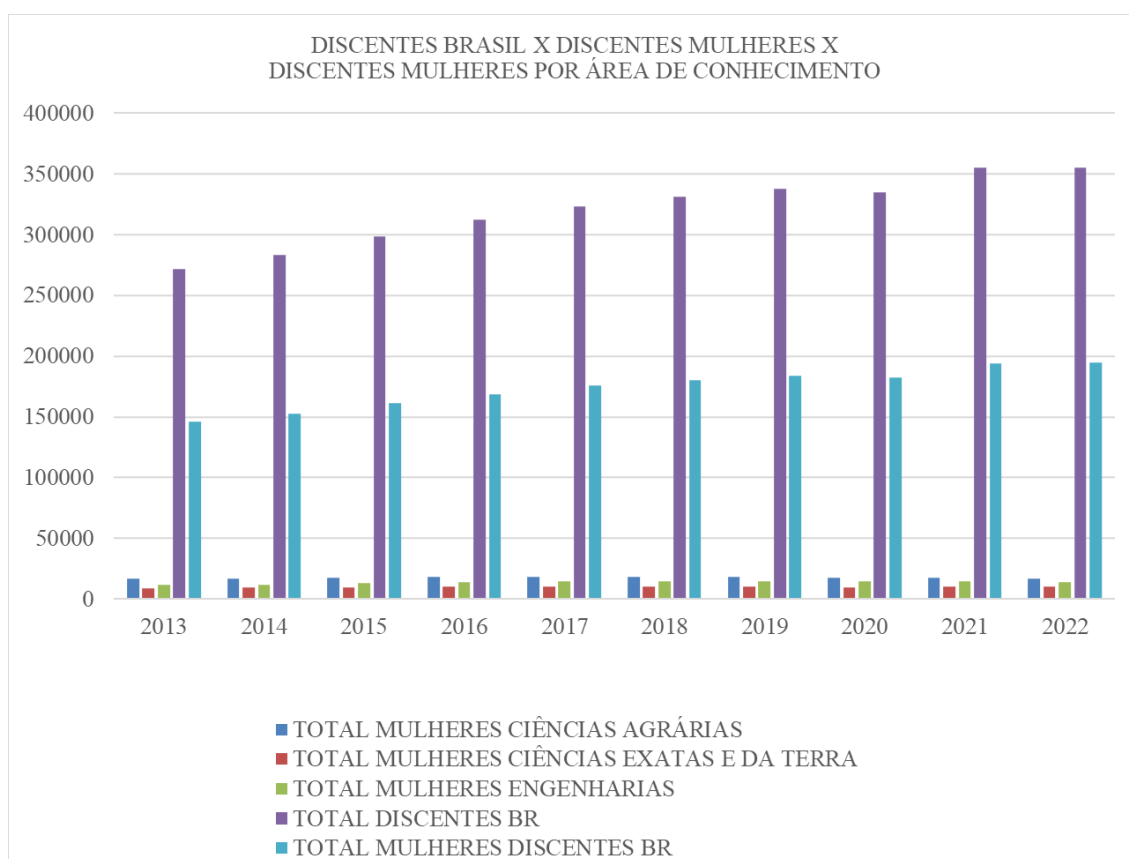
Desse total, podemos destacar a quantidade de mulheres matriculadas nessas grandes áreas de conhecimento sendo: 16.475 (dezesesseis mil quatrocentos e setenta e cinco), 9.070 (nove mil e setenta) e 11.341 (onze mil trezentos e quarenta e um), respectivamente, perfazendo um total de 36.886 (trinta e seis mil oitocentos e oitenta e seis) alunas, o que pode ser considerado como 40,55% (quarenta vírgula cinquenta e cinco por cento).

Analisando os dados apresentados em 2022, ou seja, 10 anos depois do recorte inicial estabelecido, o cenário se transforma em alguns pontos relevantes. Enquanto o número de matriculados na grande área de Ciências Agrárias reduz para 28.458 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito), o número de matriculados em Ciências Exatas e da Terra, aumenta para 30.566 (trinta mil quinhentos e sessenta e seis), e ainda maior é o crescimento apresentado pelas Engenharias, que corresponde a 39.807 (trinta e nove

mil oitocentos e sete) discentes. Chegando a um total de 98.831 (noventa e oito mil oitocentos e trinta e um) alunas.

Ao analisarmos os números de mulheres, temos um total de 39.047 (trinta e nove mil e quarenta e sete), sendo 16.838 (dezesesseis mil oitocentos e trinta e oito) matriculadas em Ciências Agrárias, 9.936 (nove mil novecentos e trinta e seis) em Ciências Exatas e da Terra, e 13.862 (treze mil oitocentos e sessenta e dois) em Engenharias. Dessa forma, chegando ao percentual de 39,87% (trinta e nove vírgula oitenta e sete por cento) do total de alunos matriculados nessas 3 áreas de conhecimento. Vejamos no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Comparativo entre número de discentes matriculados em pós-graduação nos últimos 10 anos, discentes mulheres e discentes mulheres nos cursos de Ciências Agrárias, Ciências Exata e da Terra, e Engenharias



Fonte: Realizado pelas autoras.

Seria o caso de uma reflexão imediata de que todas as grandes áreas tiveram um crescimento significativo de matrículas totais e, portanto, também de mulheres. Porém, quando avaliamos na forma de estatística, para que efetivamente fique comprovado o aumento ou diminuição de matriculados nessas áreas, temos uma situação bastante peculiar.

Todas essas 3 (três) áreas tiveram uma redução estatisticamente significativa de matriculados. A avaliação realizada resulta, portanto, nos seguintes indicadores: na grande área de Ciências Agrárias temos uma redução significativa de 2,86% (dois vírgula oitenta e seis por cento), e de 2,64% (dois vírgula sessenta e quatro por cento) de mulheres; na grande área de Ciência Exatas e da Terra, temos também uma redução significativa de 1,37% (um vírgula trinta e sete por cento), e quando observamos as mulheres, uma diminuição de 1,11% (um vírgula onze por cento); e, por fim, a área de Engenharias, com uma redução de matriculados de 1,45% (um vírgula quarenta e cinco por cento) e também de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) de mulheres.

Não podemos deixar de pontuar que diferentemente dessas 3 grandes áreas escolhidas para estudo e análise no presente trabalho – quais sejam: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias – em outras áreas, temos exatamente o contrário do que se observou neste estudo até aqui. Um exemplo interessante, e que pode ser utilizado para ilustrar a situação, é que se pode observar com clareza o aumento estatisticamente significativo do acesso de mulheres nas seguintes áreas: Ciências Humanas, e Ciências Sociais aplicadas, além de Linguística, Letras e Artes e a área denominada Multidisciplinar, que é composta pelos seguintes cursos: Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplina e Materiais. Conclui-se, portanto, que não só há uma diminuição do acesso de mulheres nas áreas em destaque, tradicionalmente ocupadas pelos homens, mas há uma migração tida como natural para as outras áreas, tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Ao avaliarmos os resultados obtidos com a análise dos dados compilados na Plataforma Sucupira, da CAPES, notadamente observamos que mesmo num momento inicial, quando verificamos o aumento de números de matriculados, não necessariamente esse número representa um aumento significativo de acesso, sendo necessárias essa análise estatística para que possamos efetivamente entender e mensurar números de acesso de mulheres no ensino superior, no nível de ensino ora estudado.

Fazendo um segundo passo em direção a análise proposta, apresentamos os números de mulheres ingressantes relacionadas e separadas por grande área de conhecimento, ou seja: analisaremos se, uma vez identificada essa totalidade de diminuição significativa de acesso de mulheres nessas três grandes áreas, visto que percebemos essa situação ao realizarmos os estudos baseados no número de ingressantes.

Desta análise, observou-se de forma muito equivalente, que há em todas as três áreas uma redução também estatisticamente significativa do número de ingressantes,

resultando em 2,45% (dois vírgula quarenta e cinco por cento) de redução na área de Ciências Agrárias, 1,71% (um, vírgula setenta e um por cento) de redução na área de Ciências Exatas e da Terra e 2,83% (dois vírgula oitenta e três por cento) de redução nas Engenharias. Em 2013 havia 9.015 (nove mil e quinze) ingressantes na área de Ciências Agrárias, ingressando em 2022 apenas 6.851 (seis mil oitocentos e cinquenta e um), desses, 5.042 (cinco mil e quarenta e dois) eram mulheres, e em 2022, apenas 4.046 (quatro mil e quarenta e seis). Nas Ciências Exatas e da Terra, em 2013 foram 2.694 (dois mil seiscentos e noventa e quatro) mulheres ingressantes, e em 2022, tivemos 2.081 (dois mil e oitenta e um); e, por fim, nas Engenharias o número foi de 3.417 (três mil quatrocentos e dezessete) para 3.663 (três mil seiscentos e sessenta e três) mulheres ingressantes nos respectivos cursos.

Tendo em vista os dados apresentados acima, podemos perceber que existem áreas que possuem maiores e, outras, menores concentrações de mulheres. As quatro áreas que tiveram crescimento significativo de acesso de mulheres nos últimos 10 anos foram: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar. Atualmente, o maior número de mulheres está concentrado na área de Ciências Humanas, sendo 37.177 (trinta e sete mil cento e setenta e sete) matriculadas, com crescimento significativo de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) nos últimos 10 anos.

A segunda área de conhecimento que tem o maior número de mulheres matriculadas é a Multidisciplinar, que possui 26.307 (vinte e seis mil trezentos e sete) matrículas, e teve um crescimento exponencial de 4,08% (quatro vírgula zero oito por cento) no mesmo período. Um resultado efetivamente importante analisando-se o acesso de mulheres nesse nível de ensino. As duas últimas áreas possuem 24.594 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e quatro) mulheres e 15.864 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro) com um aumento significativo de 2,06% (dois vírgula zero seis por cento) e 0,28% (vinte e oito centésimos por cento), respectivamente, e são elas a Ciências Sociais Aplicadas e a Linguística.

Discussões Teóricas, uma breve aproximação

Levando-se em consideração os diversos estudos existentes sobre o tema, bem como a avaliação dos números coletados na Plataforma Sucupira, e as análises acima descritas, ousamos começar essa discussão com a seguinte reflexão:

A análise da trajetória do contingente feminino com nível universitário é fundamental, uma vez que o acesso às universidades se traduz em ascensão social e possibilidade de concorrência por melhores postos de trabalho e, do ponto de vista das relações de gênero, em ocupação de postos de poder/comando controlados tradicionalmente por homens. Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante em um contexto como o brasileiro, no qual a participação feminina em importantes esferas decisórias ainda é bastante incipiente (Guedes, 2008, p.121).

Destacamos, portanto, o quão importante é a análise das trajetórias das mulheres nesse nível de ensino, uma vez que a democratização desse acesso é fator essencial para a ascensão social feminina, melhores condições e oportunidades de trabalho, bem como presença e participação feminina em esferas decisórias.

A entrada das mulheres nas universidades não representa apenas um avanço educacional, mas também uma oportunidade de romper com essa estrutura histórica de desigualdade. Porém, ao analisarmos o acesso de mulheres em cursos tradicionalmente masculinos, observamos com clareza que não há um aumento de acesso de mulheres nos cursos de Engenharia, Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra, nos últimos 10 anos. Pelo contrário, o que se observa é um esvaziamento global desses cursos, tanto pelos discentes do sexo masculino, quanto do sexo feminino.

Afirmamos, com todos os dados coletados e analisados, que apesar da ampliação do acesso de mulheres no nível de ensino em análise, a distribuição entre todas as áreas de conhecimento não ocorre equitativamente. Observamos uma manutenção de mulheres nos cursos tradicionalmente associados à docência e cuidados, e há uma diminuição, um declínio, estatisticamente significativo nas áreas citadas acima.

Essa afirmação nos conduz ao seguinte caminho: além da questão de democratização de acesso, há uma manutenção estrutural das questões de gênero nas escolhas acadêmicas. A literatura aponta que as barreiras enfrentadas pelas mulheres nesses campos vão além do ingresso, estendendo-se à permanência e ascensão na carreira acadêmica e profissional. Lombardi (2024) destaca que a construção social do trabalho ainda reserva papéis distintos para homens e mulheres, o que impacta diretamente nas suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Estereótipos de gênero também não podem ser ignorados. Para Michelli Pinto Lima,

Na reprodução cultural de qualidades inerentes à produção de ciência, estereótipos perduram e contribuem para criar uma identidade de gênero também na ciência, delimitando os campos de atuação de um e outro sexo. Isso promove a autodiscriminação de mulheres, que não fazem a opção pelo curso considerado como um reduto masculino. O

que lhes é ensinado durante o processo de socialização é que “tecnologia é coisa de homem” (Lima, 2013, p. 806).

De acordo com o estudo de Oliveira-Silva e Parreira (2022), podemos perceber que as mulheres vivenciam diversas barreiras e dificuldades para o acesso e permanência nessas Ciências em específico, dentre elas: assédio, discriminação de gênero, cobranças e demandas exacerbadas, escassez de mulheres nas áreas, preconceitos e estereótipos, teto de vidro, falta de apoio da família e de outras profissionais, insegurança, conflito família-trabalho e dificuldade de ascender na área.

Além disso, observa-se que a evasão feminina nesses cursos pode estar relacionada a fatores como a falta de representatividade, ambientes pouco acolhedores e dificuldades de conciliar a vida acadêmica com responsabilidades historicamente atribuídas às mulheres, como o cuidado com a família. Estudos como o de Oliveira-Silva e Parreira (2022) apontam que a ausência de redes de apoio institucionais e a prevalência de uma cultura acadêmica masculinista geram impactos negativos na permanência feminina em áreas tecnológicas e científicas.

Outro fator relevante a ser discutido é a influência das expectativas sociais na escolha profissional. Mesmo em um contexto de maior inclusão educacional, a pressão cultural para que mulheres escolham carreiras tradicionalmente femininas segue presente, contribuindo para a migração delas para áreas como Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que tiveram crescimento significativo nos últimos anos. A análise dos dados corrobora essa tendência binária no que se refere às relações de gênero, sendo que também sugere que a simples ampliação do acesso não é suficiente para garantir equidade em todas as áreas do conhecimento.

Vejamos o que diz as pesquisadoras e professoras Maria Rosa Lombardi, Maria Lúcia Vannuchi e Lúcia Villas Boas:

A persistente disparidade na participação de homens e mulheres nas prestigiadas atividades tecnológicas e científicas é uma das desigualdades de gênero vigentes no mundo do trabalho. Está fortemente ancorada em concepções e preconceitos que perpassam todos os grupos sociais, é decorrente da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de gênero, constitui-se num campo permanente de disputa de poder entre os sexos. As disputas de poder costumam trazer sofrimento psíquico às mulheres que atuam em áreas não convencionais, e este traço também persistiu nas últimas décadas, sem grandes alterações (Lombardi, Vannuchi e Villas Boas. 2024, p. 20).

3.2 A grande área de Ciências Humanas, Ciências Sociais aplicadas, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar

Uma nova perspectiva surge quando observamos e analisamos os números de acessos de discentes nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Sociais aplicadas, Linguística, Letras e Artes e a denominada área Multidisciplinar.

Ao partirmos do princípio, analisando os dados brutos temos as seguintes informações: em 2013, tínhamos 46.163 (quarenta e seis mil cento e sessenta e três) discentes ingressantes em Ciências Humanas, desse número 26.910 (vinte e seis mil novecentos e dez) eram mulheres. No mesmo ano tivemos um ingresso de 31.048 (trinta e um mil e quarenta e oito) alunos ingressando na pós-graduação, sendo 15.446 (quinze mil quatrocentos e quarenta e seis) mulheres na área de Ciências Sociais aplicadas. Em Linguística ingressaram 17.448 (dezessete mil quatrocentos e quarenta e oito), desses, 11.487 (onze mil quatrocentos e oitenta e sete) eram mulheres e, por fim, a área Multidisciplinar que teve um ingresso de 23.832 (vinte e três mil oitocentos e trinta e dois) alunos, e desses, 13.771 (treze mil setecentos e setenta e um) eram mulheres.

Diferente não é quando olhamos para o ano de 2022, quando ingressaram respectivamente na área de Ciências Humanas 64.101 (sessenta e quatro mil cento e um), desse total, 37.177 (trinta e sete mil cento e setenta e sete) eram mulheres; na área de Ciências Sociais Aplicadas, 47.473 (quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e três), com 24.594 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e quatro) mulheres; na área de Linguística, Letras e Artes, ingressaram 25.224 (vinte e cinco mil duzentos e vinte e quatro), sendo 15.864 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro) mulheres, e por fim, a área Multidisciplinar na qual ingressaram 44.781 (quarenta e quatro mil e setecentos e oitenta e um), e desse quantitativo, as mulheres que somam 26.307 (vinte e seis mil trezentos e sete). Mais uma vez o resultado não surpreende.

Em valores absolutos, todas essas áreas registraram aumento significativo na matrícula de discentes do gênero feminino, com destaque para a área Multidisciplinar, que quase dobrou sua participação — passando de 13.771 para 26.307 mulheres, um crescimento de 91%.

Passando à análise estatística, considerando que muito além do que esses números brutos sugerem, é necessário avaliarmos se há significância numérica relevante nesse crescimento.

Todas as quatro grandes áreas tiveram crescimento estatisticamente significativo, de 1,04%, 1,93%, 0,67% e 3,83%, em total de discentes. Em ordem de crescimento, temos um aumento da área Multidisciplinar, seguida da área de Ciências Sociais aplicadas, Ciências Humanas e, por fim, a Linguística, Artes e Letras.

A busca pela informação a qual daremos destaque vem em seguida, quando observamos também um crescimento estatisticamente significativo de mulheres por essas áreas de conhecimento.

A área que mais cresceu em número de mulheres, foi a Multidisciplinar, com aumento de 4,08%, seguida da área de Ciências Sociais Aplicadas, com aumento de 2,06%; na área de Ciências Humanas é observado em crescimento de 0,67%, e de maneira bem mais discreta observa-se um crescimento de 0,28% na área de Linguística, Letras e Artes.

Nota-se, portanto, que de maneira geral as Ciências Sociais Aplicadas também apresentaram elevação notável, com um acréscimo de mais de nove mil mulheres no período. Tais dados evidenciam não apenas a consolidação da presença feminina em campos historicamente mais abertos à participação das mulheres, como também apontam para uma ampliação do acesso à pós-graduação nessas áreas. Este avanço quantitativo reforça a importância de políticas de equidade que sustentem, qualitativamente, a permanência e a valorização das trajetórias acadêmicas femininas nesses espaços.

Algumas informações são relevantes para passarmos as análises das possíveis causas desse crescimento. Quais são os cursos que compõem essas grandes áreas? Quando falamos da área de Ciências Humanas, estamos diante dos seguintes cursos: Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Ciências da Religião, Teologia, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia. Já a área de Ciências Sociais Aplicadas inclui cursos como: Administração Pública, Arquitetura e Direito. A área de Linguística, Letras e Artes tem os seguintes cursos: Linguística Histórica, Teoria e Análise Linguística, Filologia, Sociolinguística, Psicolinguística e Linguística Aplicada. Em Letras: Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras (Inglês, Espanhol, Francês etc.), Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literaturas Estrangeiras; e em Artes: Artes Cênicas (Teatro), Música, Cinema, Artes Visuais e Dança. Por fim, dentro do nosso escopo de estudo, temos a área Multidisciplinar, que é composta por cursos como: Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplinar e Materiais.

O que se depreende dessa análise preliminar é que enquanto olhamos para os cursos de Engenharias, Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra, é notório o quanto

esses cursos têm uma influência generosa dos homens, sendo, portanto, comumente considerados como cursos masculinos.

Ao olharmos para a gama de cursos que são absorvidos pelas grandes áreas em análise, podemos considerar exatamente o oposto disso, ou seja: são cursos com um apelo muito mais feminino do que masculino, o que demonstra uma repetição de ações historicamente consideradas.

No nosso entendimento, para além da classe social, haveria uma multideterminação (gênero, geração, raça/etnia), em que diversos fatores intervenientes condicionariam o sujeito a esta escolha, tendo ele maior ou menor liberdade para decidir sobre seu futuro (Casagrande, Lima e Souza, 2016, p. 829).

Estudos dão conta dessa situação desde 1990 e, a partir desse momento, percebemos afirmações de que:

As quatro áreas de conhecimento e de trabalho consideradas tradicionais redutos femininos – educação, humanidades e artes, saúde e bem-estar social e serviços – continuam congregando as escolhas das jovens (Lombardi, Villas Boas e Sousa, 2024, p. 460).

Para Silvio Duarte Bock, “é necessário um avanço na compreensão da relação indivíduo/sociedade, de forma dialética, e não idealista ou liberal” (2002, p.67). Essa afirmação, ao abordarmos a desigualdade de gênero na pós-graduação brasileira, nos mostra que é imprescindível compreender os dados não como expressões de escolhas individuais ou falhas pessoais, mas como resultados de uma estrutura social historicamente desigual.

As abordagens idealistas e liberais tendem a desconsiderar o papel das instituições, das estruturas de poder e das ideologias que operam na reprodução das desigualdades educacionais e científicas. Assim, ao longo desta tese, optamos por uma leitura crítica, que relaciona os dados quantitativos da Plataforma Sucupira às múltiplas dimensões socioculturais que condicionam a trajetória acadêmica das mulheres, especialmente nas áreas tradicionalmente masculinas.

Jeorgina Gentil Rodrigues e Maria Cristina Soares Guimarães afirmam que as conquistas das mulheres ainda se depreendem de seus próprios esforços pessoais, e demonstram que, apesar de alguns avanços, continuamos tendo sempre as mesmas dificuldades de inserção em ambientes masculinizados, em igualdades salariais, em direito de atuação em ambientes de alta gestão.

(...) por meio de estudos em perspectiva micro que pesquisadores têm questionado a desigualdade de gênero na ciência, a partir de explicações

que postulam que formas sutis de discriminação persistem no local de trabalho e limitam o avanço das mulheres na carreira científica. Tais análises apontam para crenças e atitudes que operam inconscientes por meio de interações de trabalho e de políticas e procedimentos subjetivos, institucionalizados no local de trabalho (Rodrigues, Guimarães, 2016, p. 205).

Assim sendo, “Embora as mulheres estejam atuando de forma mais intensa em instituições de pesquisa e ensino, ainda enfrentam a discriminação e a desigualdade de gênero, expressas nas mais diferentes perspectivas” (Rodrigues, Guimarães, 2016, p. 201).

Como citado anteriormente, a área de Ciências Sociais Aplicadas abrange também o curso de Direito. Se pudermos fazer aqui um recorte sobre essa profissão em específico, perceberemos que, mesmo em áreas em que as mulheres têm um grande acesso, ainda existem diversas barreiras a serem superadas, desafios e fragilidades.

Nas palavras de Maria Rosa Lombardi, Maria Lúcia Vannuchi e Lúcia Villas Boas:

Se considerarmos, ao mesmo tempo, a grande expansão da presença feminina na advocacia e o espaço naturalmente restrito para sua colocação em postos de trabalho no poder judiciário, podemos supor que a grande maioria das formandas acaba se direcionando para o exercício efetivo da advocacia em empresas e grandes escritórios. E é justamente nesses espaços que elas estarão expostas aos maiores níveis de competição e discriminação. Por um lado, ao conciliar suas funções profissionais com as de mãe, esposa e mulher, reduzem consideravelmente suas possibilidades de sucesso e ascensão na carreira, pois a advocacia é considerada uma profissão full-time. Por outro, ficam expostas a discriminações, tanto por parte dos clientes, que preferem advogados atuando em sua defesa, como por parte de colegas de profissão na disputa por postos hierárquica e financeiramente mais vantajosos (Lombardi, Vannuchi e Villas Boas, 2024, p. 201).

Nosso papel nesse momento é perseverar nos movimentos de mulheres e nas lutas feministas, modificando-as e ampliando-as. Perseverar na luta feminista significa também visibilizar essas estratégias históricas e aprender com elas para transformar o presente. As lutas feministas não apenas reivindicam espaço, mas propõem uma reestruturação crítica das bases institucionais e simbólicas que sustentam a desigualdade; dessa forma, precisamos agir coletivamente, agindo de maneira mais duradoura e institucionalizada. A “ampliação das lutas feministas” é uma parte essencial da própria lógica de existência crítica e transformadora.

3.3 A área do cuidado

Ao centrar nosso foco nas “áreas de cuidado”, relembramos o uso do “cuidado” como categoria analítica, e não como classificação formal da CAPES. Há de se ressaltar que nos referimos, a partir dos estudos feministas e do campo dos estudos de gênero e educação, a campos de conhecimento historicamente associados às práticas de assistência, educação e proteção social, tradicionalmente feminilizados no contexto da divisão sexual do trabalho.

Não podemos nos furtar de considerar uma área tão importante para análise do todo: a área de Ciências da Saúde. Com número total de ingressantes, que só perde para a área de Ciências Humanas, essa tão robusta área contou em 2013 com o ingresso de 40.575 (quarenta mil quinhentos e setenta e cinco) estudantes na pós-graduação, em 2022 foram 53.077 (cinquenta e três mil e setenta e sete). O número de mulheres também se mostra importante. Em 2013 eram 27.953 (vinte e sete mil novecentos e cinquenta e três), e em 2022, 36.677 (trinta e seis mil seiscentos e setenta e sete).

Interessante destaque se dá ao percebermos que, mesmo com esses números brutos que aparentam crescimento de acesso à respectiva área, o que houve foi um caso atípico, não sendo estatisticamente significativo, nem o crescimento e muito menos a diminuição dos discentes. Com as mulheres não foi diferente. Houve uma irrisória diminuição de mulheres, quando analisamos em uma confiança estatística de 95%, porém, ao subirmos para 99% de confiabilidade estatística, essa redução já não se mostra estatisticamente significativa. Apesar de haver crescimento em números absolutos de mulheres no total geral - acréscimo de 8.724 (oito mil setecentos e vinte e quatro) mulheres.

Podemos concluir, portanto, que, com relação a grande área do cuidado, o índice de ingresso se manteve completamente estável nos últimos 10 anos, mostrando que uma área com tal vigor, não sofre tão detidamente das intempéries de equidade de gênero, porém, seguem tendo desigualdades a serem enfrentadas. Um exemplo disso está no livro "Gênero e os trabalhos das mulheres", no qual evidencia-se que as áreas da saúde, educação e humanidades são tradicionalmente consideradas redutos femininos e continuam a concentrar as escolhas profissionais das mulheres, mesmo com a ampliação das possibilidades educacionais. As autoras Lucia Villas Boas, Maria Rosa Lombardi e Clarilza Prado de Sousa trazem essas reflexões:

As escolhas femininas, desde 1990, denotaram permanências e mudanças e evidenciaram a ampliação do leque de opções profissionais das mulheres para além daquelas em que sua presença já estava estabelecida ou era mais aceita socialmente. Em primeiro lugar, do lado das permanências, nota-se que as quatro áreas de conhecimento e de trabalho consideradas tradicionais redutos femininos – educação,

humanidades e artes, saúde e bem-estar social e serviços continuam congregando as escolhas das jovens (Lombardi, Vannuchi e Villas Boas. 2024, p. 461).

Para o momento, seguimos afirmando que os resultados obtidos na nossa pesquisa sugerem que as políticas de inclusão e expansão no ensino superior têm sido eficazes para aumentar a participação feminina nas pós-graduações, porém, ao analisarmos as grandes áreas em separado, observamos que tais políticas não têm demonstrado relevância nas áreas tradicionalmente masculinizadas. As áreas de Ciências Humanas, tradicionalmente mais femininas, têm mantido esse histórico e não tiveram modificações em seus resultados de acesso ao longo dos anos.

As áreas de Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, mantêm a presença feminina abaixo dos 35%, mesmo tendo algum crescimento continuam fortemente masculinizadas.

Algumas áreas como Linguísticas e Artes e a área da Saúde, mantêm presença majoritária de mulheres, mas sem avanços proporcionais significativos.

Nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, as mulheres passaram a representar mais de 50% entre os anos de 2013 e 2022.

Dessa forma, é fundamental refletirmos sobre o fato de que, apesar do crescimento da participação feminina no mercado formal ao longo das últimas décadas, as mulheres continuam majoritariamente direcionadas para ocupações de menor prestígio, com remuneração reduzida e maior vulnerabilidade. Ainda hoje, persiste a segregação ocupacional, na qual as mulheres tendem a ser alocadas em setores com salários mais baixos, como serviços e trabalhos domésticos, enquanto as áreas melhores remuneradas, como tecnologia e engenharia, permanecem predominantemente masculinas. Nas palavras de Scott (1995, p. 72), "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder."

Além disso, observa-se uma divisão no trabalho feminino: de um lado, a maioria se encontra em empregos instáveis e mal remunerados, enquanto, de outro, uma minoria consegue alcançar posições mais altas, embora continuem enfrentando barreiras para ascender dentro da hierarquia organizacional. Esse cenário evidencia que, mesmo em setores tradicionalmente masculinos, as mulheres frequentemente são limitadas a funções

subordinadas e encontram dificuldades adicionais para progredir, como diferentes autoras feministas clássicas já revelaram.

Por fim, é imprescindível discutir que a exclusão das mulheres de melhores oportunidades de emprego não se restringe apenas à dificuldade de acesso, mas também à permanência em posições seguras e bem remuneradas. Esse contexto reflete um mercado de trabalho que ainda privilegia os homens no que diz respeito à mobilidade e estabilidade profissional, em processos que seguem acirrando as desigualdades e colocando as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Estudos que serviram de base e reflexão para essa tese apontam também que inúmeros são os motivos que levam jovens a optarem por carreiras historicamente masculinas ou femininas. Nas palavras de Lindamir Salete Casagrande e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2016), podemos observar o seguinte:

Notou-se que os fatores aqui apresentados estiveram presentes nas falas de homens e mulheres. Porém, o estranhamento pelo fato de uma menina/mulher escolher um curso de engenharia se fez notável. Meninas/moças/mulheres estudantes que optaram por engenharia, de modo especial, engenharia Mecânica, afirmaram que muitas pessoas tentaram fazê-las mudar de ideia por acharem que o curso era muito difícil e não apropriado para mulheres. Nestas falas fica implícito, ou, talvez, explícito, o fato de considerarem que elas, por serem mulheres, não dariam conta do curso (Casagrande, Lima e Souza, 2016, p. 846).

Dessa forma, ao lado de outras análises e dados, o presente estudo pode criar condições para a formulação de políticas educacionais e institucionais que incentivem a inserção e a permanência das mulheres nas Engenharias, Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Tais inserções e permanência poderão se dar, por exemplo, por meio de programas de mentoria, bolsas de incentivo específicas ou ações afirmativas que reduzam as barreiras de entrada e progressão acadêmica.

A implementação dessas estratégias e tantas outras pode contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero e para a formação de um ambiente acadêmico mais diverso e igualitário, e consequentemente uma sociedade nos mesmos moldes equitativos que sonhamos, e pelos quais trabalhamos nas Universidades.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOCENTES: O REFLEXO DA CONTINUIDADE

Um dos questionamentos objetivos dessa pesquisa, sugere a reflexão sobre a permanência de mulheres como docentes dos programas de pós-graduação. É claro que os números brutos de docentes já seriam, de toda forma, extremamente reduzidos. Mas além dessa realidade, será que, uma vez que as mulheres completam o ciclo acadêmico proposto, com todas as dificuldades de permanência sobre as quais nos debruçamos no decorrer desse estudo, elas acessam e permanecem nos quadros docentes das Universidades Públicas?

Desta forma, as questões que se colocam nesse ponto do estudo em desenvolvimento são precipuamente duas: inicialmente, vamos analisar se existe evolução da representatividade feminina no corpo docente dos cursos de pós-graduação, ou seja, como tem se dado (se é quem tem se dado) a representação de mulheres como docentes em programas de pós-graduação ao longo do tempo? Observaremos se há tendências de crescimento ou estagnação em certas áreas ou regiões. Em seguida, propomos também uma reflexão sobre o impacto regional na representatividade feminina, questionando como a representatividade de mulheres docentes em programas de pós-graduação varia entre diferentes regiões do Brasil, e quais fatores regionais influenciam nessa distribuição.

Inicialmente, é de suma importância lembrarmos a metodologia utilizada na confecção desses dados. Para a análise dos dados estatísticos, esta tese adotou uma abordagem sistemática, combinando técnicas quantitativas e comparativas. Inicialmente, foram coletados pessoalmente, pela doutoranda, dados primários sobre docentes e discentes em programas de pós-graduação, organizados por região, grande área do conhecimento e gênero, utilizando a Plataforma Sucupira em seus dados públicos (<https://sucupira.capes.gov.br/painel>), através do painel de dados do observatório da Pós-graduação como fonte oficial.

Os números brutos foram compilados em planilhas estruturadas em formato do programa de planilhas eletrônicas da Microsoft, o Excel, permitindo a identificação de tendências ao longo de um período de dez anos. Em seguida, aplicaram-se métodos de análise descritiva para calcular percentuais médias e variações anuais, possibilitando a detecção de padrões de crescimento, estagnação ou redução na representatividade feminina (esse trabalho foi realizado por um estatístico devidamente experiente).

Após esse trabalho, e para além disso, a interpretação dos resultados e as análises baseadas nos questionamentos objetivos dessa pesquisa foram contextualizadas à luz de referências teóricas feministas, assim como foram considerados estudos prévios sobre desigualdade de gênero. Tal observância garantiu que a análise estatística não se restringisse à dimensão numérica, mas também integrasse uma compreensão crítica das estruturas que condicionam a distribuição de mulheres na pós-graduação brasileira.

Lembremos que, nas palavras de Andreia Barreto:

O debate sobre as relações entre gênero e educação tem-se mostrado fundamental para a interpretação das sociedades contemporâneas, assim como para a definição de estratégias de desenvolvimento no campo educacional. Por todo o mundo, as desigualdades de gênero estão presentes na história da educação, de que as mulheres são recorrentemente excluídas ou têm sua participação pouco valorizada (Barreto, 2014, p.7).

Os dados de 2013 apontam que existiam no Brasil 69.204 (sessenta e nove mil duzentos e quatro) docentes, com um crescimento contundente nos anos seguintes, chegando em 2022 a 86.442 (oitenta e seis mil quatrocentos e quarenta e dois) docentes. Ao avaliarmos apenas o número de mulheres que ocupam esses cargos, chegamos a 28.494 (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e quatro) mulheres em 2013, com também um crescimento objetivo para 36.267 (trinta e seis mil e duzentos e sessenta e sete) em 2022. Houve, portanto, um aumento significativo do número de mulheres docentes nos programas de pós-graduação nesse período. Esse aumento foi analisado estatisticamente, chegando à diferença de 0,78% de crescimento nesses 10 anos de análises realizadas.

De toda forma, não podemos deixar de registrar que, em nenhum dos últimos 10 anos, o número de mulheres superou o número de homens, e que na realidade, as mulheres representaram apenas 41,17% das cadeiras em 2013, chegando em 2022 com 41,96% de ocupação feminina docente. Claro que é necessário evidenciarmos que, se 41,96% são mulheres, os outros 58,04% são homens ocupando esses cargos, em uma análise global das regiões do país. Ou seja: há presença feminina nos mais altos níveis de ensino, ocupando cargos docentes, mas persiste a desigualdade.

Essas desigualdades estão arraigadas no centro de uma sociedade ainda extremamente machista e patriarcal, mas que de diferentes modos têm tentado transformar essa realidade. O presente estudo pretende, portanto, consolidar os dados compilados sobre a participação feminina no âmbito docente das Instituições de Ensino, atualizando esse panorama de forma comparativa. Sendo assim, vejamos as análises estatísticas.

Dentre as 5 regiões do Brasil, a área que tem o maior dado de números brutos de mulheres docentes é a região Sudeste (como já era de se esperar), tendo 14.182 (quatorze mil cento e oitenta e duas) mulheres docentes em 2013 e, 16.472 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e duas) em 2022. Essa informação nos conduzirá a uma análise particularmente surpreendente nos próximos passos, motivo pelo qual a investigação terá início por essa região.

Interessante observar também que esse é o território em que as mulheres chegam quantitativamente mais perto dos homens. Se considerarmos que 50,60% dos docentes do Brasil estão concentrados nessa região, em 2013, reduzindo para 46,28% em 2022, já temos um dado relevante, demonstrando que houve uma redivisão da quantidade de docentes pelo país. Do total de docentes do Sudeste, as mulheres representam 49,77% em 2013, chegando a 45,42% em 2022, o que também demonstra a relevância dessas análises. A porcentagem de mulheres docentes na região Sudeste reduziu, portanto, em 4,35% nesses 10 anos.

Essa redução é observada em 7 das 9 áreas de conhecimento. Os números variam, e vamos apresentar abaixo, mas podemos desde já estabelecer que essa redução foi sentida em maior ou menor grau a depender da área, mas todas sofreram reduções estatisticamente significantes. Evidenciamos a seguir em ordem de redução: a área que perdeu o maior número de mulheres docentes foi a de Ciências da Saúde, com 20,94%, seguida das áreas de Ciências Humanas com 16,34% e Ciências Biológicas, com 12,84%. Em seguida, as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Linguística, Ciências Agrárias, com, respectivamente, 8,29%, 7,05% e 6,46% de redução; chegando, por fim, na área de Engenharia, que teve 2,39% de redução. A única exceção é a área de Ciências Sociais Aplicadas, que teve um aumento estatisticamente significativo de 2,4%, ou seja: eram 1.262 (mil, duzentas e sessenta e duas) mulheres em 2013, e chegamos ao número de 1.732 (mil setecentas e trinta e duas) em 2022, assim sendo, temos um crescimento de 54,8% para 57,2%. A área multidisciplinar teve um aumento não significativo de 0,1%, mostrando-se neutra nesse cenário.

Passada essa primeira análise dos números totais brutos e estatisticamente considerados dessa região em destaque, apresentamos agora as disparidades entre as outras regiões do Brasil, considerando também as grandes áreas definidas pela CAPES.

No Centro-Oeste, em 2013, havia 5.331 (cinco mil trezentos e trinta e um) docentes, desses 2.303 (duas mil trezentas e três) eram mulheres, chegando em 2022 num total bruto de 6.992 (seis mil novecentos e noventa e dois) sendo 3.028 (três mil e vinte e

oito) mulheres. No decorrer desses 10 anos houve um aumento de 0,27%, o que é considerado um aumento estatisticamente não significativo de mulheres docentes nesta região.

Há também que se analisar a presença de mulheres nas diferentes áreas de conhecimento, e nesta seara observamos que nessa mesma região houve uma redução significativa de mulheres docentes nas áreas de conhecimento das Ciências Agrárias, com uma redução de 1,35%, bem como na área de Ciências Exatas e da Terra, com uma redução significativa de 1,05%. Os números brutos, se considerados, mostram que em 2013 existiam 225 (duzentas e vinte e cinco) docentes, e em comparação, no ano de 2022 o número era de 255 (duzentas e cinquenta e cinco) docentes na área de Ciências Agrárias, e de 142 (cento e quarenta e duas) para 155 (cento e cinquenta e cinco) na área de Ciências Exatas e da Terra.

Em contrapartida, ainda analisando a região Centro-Oeste, as áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, e Multidisciplinar tiveram um aumento estatisticamente significativo, com crescimento de, respectivamente, 2,08% e 2,59%, com números brutos de mulheres docentes, em 2013 eram 168 (cento e sessenta e oito), chegando a 284 (duzentas e oitenta e quatro) na primeira área citada, e de 386 (trezentas e oitenta e seis) em 2013, chegando em 586 (quinhentas e oitenta e seis) docentes em 2022.

A análise de todas as outras áreas, quais sejam: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Engenharia e Linguística, demonstram uma redução do número de mulheres docentes nessa região, porém, não estatisticamente significativo nesses 10 anos.

A próxima região em destaque, será a região Nordeste. Com um total de docentes de 12.728 (doze mil setecentos e vinte e oito) em 2013, chegando a 17.425 (dezessete mil quatrocentos e vinte e cinco) em 2022, sendo que destes, as mulheres eram 5.338 (cinco mil, trezentas e trinta e oito) em 2013 e 7.303 (sete mil trezentas e três) em 2022. Em primeiro plano, observamos o aumento estatisticamente significativo, de 1,40% de mulheres docentes nesta região.

Uma percepção relevante dessa região é de que das 9 áreas de conhecimento, 4 tiveram um aumento estatisticamente significativo do número de mulheres docentes, quais sejam: Ciências da Saúde, com 5,96%, indo de 990 (novecentas e noventa) para 1482 (mil, quatrocentas e oitenta e duas) docentes; Ciências Sociais Aplicadas, com 5,49%, indo de 504 (quinhentas e quatro) para 829 (oitocentas e vinte e nove) docentes;

Linguística, saindo de 450 (quatrocentas e cinquenta) para 639 (seiscentas e trinta e nove) docentes, crescendo 1,56%; e a grande área Multidisciplinar, crescendo 9,22%, tendo 797 (setecentas e noventa e sete) docentes em 2013 e 1.327 (mil trezentas e vinte e sete) docentes em 2022.

Na mesma análise compondo esse estudo chegamos à conclusão de que nas outras 5 áreas houve uma redução estatisticamente significativa de mulheres docentes. A área com o maior destaque é Ciências Agrárias, com redução de 7,03%, reduzindo de 527 (quinhentas e vinte e sete) para 480 (quatrocentos e oitenta) docentes. Nessa área conseguimos observar não só uma diminuição em percentuais, mas também dos números brutos reais.

Nas outras 4 áreas, observamos um fenômeno que permeia toda essa tese. Em um primeiro olhar, quando da análise dos números brutos, o leitor é levado a acreditar que o número de docentes cresceu, porém, a análise estatística mostra a realidade fática: houve, na verdade, reduções estatisticamente significantes em todas elas.

Ciências Biológicas, redução de 0,75%, indo de 469 (quatrocentas e sessenta e nove) para 594 (quinhentas e noventa e quatro), em números estatísticos, redução de 20,36% para 19,62%; Ciências Exatas e da Terra, redução de 2,02%, indo de 356 (trezentas e cinquenta e seis) para 407 (quatrocentas e sete), em números estatísticos, redução de 15,46% para 13,44%; Ciências Humanas, redução de 1,71%, indo de 943 (novecentas e quarenta e três) para 1188 (mil cento e oitenta e oito), redução estatística de 40,95% para 39,23%; Engenharias, redução de 1,32%, indo de 302 (trezentas e duas) para 357 (trezentas e cinquenta e sete), estatisticamente de 13,11% para 11,79%.

O fato de termos diminuição estatisticamente significativa do número de docentes nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, coaduna com as reflexões obtidas no capítulo anterior, quando observamos a diminuição do número de mulheres ingressantes nessas 3 grandes áreas, que desde sempre já tem o histórico de serem áreas masculinizadas.

No estudo de Lindamir Salete e Ângela Maria (2016) podemos perceber claramente uma reafirmação dessa situação:

(...) a suposta falta de habilidade Matemática e espacial “explicaria o escasso número de mulheres nas engenharias e arquitetura, profissões que requerem habilidade para as Matemáticas e as relações espaciais”. Entretanto, Lea Velho (apud SANTOS, ICHIKAWA e CARGANO, 2006) argumenta que a socialização diferenciada de meninos e meninas é fundamental para o desenvolvimento das habilidades e, no decorrer deste processo, “as mulheres são ensinadas a procurar ajuda e a ajudar

e não a serem autoconfiantes ou a funcionar autônoma e competitivamente como os garotos” (p. xiv). Stefan Selke (2006) afirma que os meninos, ao ingressarem em cursos técnicos, trazem um conhecimento prévio, oriundo da socialização voltada para o manuseio de artefatos tecnológicos. Os/as professores/as, ao introduzir um tema novo durante as aulas, não partem do zero e, com isso, as meninas que tiveram socialização mais voltada para as relações pessoais encontram dificuldade em acompanhar as aulas, e algumas acabam desistindo do curso (Casagrande e Souza, 2016, p. 825).

A região Norte também tem suas especificidades. Em uma análise inicial, é uma região em que houve aumento, porém não estatisticamente significativo, do número de mulheres docentes em geral, considerando todas as áreas. Um aumento de 4,49% em 2013, para 5,58% em 2022. Das 9 áreas, observamos que Ciências Agrárias, Exatas e da Terra, e linguística, tiveram aumento, porém não significativo, de respectivamente, 0,35%, 0,01% e 0,65%. Nas áreas de Ciências Biológicas e Engenharias houve redução, também não significativa, de 0,92% e 0,02%. E, por fim, as áreas que efetivamente têm um reflexo a ser evidenciado: a área de Ciências Humanas, com o maior crescimento, indo de 192 (cento e noventa e duas) para 384 (trezentas e oitenta e quatro). Tínhamos 8,34% e passamos a 12,68%, um crescimento de 4,34%; Ciências da Saúde, que tinham 123 (cento e vinte e três) mulheres em 2013, e passaram a 274 (duzentas e setenta e quatro) em 2022; um crescimento de 3,71%. Nós éramos 5,34% de mulheres em 2013, e passamos a 9,05% em 2022. A área Multidisciplinar vem em seguida, com 341 (trezentas e quarenta e uma) docentes em 2013, passando a 507 (quinhentas e sete) em 2022, ou seja: um crescimento de 14,81% para 16,74%, totalizando 1,94%, e a área de Ciências Sociais Aplicadas, com 101 (cento e uma) docentes em 2013, evoluindo para 172 (cento e setenta e duas) em 2022, o que significa: 4,39% em 2013 para 5,68% em 2022, um crescimento de 1,29% estatisticamente significativo.

Por fim, a região Sul, na qual podemos observar situações diversas a depender da área. O número total de docentes dessa região em 2013 era de 12.905 (doze mil novecentos e cinco), sendo que deste total, 5.393 (cinco mil trezentas e noventa e três) eram mulheres. Em 2022, o cenário era de um aumento significativo tanto em números brutos quanto estatisticamente. Fomos para 7.440 (sete mil quatrocentos e quarenta) mulheres e um total de 17.046 (dezessete mil e quarenta e seis) docentes, ou seja, em 2013 éramos 18,93% de mulheres docentes e fomos para 20,51% em 2022, um crescimento significativo de 1,59%.

A área que mais cresceu e chama atenção por isso foi a Multidisciplinar, que abrigava 678 (seiscentas e setenta e oito) mulheres em 2013 e passou a ter 1.232 (mil duzentas e trinta e duas) em 2022, o que significa que houve um crescimento de 11,25% de docentes mulheres, éramos 29,44% e passamos a 40,69%.

As áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde também têm referenciais de crescimento significativo. Nas Ciências Sociais tínhamos em 2013, 578 (quinhentas e setenta e oito) mulheres e chegamos ao número de 900 (novecentas) em 2022, um índice de crescimento de 25,1% para 29,72%, ou seja: 4,62% de aumento. Nas Ciências da Saúde, éramos 982 (novecentos e oitenta e duas) em 2013, e passamos a 1.336 (mil trezentas e trinta e seis) em 2022; alcançamos 42,64% em 2013 e crescemos para 44,12% em 2022, um aumento de 1,48%.

A área de Ciências Humanas foi a que sofreu a maior redução. Observamos o adimplemento da curiosa situação, em que uma primeira leitura fria dos números brutos nos levaria a acreditar que todas as regiões tiveram aumento, pois os números de docentes aumentaram em quantidade, porém não na análise estatística. Dessa forma, tínhamos 1.047 (mil e quarenta e sete) mulheres docentes em 2013 e fomos para 1.278 (mil duzentas e setenta e oito) em 2022. Estatisticamente, 45,46% em 2013, passando a 42,21% em 2022, uma redução de 3,26%.

Podemos então dizer que apesar de o número absoluto de mulheres docentes na área de Ciências Humanas ter aumentado ao longo do período analisado, esse crescimento não se refletiu em um ganho proporcional de participação feminina no total de docentes. Em outras palavras, mesmo que haja mais mulheres ocupando essas posições em 2022 do que em 2013, o ritmo desse aumento foi inferior ao crescimento do número total de docentes na área. Ou seja, o crescimento das vagas foi mais significativo entre os homens, levando a uma redução relativa da presença feminina, mesmo com o acréscimo de novas docentes mulheres.

A área de Linguística, da mesma forma, tinha 479 (quatrocentas e setenta e nove) docentes em 2013, e 592 (quinhentas e noventa e duas) em 2022. Considerando o ano inicial dessa análise com 20,80%, reduzindo para 19,55% no ano final, uma redução de 1,25%.

Ciências Biológicas, 543 (quinhentas e quarenta e três) para 682 (seiscentas e oitenta e duas) no período, ou seja, as mulheres correspondiam a 23,58% em 2013, e a 22,52% em 2022, uma redução de 1,05%. Por fim, a área de Ciências Exatas e da Terra, que era em 2013 a segunda menor área com quantidade bruta de mulheres, perdendo

apenas para Engenharias, e assim sendo, tinha 333 (trezentas e trinta e três) mulheres em 2013 e 421 (quatrocentas e vinte e uma) em 2022, reduzindo, portanto, de 14,46% para 13,90%, ou seja: 0,56%.

As áreas de Engenharias e Ciências Agrárias, respectivamente a que tinha um menor número de mulheres em 2013 e a terceira na lista de quantidades brutas, quais sejam: 297 (duzentas e noventa e sete) para 401 (quatrocentas e uma) e 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) para 596 (quinhentas e noventa e seis) não tiveram resultados significativos nem de redução, nem de aumento, mantendo-se estagnadas.

De todas essas análises acima expostas, evidenciamos abaixo alguns tópicos relevantes, lembrando sempre que nossas análises se fundamentam nos 10 anos de referência, 2013 a 2022, razão pela qual uma conclusão geral, apresentando e recapitulando os resultados mais comuns em todas as áreas de conhecimento, será apresentado a seguir.

Como já evidenciamos, de todos os aumentos estatisticamente significativos, relembremos a situação da área Multidisciplinar na região Sul, com um crescimento de 11,25%. Na outra ponta, a redução mais expressiva dentre as 5 regiões em análise e levando-se em consideração todas as áreas de conhecimento, temos a redução de 20,94% no número de mulheres docentes da região Sudeste na área de Ciências da Saúde.

Esse fato, somado a todos os números apresentados acima, como por exemplo os números brutos, Linguística, que saltou de 237 (duzentas e trinta e sete) mulheres em 2013 para 302 (trezentas e duas) em 2022, e de Ciências Humanas, que também cresceu de 503 (quinhentas e três) mulheres em 2013 para 635 (seiscentas e trinta e cinco) em 2022, nos dá condições para refletirmos sobre a análise da presença feminina nas universidades brasileiras, e percebemos que determinadas áreas do conhecimento, como Linguística e Ciências Humanas, funcionam historicamente como "portas de entrada" para mulheres no ensino superior. Essa estrutura da sociedade está apoiada naquilo que as teóricas feministas denominam de divisão sexual do trabalho intelectual, uma lógica de organização da ciência que atribui às mulheres funções e saberes socialmente considerados "naturais", como o cuidado, a mediação e a educação.

De acordo com nossos estudos, a maior presença feminina continua concentrada nas áreas de educação, humanidades e linguística – campos tradicionalmente associados a atributos culturais tidos como femininos, como a sensibilidade, a expressão e a capacidade de escuta. Esse padrão, que se mantém ao longo do tempo, revela não apenas

uma preferência individual, mas sobretudo um arranjo estrutural que reproduz desigualdades de gênero dentro do espaço acadêmico.

Além disso, essa concentração feminina em áreas já feminilizadas, evidencia a persistência da divisão de áreas segundo estereótipos de gênero no sistema científico. Ainda que as mulheres tenham ampliado sua presença no ensino superior como alunas e docentes, seu acesso a espaços de prestígio e poder intelectual segue restrito a campos considerados "menos duros" ou "menos técnicos", enquanto áreas como engenharia, física e computação continuam sendo ocupadas pelos homens.

Assim, refletir sobre a presença significativa de mulheres nas áreas de Linguística e Ciências Humanas exige ir além da constatação estatística: é necessário considerar as dimensões simbólicas e materiais que delimitam as fronteiras de gênero na produção de conhecimento.

Como afirmam diversas autoras feministas, o combate à desigualdade de gênero no ensino superior passa não apenas por ampliar a participação feminina, mas por desconstruir as hierarquias que estruturam o valor social dos diferentes campos do saber.

Percebe-se, portanto, o mecanismo de exclusão horizontal, que ilustra a escassez delas e, diversas esferas. A exclusão vertical, por sua vez, refere-se às barreiras que dificultam a progressão em suas carreiras, resultando na escassez delas em posições de poder. Esse fenômeno também se faz presente em áreas consideradas femininas, entretanto, é intensificado nas áreas de STEM (Oliveira-Silva, Parreira, 2022. p.2).

Com relação a área de Ciências Sociais Aplicadas, a mesma pode ser avaliada como a única das 9 (nove) áreas que demonstrou um crescimento contínuo em todas as regiões. Esse crescimento foi, inclusive estatisticamente, significativo.

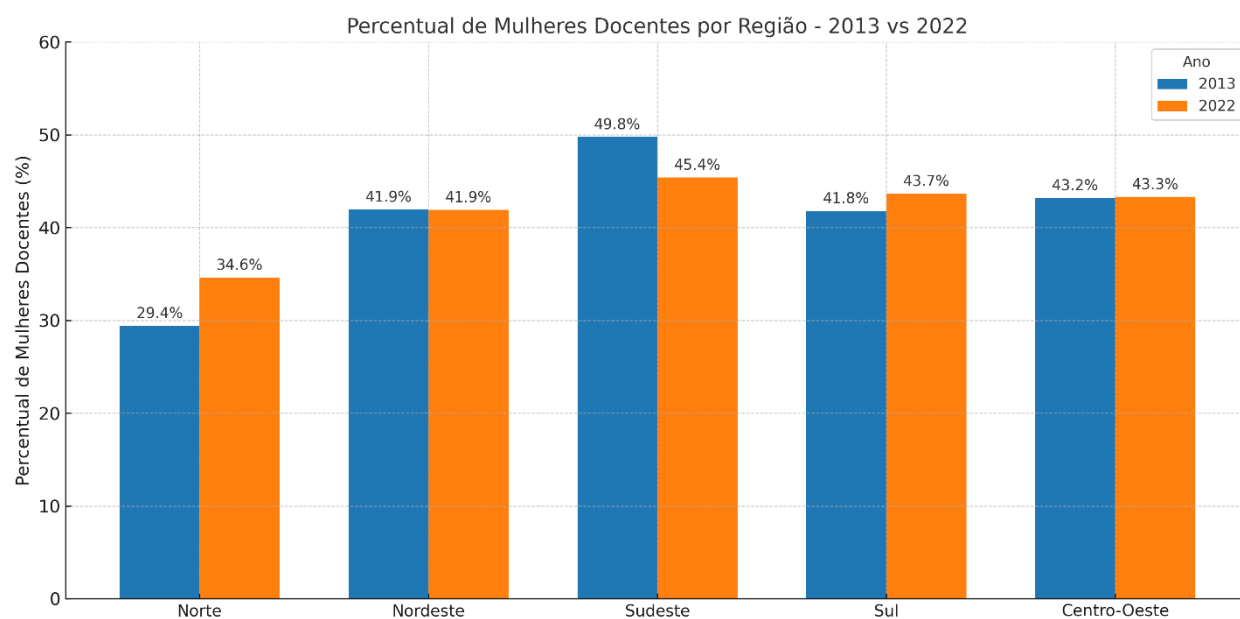
Mais uma vez, evidenciando o que os estudos até aqui apresentados têm reiterado, o aumento das mulheres nas áreas relacionadas a cuidado, áreas tidas como mais leves ou mais fáceis, ou que não sejam áreas que envolvam raciocínios lógicos e matemática. Chegamos à conclusão de que a área de Ciências Exatas e da Terra demonstrou uma redução de mulheres em 4 das 5 regiões, sendo que a região Norte demonstrou um leve crescimento, mas esse não foi sequer estatisticamente significativo.

A área de Ciências Biológicas seguiu o mesmo caminho, houve redução estatisticamente significativa em 4 das 5 áreas, sendo que novamente a região Norte diferencia-se por um detalhe, ela demonstra redução como as outras regiões, porém não estatisticamente significativa. (Uma ressalva aqui, pois no Centro-Oeste há uma pequena divergência quando avaliamos o índice de confiabilidade de 95% ou 99%. Sendo que em

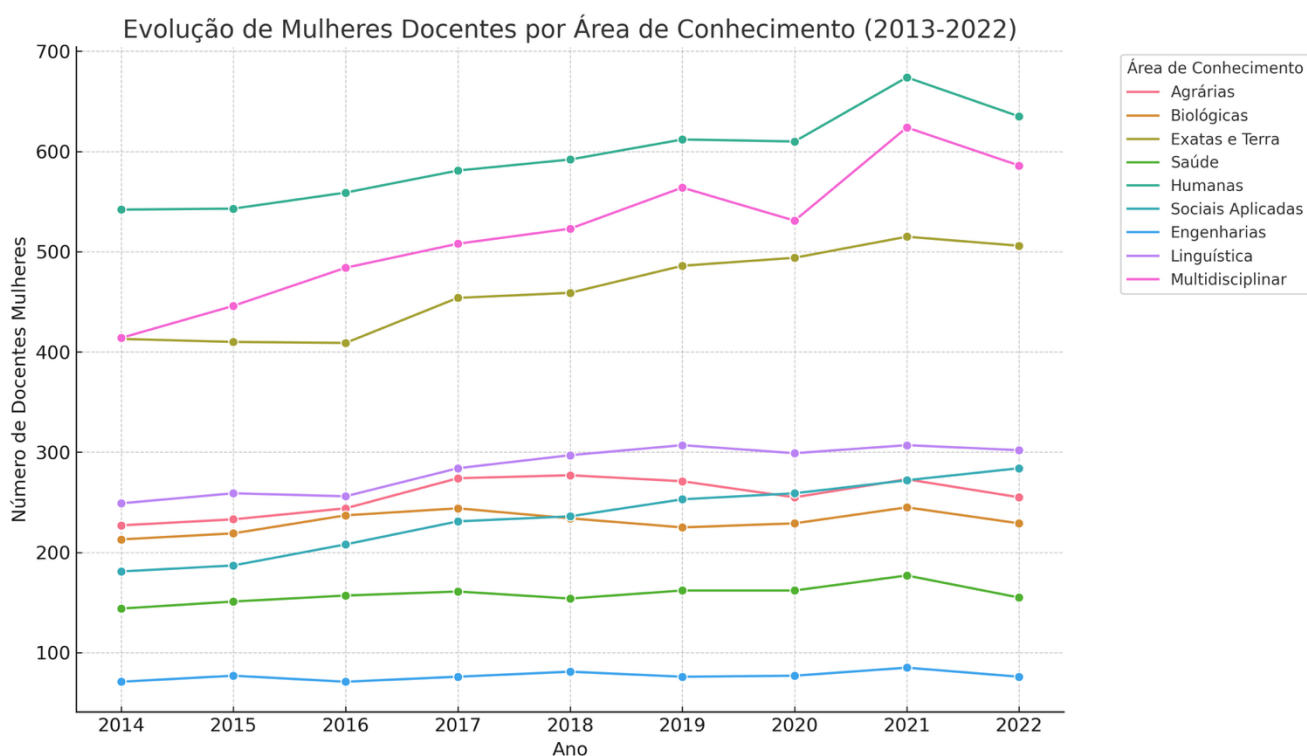
todos os outros estamos baseados em 99%. A análise aqui se fez na confiabilidade de 95%).

Abaixo demonstraremos de forma visual gráficos que evidenciam as análises aqui narradas.

Gráfico 4 - Percentual de Mulheres Docentes por Região



Fonte: Realizado pelas autoras.

Gráfico 5 – Evolução de mulheres docentes por área de conhecimento (2013-2022)

Fonte: Realizado pelas autoras.

Diante de todo o exposto e considerando o que já vem sendo apresentado nessa tese nos capítulos anteriores sobre as barreiras e resistências enfrentadas por mulheres nas diversas áreas de conhecimento, passaremos a analisar como essas reduções de mulheres docentes demonstram as perpetuações do viés de gênero nas áreas masculinizadas, bem como nas áreas citadas no Capítulo 3 Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias.

Temos, atualmente, diversos estudos que apontam que as áreas de exatas, engenharias e agrárias carregam um histórico de exclusão simbólica das mulheres, mesmo quando estas acessam os espaços de formação e docência. Como expõe Ana Maria Ribeiro Santos (2020), a desvalorização da presença feminina se expressa não apenas nas relações interpessoais, mas também na organização institucional dos espaços acadêmicos. Isso fica extremamente evidenciado desde o início deste capítulo, quando observamos que no Brasil tínhamos apenas 41,17% das cadeiras em 2013, chegando em 2022 com 41,96% de ocupação feminina docente. Lembrando, mais uma vez, que se 41,96% são mulheres, os outros 58,04% são homens ocupando esses cargos, em uma análise global das regiões do país.

Isso contribui para a sub-representação persistente de docentes mulheres, mesmo em contextos nos quais percebemos que houve crescimento do número total de docentes nas regiões.

É necessário que reflitamos também sobre os mecanismos de exclusão e violência simbólicas. As mulheres enfrentam barreiras não apenas para o ingresso, mas principalmente para a permanência nas carreiras de maior prestígio científico. Dentre as situações mais frequentes, destacam-se a deslegitimação de sua autoridade técnica e a hipervisibilidade de seus erros. Para Rocelly Cunha, Magda Dimenstein e Candida Dantas (2021), a mulher científica tem sua presença tolerada, mas precisa reiteradamente justificar sua competência. As autoras afirmam que:

Estudos desenvolvidos no Brasil revelem o mesmo cenário (...) constataram desigualdade entre mulheres e homens em termos de segregação horizontal e vertical, isto é, as mulheres são maioria em áreas do conhecimento relacionadas com as profissões socialmente identificadas como femininas e há uma proporção expressiva de mulheres em posições mais baixas na hierarquia da Ciência, Tecnologia e Inovação (Cunha, Dimenstein, Dantas, 2021, p. 83).

Além disso,

O número de mulheres pesquisadoras tem crescido mundialmente. No entanto, as desigualdades de gênero persistem em quatro aspectos: as mulheres ainda representam parcela minoritária na ciência mundial; concentram-se em determinadas áreas de conhecimento; predominam nos níveis iniciais da carreira e são sub-representadas em posições deliberativas da política científica e tecnológica (Cunha, Dimenstein, Dantas, 2021, p. 81).

O trabalho das autoras Rayane Monique Bernardes Loch, Kelly Beatriz Vieira torres e Carolina Reciate Costa, “Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia” mostra que, mesmo com conquistas no acesso, as normas institucionais são construídas com base em um modelo masculino de cientista, que exige dedicação exclusiva, ausência de vínculos afetivos e horários flexíveis – padrões que colidem com as trajetórias femininas, especialmente aquelas ligadas à maternidade e aos cuidados, esses reflexos todos nós vemos ainda mais quando identificamos que as mulheres que chegam à conquista do espaço da docências são, na grande maioria das vezes, mulheres já minimamente vividas, com suas histórias, vidas e filhos, o que também demonstra a dificuldade de permanência nesses espaços.

As autoras afirmam, no mesmo sentido dos números que apresentamos acima, que:

As últimas décadas trouxeram consideráveis avanços no que diz respeito à inserção e participação de mulheres no campo científico. Atualmente é possível perceber o número significativo de mulheres em muitas universidades do país como docentes/ pesquisadoras e estudantes de graduação e pós-graduação. (...) Atualmente observa-se que o tema tem sido cada vez mais discutido, e pode ser considerado uma vertente dos estudos de gênero que procura dar visibilidade às desigualdades construídas socialmente entre a mulher e o homem também no ambiente científico/ acadêmico, por meio das análises das diferenças de sexos. Os enfoques principais se situam nas diferenças de gênero em relação a produção científica dos pesquisadores, nos papéis e atividades científicas, nas desigualdades de acesso de mulheres ao mercado de trabalho e na sua inserção em carreiras de nível superior (Costa, Loch e Torres, 2021, p. 2).

E como, portanto, explicamos os fatores que tem destaque para o afastamento das mulheres da comunidade científica como um todo? Seja como ingressante discente da pós-graduação, seja como docente, entendendo que seria uma forma inclusive de permanência acadêmica? Existem dificuldades das mulheres em conciliar vida familiar e carreira profissional, persistência do machismo nas diversas áreas de convivência humana, dificuldades em serem devidamente reconhecidas em suas tarefas, dentre outros.

Apesar das diversas formas de obstáculos vivenciadas pelas mulheres, muitas delas permanecem ativamente na docência e produção científica, ancoradas em redes de apoio e estratégias coletivas. As mulheres resistem e permanecem, apesar de, como discute o artigo “Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas”, de autoria de Lígia Carolina Oliveira-Silva e de Vanessa Aparecida Diniz Parreira (2021), as barreiras dizem respeito às dificuldades percebidas pelas mulheres ao longo de sua formação, e as estratégias são apontadas como recursos para lidarem com dificuldades. A pesquisa citada afirma que:

Tanto no grupo das estudantes quanto das profissionais, já na apresentação pessoal, as participantes abordaram, espontaneamente, vivências ligadas às barreiras enfrentadas. As dificuldades giraram em torno dos temas: assédio, discriminação de gênero, cobranças e demandas exacerbadas, escassez de mulheres nas áreas de STEM, preconceitos e estereótipos, necessidade de se ajustar aos ambientes “masculinos”, teto de vidro, falta de apoio da família e de outras profissionais, insegurança, conflito família-trabalho, vontade de desistir da carreira, rejeição da feminilidade e dificuldade de ascender na área (Oliveira -Silva, Parreira, 2021, p. 4).

Os dados apresentados e as discussões aqui desenvolvidas evidenciam as complexas barreiras que limitam a plena participação feminina nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Exatas e Engenharias, áreas historicamente marcadas por uma forte masculinização.

A redução estatisticamente significativa do número de docentes mulheres nessas áreas não apenas reflete desigualdades quantitativas, mas também aponta para persistentes fatores culturais, institucionais e simbólicos que dificultam o ingresso e a permanência dessas mulheres na academia. Reconhecer essas múltiplas dimensões é essencial para avançar no entendimento das dinâmicas de exclusão e resistência que caracterizam o cenário da pós-graduação brasileira.

O capítulo seguinte aprofundará a análise sobre o papel das políticas institucionais, das práticas acadêmicas e das ações afirmativas na promoção da equidade de gênero na pós-graduação. Serão discutidos os impactos, limitações e potencialidades dessas políticas no enfrentamento das desigualdades identificadas. Essa abordagem permitirá construir um panorama mais abrangente e crítico sobre as estratégias para ampliar a representatividade feminina na ciência brasileira. Ao analisarmos o estado da arte, mapeando as revistas que serão apresentadas a seguir, pretendemos dar ainda mais profundidade ao tema em discussão e demonstrar como tem sido discutido no cenário acadêmico o tema central dessa tese: gênero na pós-graduação.

CAPÍTULO 5 – O ESTADO DA ARTE: GÊNERO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

A construção deste capítulo fundamenta-se em uma ampla e sistemática investigação bibliográfica realizada nas três principais revistas brasileiras que se destacam na interface entre educação, gênero e justiça epistêmica: *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas* (REF) e *Revista Internacional de Educação Superior* (RIESup). O objetivo dessa etapa da pesquisa foi identificar, ler e analisar todos os artigos publicados por esses periódicos, desde suas fundações até o ano de 2025, que abordem de forma direta ou transversal temas como acesso e permanência de mulheres na educação superior, com ênfase nas áreas científicas tradicionalmente masculinas e nas desigualdades estruturais do meio acadêmico.

A seleção desses periódicos se justifica tanto pela relevância consolidada no campo dos estudos feministas quanto pelo seu compromisso editorial com as interseccionalidades e com a crítica às estruturas excludentes da ciência. Cada uma dessas revistas possui trajetória editorial robusta, o que será evidenciado em cada uma das próximas sessões nas quais apresentaremos a pesquisa e oferece um acervo rico em reflexões teóricas, análises empíricas e propostas metodológicas que contribuem para a compreensão aprofundada dos processos de (in)justiça acadêmica e epistêmica no Brasil contemporâneo.

A realização de um estado da arte nesta pesquisa de doutorado não é apenas uma etapa metodológica necessária, mas uma escolha estratégica. Ao sistematizar a produção acadêmica recente sobre acesso, permanência e representatividade de mulheres na pós-graduação, o trabalho oferece uma visão panorâmica e crítica dos caminhos já trilhados, das lacunas existentes e dos debates em aberto. A escolha por essa metodologia do saber permite localizar a presente investigação dentro de um campo em constante transformação, evitando reducionismos e possibilitando um diálogo qualificado.

Mais do que compilar dados, o estado da arte revela o que se escreve, como se escreve e quem escreve sobre desigualdades de gênero no ensino superior. Esse mapeamento se mostra fundamental para compreender os limites e potencialidades das abordagens existentes, além de evidenciar o lugar epistêmico das mulheres na produção de conhecimento. Ao investir nesse levantamento detalhado e crítico, a pesquisa reforça

seu compromisso com o rigor científico, a justiça epistêmica e a construção de uma tese profundamente ancorada na realidade acadêmica brasileira.

O levantamento foi feito manualmente pela doutoranda, em cada uma das revistas, transformados em um documento em formato Excel que será anexado a essa pesquisa. O resultado foi um mapeamento quantitativo e qualitativo de milhares de publicações, das quais foi possível extrair um conjunto de artigos que abordam com maior densidade os marcadores de gênero, classe, raça e território em suas intersecções com a produção de conhecimento científico e com os mecanismos de acesso e exclusão no ensino superior. Esses textos, identificados em planilhas e sistematizações analíticas próprias desta pesquisa, compõem a base empírica do presente capítulo.

Ao longo das seções seguintes, os artigos selecionados serão apresentados e discutidos à luz das categorias analíticas desta tese. Serão evidenciadas não apenas as temáticas recorrentes e as lacunas identificadas, mas também os deslocamentos teóricos promovidos por autoras que propõem releituras críticas dos conceitos de mérito, excelência, equidade e ciência. Ao final, este percurso pretende não apenas expor o estado atual da produção acadêmica sobre o tema, mas também indicar caminhos possíveis para futuras investigações comprometidas com uma ciência mais plural, justa e democrática.

5.1 História de Vida da Revista Estudos Feministas (REF)

A Revista Estudos Feministas (REF), publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma das mais importantes e consolidadas publicações científicas voltadas aos estudos de gênero, feminismos e interseccionalidades na América Latina. Desde sua fundação, no início dos anos 1990, e especialmente após sua consolidação institucional na UFSC a partir de 1999, a REF se tornou um espaço estratégico para a difusão de pesquisas comprometidas com a justiça epistêmica e a transformação social.

Seu escopo editorial acolhe uma ampla variedade de temas, como ciência, educação, tecnologia, trabalho, sexualidades, políticas públicas e movimentos sociais. Além disso, a REF adota uma abordagem crítica, plural e interseccional, o que a posiciona como fonte privilegiada de conhecimento para investigações que buscam compreender e questionar as estruturas de exclusão de gênero, raça e classe no espaço acadêmico e científico.

No próprio endereço eletrônico da revista observamos as seguintes descrições: A Revista Estudos Feministas, sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, é um periódico indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, e tem o objetivo de divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres.

A Revista Estudos Feministas foi criada em 1992, tendo sido inicialmente editada pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Num segundo momento, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro assumiram a responsabilidade pela edição da Revista. A partir de 1999, passou a ser sediada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, está integrada ao Instituto de Estudos de Gênero, órgão que agrega pesquisadoras oriundas de distintas áreas de conhecimento e atuação da UFSC, tendo como denominadores comuns os estudos feministas e a perspectiva de gênero.

O Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (<http://ieg.ufsc.br>) reúne professoras e pesquisadoras de vários campos do conhecimento, e tem cinco linhas de ação: a publicação da REF, a realização do Seminário Internacional Fazendo Gênero, a realização de cursos de formação continuada, a atuação na Área de Concentração Estudos de Gênero e Sexualidades no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, o Centro de Documentação do IEG e o Espaço Cultural Gênero e Diversidades. Nas palavras de Débora Diniz (2004), o objetivo da REF era ser um instrumento educativo e político de difusão das pesquisas acadêmicas em gênero e feminismo, com a pretensão de ser também um veículo de formação para os movimentos de mulheres.

No contexto de construção da presente tese de doutorado, na qual pretendemos analisar o acesso e a permanência de mulheres na pós-graduação no Brasil, com ênfase nas desigualdades estruturais e epistêmicas, a Revista Estudos Feministas se apresenta como um pilar de referência teórica e empírica. As diferentes seções da Revista são

compostas por artigos acadêmicos, artigos temáticos, ensaios, entrevistas, dossiês, seção temática e resenhas.

Os Artigos conterão análises de resultados de estudos empíricos ou poderão abordar questões teóricas e metodológicas, obedecendo critérios e regras já consagrados pela cultura acadêmica. Os Artigos Temáticos compreendem um conjunto de artigos já avaliados e aceitos para publicação pela Revista Estudos Feministas que, coincidentemente, se referem a um mesmo tema. São convidadas para organizá-los e apresentá-los uma ou mais editoras e/ou acadêmicas, em conformidade com seus interesses de pesquisa e familiaridade com o tema em que foram produzidos os artigos já aprovados por pareceristas ad hoc. A seção Ponto de Vista é formada por ensaios e entrevistas. Os Ensaio resultarão de reflexões sobre um determinado tema, elaboradas de modo mais flexível e aberto, os quais serão definidos como tal pela equipe editorial da Revista a partir das submissões realizadas por meio da seção “artigos”. As Entrevistas, que serão editadas em formato compatível com sua publicação, deverão ser realizadas com profissionais, acadêmicas, ativistas, cuja contribuição seja relevante para o desenvolvimento dos interesses do campo. A Seção Temática resulta de proposta de uma organizadora, externa ou não ao grupo de editoras, para chamar a produção de artigos acadêmicos sobre tema de interesse do campo de estudos feministas e de gênero, para publicação agendada com a coordenação editorial da Revista, os quais, assim como todos os outros artigos publicados nesta Revista, devem ser submetidos à avaliação de pareceristas externas. Os Dossiês devem conter artigos sobre temas atuais e polêmicos que contribuam para o debate epistemológico e político na área, devendo ser coordenados por profissional ou profissionais de reconhecida competência sobre a temática proposta para a seção, a qual deverá ser submetida para apreciação da editoria de dossiês e seções temáticas e, também, pela coordenação editorial. Os textos se constituem em um conjunto de trabalhos sobre tema associado a movimentos político-sociais, dentro ou fora da academia, selecionados e organizados pela coordenadora do dossiê. Os trabalhos podem incluir, além de artigos e ensaios, vários outros gêneros textuais, como depoimentos, descrições, propostas, manifestos, estudos de caso, enfim, sem necessariamente se adequar a normas acadêmico-científicas rígidas devido a seu cunho mais voltado a organizações militantes. A seção de Resenhas divulgará comentários críticos, avaliados pelas componentes da editoria de resenhas, sobre obras relevantes na área, publicadas no Brasil nos últimos dois anos ou no exterior nos últimos quatro anos (Texto retirado do site da REF, agosto 2025).

Vale salientar que no ano de 2004, o número especial da Revista nos trouxe uma grande e relevante base de estudo em 5 (cinco) artigos no Eixo: Múltiplos olhares sobre a REF, com artigos das seguintes autoras: Albertina de Oliveira Costa, da Fundação Carlos Chagas; Miriam Pillar Grossi, Luzinete Simões Minella e Sônia Weidner Maluf, todas da Universidade Federal de Santa Catarina; Débora Diniz, da Universidade de Brasília, e Paula Foltran, da ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Essas duas últimas com um artigo de extrema relevância para a época, para o número especial, que cuidava dos 10 anos da REF, bem como ainda nos complementa quando avaliamos a tese em andamento. O artigo Gênero e Feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas, nos traz uma amostra do que tem sido publicado pela revista nos últimos 10 anos, e como resultado desse artigo, não podemos deixar de observar que até 2004:

O “Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres” propõe nove áreas temáticas: “Ciência e Tecnologia”, “Ciências Naturais e Saúde”, “Ciências Sociais e Cultura”, “Comunicação, Artes e Espectáculos”, “Economia e Emprego”, “Educação”, “História e Mudança Social”, “Lei, Governo e Políticas Públicas” e “Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia”. Há publicações em todas as áreas do Tesauro, exceto em “Ciência e Tecnologia” e “Educação”, havendo uma concentração de publicações nas áreas temáticas “Ciências Sociais e Cultura” (26%), “Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia” (17%) e “História e Mudança Social” (17%), o que, em larga medida, pode ser considerado uma consequência natural da formação profissional das autoras (Diniz, 2004, p.250).

Essa amostra, do que estava sendo discutido na época, demonstra ainda mais a necessidade de discutirmos sobre educação e gênero. De fato, de todos os artigos selecionados para estudo na construção dessa tese apenas um único artigo de 1999, intitulado: Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio, pode ser utilizado como base para a discussão que se pretende neste estudo.

Observamos que, apenas em 2016, a revista começa a ter discussões interdisciplinares acerca de gênero, carreira, mulheres, ciências, acesso a pós-graduação levando-se em consideração as grandes áreas definidas pela CAPES.

Outra informação relevante para a época, e que se desdobra em números atuais, é que segundo Diniz:

A publicação em gênero e feminismo na REF é uma atividade eminentemente feminina: 95% das autoras da REF são mulheres.

Dentre os poucos autores homens que publicaram artigos individuais na revista, a proporção é de quatro estrangeiros para um brasileiro, dado significativo que reflete a divisão sexual do trabalho em gênero e feminismo nas universidades e centros de pesquisa no Brasil. A mesma identidade de gênero se mantém nas instâncias decisórias da REF, onde todas as coordenadoras, editoras e participantes do conselho editorial são mulheres. A REF conta com apenas dois homens no conselho consultivo internacional (8%) e nenhum no conselho consultivo nacional (Diniz, 2004, p. 248).

Atualmente, 2025, o Conselho Editorial segue 100% composto por mulheres, são elas: Cristina Scheibe Wolff, Luzinete Simões Minella, Maria Helena Lenzi e Tânia Regina de Oliveira Ramos, todas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Passados esses informes técnicos passamos a apresentação do mapeamento realizado pelas autoras.

A metodologia utilizada nessa fase da tese, foi o mapeamento sistemático, realizado pelas próprias autoras, bem como análise de cada uma das publicações realizadas durante a atividade da revista (1992 a 2025), levando em consideração os marcadores: Ensino superior, gênero, justiça acadêmica, justiça epistêmica, justiça científica e áreas de estudos científicos definidas pela CAPES.

Assim, realizamos um mapeamento sistemático de todos os anos de produção da REF, desde 1992 até 2025, chegamos ao incrível número de 2.479 publicações, entre Sumários, Resenhas, Dossiês, Pontos de vista, e artigos. Ao analisarmos as publicações é inegável a contribuição densa e abundante para o campo de estudos feministas.

Diante de tudo isso, após a análise e leitura dos textos que se fizeram relevantes, observamos que apenas 13 artigos, que foram completamente lidos e posteriormente incorporados nesta tese, refletem os desafios enfrentados por mulheres em busca do acesso e permanência no Ensino Superior. As análises e posteriores escolha dos artigos, foram feitas observando-se e levando-se em consideração os marcadores já citados, considerando textos que trouxessem informações sobre os temas: gênero, acesso, permanência, e grande área de ciência e tecnologia, mas que também oferecessem subsídios críticos sobre como tais experiências se articulam com políticas institucionais, dinâmicas interseccionais e epistemologias feministas.

Abaixo apresentamos uma tabela dos artigos selecionados, efetivamente lidos e analisados da REF, que complementam nosso estudo em andamento.

Tabela 1 – Artigos da Revista Estudos Feministas - REF

ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
--------	-----	---------	-------------

<u>Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional</u>	2025	Abby Irene Templer Rodrigues	Missouri State University
<u>Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil</u>	2023	Fabiana Alves Rodrigues	DCP/USP
<u>Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas</u>	2022	Ligia Carolina Oliveira-Silva e Vanessa Aparecida Diniz Parreira	Universidade Federal de Uberlândia
<u>Os esquemas de gênero e suas cicatrizes irreversíveis: ainda sobre a relação entre mulheres e ciências</u>	2021	Alinne de Lima Bonetti e Alana Pacheco dos Reis Verani	UFSC
<u>Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia</u>	2021	Rayane Monique Bernardes, Kelly Beatriz Vieira Torres, Carolina Reciate Costa -	Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de São João Del-Rei, Universidade Federal de São João Del-Rei
<u>Transversalidade de gênero em política pública</u>	2021	Mariana Mazzini Marcondes e Marta Ferreira Santos Farah	EAESP/FGV -
<u>Desigualdade de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras: uma interlocução com a perspectiva dos estudos de gênero</u>	2021	Catarina Barbosa Torres Gomes	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
<u>Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas</u>	2018	Tatiane Furukawa Liberato Thales Haddad Novaes de Andrade	UFSCar
<u>Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil</u>	2016	Vívian Matias dos Santos	UFPE
<u>Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas</u>	2016	Lindamir Casagrande/ Salette Ângela Maria Freire de Lima e Souza	Universidade Tecnológica Federal do Paraná/ Universidade Federal da Bahia
<u>As mulheres praticando ciência no Brasil</u>	2016	Márcia Gorett Ribeiro Grossi/ Shirley Dowslei Bernardes Borja/Aline Moraes Lopes/Aleixina Maria Lopes Andalécio	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/Faculdade Novos Horizontes

<u>As mulheres na Ciência da Computação</u>	2013	Michelle Pinto Lima	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
<u>Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio</u>	1999	Cristina Bruschini	Fundação Carlos Chagas

Fonte: Realizado pelas autoras

A seguir, será apresentado um resumo conciso dos artigos selecionados, articulando suas contribuições e relações, de modo a construir um diálogo coerente e integrado com os objetivos e argumentos centrais desta tese em desenvolvimento.

No artigo da autora Abby Irene Templer Rodrigues, *Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional* (2025), podemos observar uma análise à intersecção entre gênero, raça e classe na trajetória de mulheres em cursos de ciência e tecnologia nos EUA. O artigo aborda o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica para desigualdades no ensino superior. A pesquisa demonstra que as mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos racializados, de baixa renda ou as primeiras de suas famílias a ingressarem na universidade, enfrentam barreiras múltiplas que vão além da simples desigualdade de gênero. A autora argumenta que, sem uma análise que leve em conta as intersecções entre raça, gênero, classe e status educacional, os programas de apoio podem falhar em alcançar seu objetivo de inclusão.

Dentre as discussões mais relevantes, o artigo identifica a sub-representação de mulheres em cursos como ciência da computação, engenharia e física, mesmo quando essas mulheres possuem mérito acadêmico. Também observa que o status de “primeira geração” no ensino superior contribui para sentimentos de inadequação, menor capital cultural e dificuldades de integração. A autora recomenda que avaliações de programas como o STEM (nos EUA) adotem uma lente interseccional para garantir políticas realmente equitativas e eficazes.

Observa-se, acerca desta discussão, um questionamento que pode ser relevante, a autora indica que: “Embora as mulheres sejam quase universalmente sub-representadas em STEM, visto interrogar de que maneira o gênero interage juntamente a outros sistemas de privilégio e opressão.” (Rodrigues, 2025, p.1).

Essa afirmação sintetiza a perspectiva da autora, de que gênero não deve ser tratado como categoria isolada, mas sim como parte de um sistema de opressões entrelaçadas. Essa análise é particularmente relevante para a construção da presente tese de doutorado, pois oferece subsídios teóricos e metodológicos para pensar o acesso e a permanência de mulheres na pós-graduação, com foco na justiça epistêmica.

Além disso, o artigo dialoga com os conceitos centrais da pesquisa, como desigualdade acadêmica, interseccionalidade e justiça social no campo científico. Além disso, contribui para fundamentar a crítica às políticas que tratam a equidade de forma genérica ou universalizante, reforçando a importância de abordagens localizadas, situadas e sensíveis às múltiplas camadas de exclusão.

Já, ao estudarmos o artigo “Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil” de autoria de Fabiana Alves Rodrigues (2023), observamos a apresentação de uma revisão teórica sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, destacando a persistência da desigualdade de gênero mesmo diante de legislações protetivas.

O texto destaca que, embora a Constituição de 1934 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 tenham expressamente proibido a discriminação salarial por sexo, e apesar do Brasil ter ratificado convenções internacionais de igualdade de remuneração, a prática social e econômica continua reproduzindo diferenças significativas de rendimento.

A autora explica que a segmentação do mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho; as desigualdades de acesso à educação de qualidade e a maternidade como marcador de vulnerabilidade no mundo do trabalho, estão entre os principais fatores que podem explicar tal situação.

A autora também confronta a teoria do capital humano, que justifica os diferenciais salariais por características individuais (formação, experiência, dedicação), com abordagens críticas que enfatizam a persistência de desigualdades mesmo entre pessoas com formações e trajetórias semelhantes, evidenciando que há um componente estrutural e discriminatório.

Essa exposição das desigualdades estruturais de gênero no mundo do trabalho, têm fortes paralelos com o campo acadêmico, e também nos ajudam a construir a base teórica desta tese, uma vez que a mesma lógica que dificulta a ascensão de mulheres a cargos de liderança nas empresas, atua na reprodução da desigualdade dentro da universidade, em processos como seleção de bolsas, promoção, produção científica e prestígio acadêmico. Estaríamos diante de processos de (in)justiça acadêmica e

epistêmica quando estamos diante de exclusões e processos discriminatórios dentro de nossa sociedade.

A superação das diferenças em níveis de educação entre homens e mulheres, variável principal das diferenças em níveis de educação e experiência entre homens e mulheres, variável principal na explicação da formação dos salários, demandou um lento processo de aumento das oportunidades de acesso à educação e de participação das mulheres no mercado de trabalho. Nesse caso, a mera previsão legal de tratamento igualitário não foi suficiente para romper os mecanismos inerciais das estruturas sociais que distribuíam as capacidades desigualmente entre os gêneros. Com a progressiva redução diferencial educacional no país, os hiatos salariais remanescentes envolvem fatores que produzem desigualdade remuneratória e que também não são passíveis de eliminação com a mera previsão de igualdade formal, com a segregação no mercado de trabalho e a discriminação entre os sexos (Rodrigues, 2023, p.9).

A análise dessa conclusão nos traz a seguinte reflexão: é preciso enfrentar as raízes culturais, institucionais e simbólicas da desigualdade. Esse argumento dialoga diretamente com os objetivos da tese, que se propõe a investigar as barreiras invisíveis e os mecanismos de exclusão que afetam a permanência de mulheres na pós-graduação, mesmo diante de políticas que, em teoria, promovem equidade.

O artigo reforça que políticas igualitárias precisam ser acompanhadas de mecanismos de fiscalização, mudança cultural e reconhecimento das desigualdades pré-existentes. Isso se aplica diretamente ao ensino superior, onde programas de pós-graduação muitas vezes ignoram as disparidades de gênero na seleção, avaliação, permanência e sucesso acadêmico, o que reforça ciclos de exclusão.

Ele ajuda a compreender que as barreiras à igualdade não terminam com o ingresso no sistema, e ao irmos mais adiante, esse ingresso é efetivo? É real? Essa é uma questão que colocamos no nosso capítulo sobre o número de mulheres que acessaram o nível de pós-graduação que são separados por região. Ao olharmos mais profundamente para as regiões, observamos uma discrepância relevante, onde concluímos que, apesar de ser o Sudeste a região com maior concentração de acesso de mulheres no Ensino superior, nível de pós-graduação, esse acesso não é estatisticamente significativo quando comparamos com o número de mulheres dessa região. Além disso, no capítulo referente à manutenção das mulheres por meio do acesso ao mercado de trabalho como docentes, também pudemos observar uma série de discrepâncias nas regiões do país, sendo a região Sudeste a que teve redução estatisticamente significativa de mulheres docentes.

O artigo de Lígia Carolina Oliveira-Silva e Vanessa Aparecida Diniz Parreira (2022), “Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas”, tem como objetivo investigar as barreiras e estratégias de enfrentamento experienciadas por mulheres estudantes e profissionais que atuam em carreiras predominantemente masculinas, como as áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática (STEM).

Por meio de uma metodologia qualitativa baseada em grupos focais com 15 participantes (estudantes e profissionais), o estudo evidencia que as barreiras percebidas superam significativamente as estratégias de enfrentamento relatadas. Entre os principais obstáculos estão o assédio moral e sexual, a discriminação de gênero, a sobrecarga de cobrança e a constante necessidade de provar competência.

As autoras fazem uma distinção importante entre barreiras internas (como insegurança, vontade de desistir e rejeição da feminilidade) e barreiras externas (como o preconceito institucional, estereótipos e isolamento nos ambientes acadêmico e profissional). Com essa categorização, é possível analisarmos que os efeitos da desigualdade de gênero são tanto simbólicos quanto estruturais.

A pesquisa também aponta que o ambiente masculino nesses campos é moldado por normas culturais que demandam das mulheres posturas de adaptação, muitas vezes em detrimento de sua identidade ou saúde emocional. Algumas participantes relataram ter abandonado comportamentos ou traços associados à feminilidade com o objetivo de obter reconhecimento técnico.

É bastante contundente que o estudo desse artigo evidencia como as desigualdades de gênero se reproduzem nos processos formativos e profissionais. Ele também reforça a importância de considerar os efeitos da cultura institucional e dos estereótipos sobre a permanência de mulheres em espaços altamente masculinizados — realidade compartilhada, em muitos aspectos, pela pós-graduação e pela produção acadêmica no Brasil.

A partir dos dados analisados, as autoras sugerem a necessidade de políticas institucionais de apoio, como mentorias, redes de apoio feminino e formação de lideranças sensíveis à questão de gênero. Essas medidas dialogam com as propostas da tese de que não basta abrir vagas para mulheres, definindo-se assim que a justiça acadêmica esteja atendida e assegurada, é preciso garantir condições equitativas de permanência e reconhecimento, atendendo-se também ao que chamamos e denominamos “justiça epistêmica”.

No mesmo sentido, o artigo “Os esquemas de gênero e suas cicatrizes irreversíveis: ainda sobre a relação entre mulheres e ciências” (2021), escrito por Alinne de Lima Bonetti e Alana Pacheco dos Reis Verani (é uma resenha crítica da coletânea *Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado*, organizada por Miriam Grossi e Caterina Rea). A obra reúne 17 artigos que abordam, sob perspectiva feminista, a presença, as trajetórias e os desafios enfrentados por mulheres em diferentes campos científicos — das Ciências Humanas às Exatas e Biomédicas.

A resenha tem como ponto central o conceito de “esquemas de gênero”, que operam como padrões estruturantes e persistentes dentro do campo científico, moldando a experiência das mulheres e delimitando seu espaço de atuação e reconhecimento. Esses esquemas não apenas excluem, mas deixam marcas profundas e, como nomeiam as autoras, “cicatrizes irreversíveis” que acompanham as trajetórias femininas na ciência, mesmo diante de avanços e ocupações de espaços formais.

O texto é altamente relevante para complementar as discussões dessa tese, ao oferecer uma análise sobre como a estrutura da ciência é atravessada por relações de poder baseadas em gênero, e como isso impacta não apenas o acesso, mas principalmente a permanência, o reconhecimento e a legitimidade das mulheres na produção do conhecimento.

O artigo problematiza ainda o foco exclusivo em áreas STEM nos debates sobre mulheres na ciência, reivindicando atenção às Ciências Humanas, muitas vezes feminilizadas e, paradoxalmente, desvalorizadas. Questiona-se, por exemplo, se essas áreas estariam imunes às hierarquias de gênero ou se estariam sendo marginalizadas justamente por acolherem mais mulheres.

Esse debate contribui com a investigação da tese em construção ao reforçar que a desigualdade epistêmica não se limita a números de ingressantes ou egressos — ela se inscreve nas lógicas de prestígio, nos critérios de validação do conhecimento e na própria forma como a ciência é organizada e narrada.

Nas palavras de Caterina Alessandra Rea (2020),

Isso implica pensar o caráter situado e parcial da ciência, as relações entre saberes e poderes, a ideia de que as produções científicas não estão fora do mundo social e que elas têm um valor político, o privilégio epistemológico das posições minoritárias e a importância da vivência histórica e social das mulheres (Rea, 2020, p.314).

E é com essa afirmação de reiterarmos que as formas de validação do conhecimento científico são atravessadas por relações de poder e desigualdade. Ao reconhecer o “valor

político” das produções científicas e a centralidade das “posições minoritárias”, o texto ratifica a proposta de que a ciência precisa ser repensada à luz das experiências históricas de exclusão, especialmente das mulheres, e que os estudos de gênero, ações que reforcem esses estereótipos feministas oferecem um caminho.

O artigo “Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia” (2021), publicado por Rayane Monique Bernardes Loch, Kelly Beatriz Vieira Torres e Carolina Reciate Costa, analisa as desigualdades de gênero no ensino superior brasileiro, com foco nos cursos de engenharia em um campus de universidade pública. A pesquisa integra dados quantitativos e qualitativos para compreender a trajetória de mulheres nesses cursos, desde a entrada até a inserção no mercado de trabalho, passando pelas vivências na graduação, relações institucionais e impacto da maternidade.

O estudo revela que, apesar dos avanços no ingresso feminino nas engenharias, ainda há fortes mecanismos de exclusão simbólica e prática que dificultam a permanência, especialmente quando a estudante assume múltiplos papéis — de mulher, esposa, mãe e profissional em formação. Os dados mostram que o tempo de integralização dos cursos costuma ser maior entre mulheres, e que elas enfrentam barreiras adicionais relacionadas à divisão sexual do trabalho e à expectativa social de conciliação entre maternidade e carreira acadêmica.

O artigo relaciona-se com esta Tese ao evidenciar como os desafios de permanência não são apenas acadêmicos, mas profundamente sociais e estruturais, especialmente quando se sobrepõem às responsabilidades familiares. A crítica vai além da análise numérica da presença feminina: foca nas experiências subjetivas e institucionais que determinam a permanência e o sucesso dessas mulheres. Esse estudo complementa os capítulos referentes ao acesso de mulheres a áreas historicamente masculinas, demonstrando de maneira clara que as mulheres possuem diversos obstáculos a serem superados quando se trata de justiça epistêmica.

Podemos considerar, a título de exemplo, como a inter-relação entre gênero e contexto familiar/profissional impacta as condições de igualdade quanto à permanência e à progressão na educação superior. Ainda que o recorte do artigo seja a graduação em engenharia, os resultados ecoam nas trajetórias femininas na pós-graduação, onde a maternidade, o casamento e a divisão desigual das responsabilidades domésticas continuam sendo fatores decisivos de exclusão silenciosa.

O artigo escrito por Mariana Mazzini Marcondes e Marta Ferreira Santos Farah “Transversalidade de gênero em política pública” (2021), propõe uma definição da

transversalidade de gênero como instrumento político de incorporação de perspectivas feministas ao processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Para tanto, as autoras articulam os campos dos estudos feministas e das políticas públicas, especialmente a partir da abordagem das ciências sociais aplicadas à análise de políticas públicas.

A proposta central do artigo é que a transversalidade de gênero não se resume à presença de mulheres nas políticas públicas, mas exige uma mudança de lógica institucional, com disputas simbólicas, ideológicas e materiais, capazes de reconfigurar a própria forma como o problema público é definido. A partir disso, a transversalidade é compreendida de forma tridimensional: 1) como enquadramento feminista; 2) como adesão a agendas feministas; e 3) como estruturação de condições institucionais que garantam sua efetividade.

O artigo contribui diretamente com as discussões referenciadas nesta tese quando demonstra um marco para refletirmos sobre a justiça epistêmica no campo científico, pois mostra como a ausência de transversalidade gera políticas vazias, apoiadas em ideologias que reforçam a naturalização da desigualdade de gênero.

Segundo as autoras:

Por transversalidade de gênero em políticas públicas compreendemos um processo específico de estruturação das políticas para a igualdade de gênero [...]. Nele, perspectivas feministas são incorporadas ao enquadramento dessas políticas, para construir problemas públicos e definir o curso da ação pública, materializando-se no desenvolvimento de condições institucionais para a aderência de políticas públicas às agendas políticas feministas (Marcondes; Farah, 2021, p. 2).

Essa definição dialoga com as políticas educacionais ou acadêmicas, e também com o próprio processo de produção de conhecimento, incluindo a forma como problemas são enquadrados, recursos são distribuídos, e valores de prestígio científico são definidos. Aplicar o conceito de transversalidade de gênero à universidade significa perguntar: a produção científica está orientada por agendas que enfrentam desigualdades ou que as naturalizam?

O compromisso com a transversalidade de gênero deve permear o conjunto das ações públicas, mas, como observa Staudt (2003), é necessário começar por algum lugar. [...] Com efeito, para a efetivação da transversalidade, são necessárias instituições que estruturam esse processo no âmbito do Estado [...] e de iniciativas para a participação social na gestão da transversalidade (Marcondes; Farah, 2021, p. 10).

Assim, observamos que muito mais do que teorias, é necessário e urgente compromissos que coloquem as políticas públicas como efetivas e não como marcos

teóricos. É necessário que existam reformas institucionais, participação ativa de sujeitos diversos e reestruturação das formas de definir agendas e problemas públicos, incluindo os que envolvem o reconhecimento e a valorização de conhecimentos produzidos por mulheres e por sujeitos historicamente marginalizados.

Assim, na construção da nossa tese, discutimos se as políticas e práticas de produção científica contribuem para romper com a reprodução das desigualdades ou se apenas reforçam estruturas já sedimentadas.

Outro artigo de extrema relevância nos coloca a refletir sobre a “Desigualdade de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras: uma interlocução com a perspectiva dos estudos de gênero”. Este artigo, publicado em 2021, de autoria de Maria Clara Moreira da Silva, investiga a participação de mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) a partir de uma abordagem de gênero. A autora parte do princípio de que a internacionalização da educação superior, especialmente por meio de programas de mobilidade acadêmica como o CsF, não é neutra do ponto de vista das desigualdades estruturais. Ao contrário, reproduz a divisão sexual do conhecimento e da ciência, especialmente nas áreas tecnológicas e exatas, majoritariamente masculinas.

A pesquisa concentra-se no perfil sociológico dos bolsistas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com recorte empírico que evidencia uma menor proporção de mulheres entre os participantes do CsF. A autora analisa fatores como a distribuição desigual das bolsas por área do conhecimento, a barreira da proficiência linguística e a mobilidade acadêmica condicionada por classe social e gênero.

O estudo destaca que a menor presença de mulheres não pode ser explicada apenas por “preferência pessoal” ou “falta de interesse”, mas sim por um conjunto de barreiras institucionais e culturais que dificultam seu acesso aos benefícios da internacionalização científica. A pesquisa denuncia, portanto, a seletividade de políticas públicas supostamente universalistas, que ignoram marcadores sociais como gênero, raça e classe.

A análise da participação das mulheres na mobilidade acadêmica internacional não pode prescindir da perspectiva crítica dos estudos de gênero, uma vez que a divisão sexual nas áreas de conhecimento e a assimetria na proficiência linguística se configuram como elementos estruturantes das desigualdades observadas. (Silva, 2021, p. 2).

Assim, podemos observar que mesmo em políticas científicas inovadoras como o CsF, as mulheres enfrentam injustiças epistêmicas e institucionais. Demonstra-se que o acesso à pós-graduação e à circulação acadêmica internacional é profundamente desigual e que a presença de mulheres na ciência precisa ser analisada para além dos dados brutos

de participação, considerando as condições reais de permanência, reconhecimento e mobilidade, como podemos observar tanto no Capítulo 2 quanto no Capítulo 3 da tese.

Além disso, a autora sugere que programas de mobilidade precisam adotar medidas corretivas e políticas afirmativas para que a internacionalização seja de fato inclusiva, o que é uma proposta coerente com os princípios de justiça acadêmica defendidos nessa pesquisa.

A tese também tem fortes entrelaçamentos com o artigo “Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas” (2018), de autoria de Tatiane Furukawa Liberato e Thales Haddad Novaes de Andrade, e examina a participação de mulheres nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do estado de São Paulo, com base em um levantamento qualitativo. As autoras partem do reconhecimento de que, embora as mulheres tenham ampliado sua presença na ciência brasileira, persistem desigualdades de gênero no campo da inovação e da interface universidade-empresa, particularmente em espaços institucionalizados de poder técnico e decisão, como os NITs.

O trabalho mostra que, mesmo com o crescimento expressivo da presença feminina nas universidades, isso não se traduz em participação equitativa nas instâncias mais estratégicas da inovação científica e tecnológica. Os dados revelam que os NITs continuam majoritariamente ocupados por homens, tanto em cargos técnicos quanto de liderança.

Um dos pontos centrais do artigo é o alerta sobre como a ideologia da neutralidade científica e a ênfase em critérios aparentemente técnicos ou meritocráticos obscurecem os mecanismos de exclusão de gênero. Esses mesmos marcadores podem ser observados também no artigo “Desigualdade de acesso ao programa Ciência sem Fronteiras”. A partir dessa crítica, os autores reforçam a necessidade de políticas públicas e institucionais que promovam maior visibilidade, valorização e inserção das mulheres nos processos de inovação tecnológica.

Apesar de serem maioria nas universidades, as mulheres ainda são minoria nos cargos de tomada de decisão e nas funções estratégicas voltadas à inovação, o que mostra que a participação feminina, embora crescente, ainda não é igualitária (Liberato; Andrade, 2018, p. 2).

Assim, reiteramos que acesso não garante permanência com equidade, nem reconhecimento epistêmico. A crítica à sub-representação feminina nos NITs serve como exemplo da estrutura de prestígio e hierarquização do conhecimento científico, que também se reproduz na pós-graduação. Além disso, contribui para a reflexão sobre como

os espaços de formulação e gestão da inovação acadêmica continuam resistindo à transversalidade de gênero, reforçando desigualdades institucionais. Precisamos, portanto, mais uma vez, deixarmos de lado políticas públicas vagas e que não trazem resultados efetivos, e passarmos a ter ações contundentes e que efetivem a justiça não só acadêmica, mas precipuamente epistêmica.

Ao analisarmos o artigo apresentado por Vívian Matias dos Santos, “Uma ‘perspectiva parcial’ sobre ser mulher, cientista e nordestina” (2016), observamos uma abordagem feminista que analisa a inserção de mulheres cientistas em universidades públicas federais do Nordeste brasileiro. A autora realiza entrevistas e observações diretas com pesquisadoras de diferentes áreas, Humanidades e Ciências Exatas, e constrói uma narrativa que evidencia como as marcas de gênero, regionalidade e classe moldam as experiências dessas mulheres no cotidiano acadêmico.

A autora argumenta que, embora o número de mulheres na ciência tenha crescido, persistem mecanismos de exclusão simbólica e institucional que dificultam a permanência, o reconhecimento e a valorização de suas trajetórias, sobretudo quando essas mulheres vêm de regiões historicamente periféricas, como o Nordeste. Em nosso estudo apresentamos os números de mulheres da Região Nordeste que efetivamente acessaram o nível de graduação nos últimos 10 anos, o resultado está apresentado no Capítulo 2.

O texto apresenta vivências concretas das mulheres, que relatam experiências de solidão acadêmica, silenciamento, deslegitimação de suas pesquisas e ausência de redes de apoio institucionais. Portanto, evidencia-se que o acesso à pós-graduação não é suficiente sem que haja transformações profundas nas lógicas de prestígio, validação e acolhimento científico. Como já dissemos em mais de uma oportunidade, não basta acesso, sem que haja efetiva permanência. Não basta justiça acadêmica sem que estejamos também diante da efetividade da justiça epistêmica.

Por meio desta abordagem, situada e parcial, sobre a inserção e permanência de mulheres nas ciências contemporâneas, pudemos observar a conservação de antigas questões que ainda se colocam como prementes na compreensão feminista e de gênero das ciências. (Santos, 2016, p. 801).

Considerarmos gênero, território e contexto institucional é indispensável para pensar justiça epistêmica e científica no Brasil. A autora também sugere que políticas de valorização da produção científica devem ser sensíveis às assimetrias regionais e de gênero, sob pena de apenas reproduzirem as desigualdades existentes. Portanto, o artigo

reitera que o reconhecimento acadêmico depende tanto da produção quanto das condições sociais e simbólicas de quem produz.

O artigo “Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas” (2016), de autoria de Lindamir Salette Casagrande e de Ângela Maria Freire de Lima e Souza, investiga os discursos de estudantes de engenharia e de cursos de licenciatura na UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e na UFBA (Universidade Federal da Bahia) sobre os motivos que influenciaram suas escolhas acadêmicas. A pesquisa combina métodos quantitativos e qualitativos e tem como objetivo refletir sobre como os fatores sociais, institucionais e culturais se articulam nas decisões educacionais de homens e mulheres, levando-se em conta, mas também ultrapassando, a categoria de gênero.

A partir das entrevistas analisadas, as autoras mostram que as escolhas dos cursos estão ligadas a múltiplos fatores, como influência familiar, interesse pessoal, expectativas de remuneração e afinidade com as características dos cursos. Embora o artigo não descarte a importância das relações de gênero, ele destaca que nem todas as motivações são diretamente atribuíveis a estereótipos ou normas de gênero, o que reforça a complexidade do processo de decisão.

Contudo, mesmo reconhecendo essa multiplicidade, as autoras observam que o contexto institucional e simbólico ainda é marcado por desigualdades. As engenharias continuam sendo ambientes predominantemente masculinos, nos quais mulheres frequentemente se sentem deslocadas, enfrentam resistências sutis e precisam legitimar continuamente sua presença. Segundo as autoras “As próprias características dos cursos, não necessariamente associadas a estereótipos de gênero, assumem papel relevante nestas escolhas (Casagrande; Souza, 2016, p. 825).

Assim, podemos observar que as políticas de acesso à educação superior devem considerar as características dos cursos e suas culturas institucionais, muitas vezes excludentes, especialmente nas áreas tecnológicas. Percebemos que a permanência de mulheres na pós-graduação exige mais do que políticas de ingresso: ela depende de ambientes que reconheçam e acolham a diversidade de experiências e trajetórias.

Ao considerarmos as análises já realizadas dos números de mulheres e homens que acessam a pós-graduação em ambientes institucionais majoritariamente masculinos, áreas que tradicionalmente são escolhidas e vivenciadas em sua maioria por homens, como é o caso das áreas de Ciências Agrárias, Engenharias e Tecnologia, está se evidenciado que atualmente segue sendo relevante a questão de gênero em relação a esse acesso.

O artigo “As mulheres praticando ciência no Brasil” (2016), de autoria de Márcia Goretti Ribeiro Grossi, Shirley Dowslei Bernardes Borja, Aline Moraes Lopes e Aleixina Maria Lopes Andalécio, apresenta os resultados de uma ampla pesquisa documental que analisou os currículos Lattes de 4.970 mulheres que defenderam teses de doutorado entre 2000 e 2013.

O objetivo foi mapear a participação das mulheres no desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil, compreendendo avanços e persistências de desigualdades de gênero no meio acadêmico e científico. Apesar de ser uma pesquisa que coaduna com as discussões desta tese, não podemos deixar de mencionar que a análise se deu em um locus temporal divergente do que analisamos em nosso estudo, de modo que utilizaremos como forma de comparação as informações.

A partir da análise dos dados, as autoras evidenciam que, embora haja um crescimento significativo da participação feminina em diversos campos da ciência, a desigualdade de papéis sociais e acadêmicos entre homens e mulheres continua presente, o que coaduna com nossas pesquisas até os dias atuais.

O estudo destaca que o avanço numérico não tem sido acompanhado por transformações estruturais na lógica de funcionamento da ciência, o que compromete a equidade na permanência, visibilidade e reconhecimento das mulheres cientistas, ou seja, mesmo antecipando o lapso temporal da pesquisa, observamos que desde os anos 2000 já existem investigações sobre gênero, acesso e permanência, evidenciando a necessidade ainda mais imperiosa de estudos contundentes sobre o tema.

As autoras apontam que a maternidade, a sobrecarga de trabalho doméstico, a concentração de mulheres em áreas menos valorizadas e a baixa ocupação de cargos de liderança continuam sendo barreiras invisíveis e persistentes. Esses fatores revelam que o percurso da mulher na ciência é ainda atravessado por uma lógica de desigualdade estrutural que exige soluções institucionais e políticas de reparação.

Segundo as autoras, como conclusão do estudo, “Os resultados mostram que as mulheres conseguiram muitos avanços nessa área, mas que a desigualdade de papéis entre mulheres e homens ainda persiste dentro da ciência.” (Grossi *et al.*, 2016, p. 11).

Assim, ao analisarmos esse artigo de modo a buscarmos reforçar ainda mais as análises em questão, percebemos que o acesso à pós-graduação e à pesquisa científica não garante, por si só, condições justas de permanência e reconhecimento. Afirmamos que as mulheres enfrentam injustiças epistêmicas e estruturais no campo científico, ainda que

tenham avançado numericamente em termos de participação formal. É o que também demonstramos no Capítulo 2 que trata do acesso de mulheres por região.

Não podemos deixar de reafirmar que a compreensão de que o aumento da presença feminina na ciência brasileira não se traduz automaticamente em justiça acadêmica, pois as estruturas de poder e prestígio continuam operando com base em uma lógica de uma sociedade patriarcal e excludente.

A autora Michelle Pinto Lima, buscou compreender a inserção de mulheres na área da Ciência da Computação, com base em um estudo qualitativo realizado a partir de entrevistas em profundidade com 12 docentes — homens e mulheres — atuantes na área, no artigo “As mulheres na Ciência da Computação” (2013). Ela busca compreender as percepções dos próprios docentes sobre a presença feminina nesse campo e as estratégias adotadas por elas para afirmar-se em um ambiente reconhecidamente masculinizado.

Ao completarmos uma análise comparativa com o artigo em questão, percebemos que, embora haja um avanço na presença de mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho, sua participação na computação continua muito inferior à das outras áreas. As formas de discriminação identificadas são, muitas vezes, sutis e simbólicas, mas não menos impactantes: vão desde o questionamento de suas competências até a ausência de apoio institucional e a constante necessidade de provar mérito.

Enfatizamos que a desigualdade não se limita ao acesso, mas se manifesta com mais força na permanência e no reconhecimento profissional. Mesmo quando mulheres possuem formação equivalente ou superior à dos homens, seus desempenhos são menos valorizados, e suas trajetórias frequentemente marcadas por isolamento e invisibilidade: “Os resultados indicam que há formas sutis de discriminação e segregação das mulheres na área, exigindo delas esforço adicional para terem o mesmo reconhecimento que os homens” (Lima, 2013, p. 793).

Assim, nossos estudos reiteram que as estruturas da ciência, inclusive nas áreas tecnológicas, operam segundo lógicas excludentes, e que as mulheres precisam negociar constantemente sua presença nesses espaços. A autora também destaca que a construção de ambientes mais acolhedores e igualitários requer políticas institucionais, ações afirmativas e reconhecimento das barreiras estruturais que atravessam gênero e ciência.

Ao refletirmos sobre justiça epistêmica, acesso e permanência de mulheres na pós-graduação, especialmente nas áreas em que o discurso técnico é usado para mascarar desigualdades profundas, mais uma vez reiteramos que não há igualdade de acesso em determinadas áreas, e muito menos justiça epistêmica.

O último dos artigos a ser analisado nesse mapeamento, “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio”, artigo de 1999, o primeiro artigo da Revista Estudos Feministas que apresenta uma intersecção com o tema educação, carreira, justiça, desde o início das publicações da REF, em 1992.

De autoria de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, o artigo investiga a inserção feminina em carreiras universitárias de alto prestígio social, como medicina, engenharia, arquitetura e direito, e representa um marco na análise da mudança do perfil ocupacional das mulheres brasileiras. Com base em dados secundários dos censos de 1980 e 1991 e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1990, 1993 e 1996, as autoras discutem a lenta, mas significativa ampliação da presença de mulheres em profissões historicamente masculinas.

O estudo identifica que, apesar do aumento da escolaridade feminina e da expansão quantitativa da participação das mulheres em profissões de prestígio, persistem desigualdades em termos de reconhecimento, posição hierárquica e remuneração. Em particular, nota-se que mulheres estão em especialidades menos valorizadas dentro das próprias profissões e que, mesmo quando inseridas, raramente ocupam posições de liderança ou comando.

A análise revela que o acesso de mulheres a essas carreiras não representa, por si só, uma ruptura com as lógicas de gênero que organizam o mundo do trabalho, mas sim um movimento que muitas vezes adapta as mulheres às exigências masculinizadas dessas profissões, sem modificar profundamente suas estruturas.

As mudanças apontam para a expansão da ocupação feminina em profissões de nível superior de prestígio, como medicina, arquitetura, direito e até algumas áreas da engenharia, até recentemente reservadas a profissionais do sexo masculino (Bruschini; Lombardi, 1999, p. 1).

Assim, está evidenciado que a presença formal das mulheres em espaços de elite acadêmica e profissional não elimina as desigualdades epistêmicas e institucionais. Fica também demonstrado que as estruturas de poder e prestígio continuam organizadas de maneira a limitar o pleno reconhecimento da contribuição das mulheres nas áreas de alta especialização e influência social.

Ao tratarmos de acesso e permanência de mulheres na pós-graduação, o artigo demonstra que as trajetórias femininas na ciência e em outras áreas do saber são condicionadas por estruturas de exclusão que não se desfazem apenas com a entrada formal. É necessário, como propomos em diversas oportunidades ao longo desse estudo,

pensar em justiça acadêmica e epistêmica para transformar os padrões de avaliação, reconhecimento e pertencimento nas instituições científicas.

5.2 História de Vida da Revista Cadernos Pagu

A revista foi criada em 1993, após mais de dois anos de leituras, debates e pesquisas promovidos pelas pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu da Unicamp. Nesse período, emergiu a necessidade de consolidar um espaço acadêmico comprometido com as teorias feministas e os estudos de gênero no Brasil. Sobre suas origens, o portal da revista destaca: “A criação da Cadernos Pagu foi resultado de mais de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Unicamp, mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses.

Após seu início, a revista passou por reestruturações que incluíram a adoção de pareceristas ad hoc, a composição de Comitê e Conselho Editorial e o apoio financeiro de agências como FAPESP, FAEPEX (Unicamp) e, a partir de 1996, do CNPq, transformações decisivas para sua indexação e consolidação no cenário acadêmico.

Hoje, Cadernos Pagu é uma publicação quadrimestral interdisciplinar que divulga artigos inéditos de variadas áreas das Ciências Humanas, incluindo Antropologia, História, Educação, Comunicação, Direito, Letras e Psicologia. Segundo a seção “Sobre o periódico”, a revista aceita artigos que, considerando as articulações entre gênero e outras diferenças (raça/etnia, cultura, classe, idade/geração, sexualidade etc.), estabeleçam diálogos com teorias de gênero e feministas. É também um periódico de Acesso Aberto (Gold Open Access), valorizando a abertura e democratização da produção científica.

Atualmente o processo editorial é conduzido por uma equipe internacional e multiprofissional, composta pelas editoras-chefes: Natália Corazza Padovani (Unicamp) e Julian Simões Cruz de Oliveira (UFPR). A editora executiva é Luciana Camargo Bueno (Unicamp), responsável pelo fluxo editorial. O Conselho Editorial conta com pesquisadoras renomadas como Adriana Piscitelli, Anna Christina Bentes, Bila Sorj, Miriam Grossi e Marilyn Strathern.

Desde sua criação, a revista tem sido um dos principais focos de produção e difusão de conhecimento feminista no Brasil, consolidando linhas críticas que desafiam concepções tradicionais de gênero, raça e sexualidade, e estabelecendo diálogo com

teorias internacionais, servindo como referência teórica e metodológica para pesquisadores(as) em diferentes áreas.

Utilizamos como metodologia para o mapeamento sistemático proposto, a coleta, a análise e leitura de todos os artigos da Revista desde a sua concepção.

Num total de 1097 textos (a lista completa estará disponível em anexo), dos mais diversos temas e discussões, sempre focados no feminismo, sejam nomeados como bastidores, editorial ou artigos, fizemos uma análise de cada um deles, com fomento e busca pelos tesouros de justiça acadêmica, justiça epistêmica, acesso e permanência, ensino superior.

Ao realizarmos o estudo e análise do mapeamento que propusemos, chegamos à conclusão de que o campo de estudo definido para essa tese ainda se encontra extremamente aquém do que é necessário para suplantarmos as dificuldades observadas nas análises de acesso realizadas com a coleta de dados.

Os artigos selecionados após criteriosa análise da revista PAGU, são os seguintes:

Tabela 2 – Artigos da Revista PAGU

ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
<u>Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações</u>	2020	Jussara Ribeiro de Oliveira/ Lívia Coelho Mello/Camila Carneiro Dias Rigolin	UFSCar
<u>Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil</u>	2019	Eloísa Rosalen	UFSC
<u>Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional</u>	2016	Rebeca Buzzo Feltrin, Janaina Oliveira Pamplona da Costa e Léa Velho	Universidade Estadual de Campinas
<u>Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios</u>	2016	Betina Stefanello Lima e Maria Conceição da Costa	CNPQ e Universidade Estadual de Campinas
<u>Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”</u>	2016	Neiva Furlin	Universidade Federal do Paraná

<u>Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia</u>	2016	Maria Conceição Costa e Rebeca Buzzo Feltrin	Universidade Estadual de Campinas
<u>A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa</u>	2016	Jeorgina Gentil Rodrigues e Maria Cristina Soares Guimarães	UFRJ
<u>Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação</u>	2016	Marcel Maggion Maia	USP
<u>A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq</u>	2015	Moema de Castro Guedes e Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira	UFRRJ e UERJ
<u>Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp</u>	2009	Elza da Costa Cruz Vasconcellos e Sandra Negraes Brisolla	Universidade Estadual de Campinas
<u>A construção social da produção científica por mulheres</u>	1998	Léa Velho e Elena León	Universidade Estadual de Campinas e FAPESP
<u>Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna</u>	1998	Lucía Tosi	UFMG

Fonte: Realizado pelas autoras

Ao realizarmos o mapeamento sistemático dos artigos publicados pela Revista Cadernos Pagu desde sua criação, foram identificados 1.097 textos ao todo. No entanto, apenas 11 artigos apresentaram aderência direta aos objetivos da presente pesquisa de doutorado. Esse dado, por si só, evidencia o esvaziamento do campo que articula estudos de gênero e educação, especialmente no que se refere ao acesso, permanência e justiça epistêmica na pós-graduação.

Embora a Cadernos Pagu seja reconhecida como um dos periódicos mais relevantes nos estudos feministas e de gênero no Brasil, os números revelam que a interface entre gênero e política educacional, em especial no ensino superior e na produção científica, ainda é escassamente explorada. Isso indica não apenas a existência de um vazio teórico e empírico, mas também um enorme potencial de aprofundamento e

expansão para investigações futuras, o que reforça a relevância e atualidade da presente tese.

Começaremos essa reflexão levando-se em consideração o artigo “Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia” (2016). Esse artigo nos traz exatamente a proposta que aqui delineamos: uma história da revista PAGU, porém, no ano de 2016.

As autoras desse texto, Carla Cristina Garcia Cardoso e Débora Diniz, criticam o conceito de interseccionalidade no campo dos estudos de gênero, ciência e tecnologia, buscando evidenciar como o uso insuficiente ou superficial desse conceito acaba por manter invisibilizadas as experiências de mulheres negras, indígenas, lésbicas, periféricas e do Sul global dentro da ciência.

As autoras destacam que o campo de estudos sobre gênero e ciência tem avançado no diagnóstico da sub-representação feminina, mas muitas vezes reproduz um sujeito universal feminino que ignora os marcadores de raça, classe, sexualidade e território. Assim, denunciam o risco da interseccionalidade ser utilizada como mero rótulo explicativo e não como uma perspectiva analítica estruturante.

O texto propõe que as práticas científicas e acadêmicas sejam reorientadas a partir de epistemologias feministas plurais e localizadas, que questionem a estrutura de raças, e masculinizadas da ciência. As autoras argumentam que a produção de conhecimento é atravessada por relações de poder, e que, sem considerar essas múltiplas opressões, as políticas de inclusão acabam sendo ineficazes ou mesmo excludentes.

Um ponto central do artigo é a crítica às políticas públicas de promoção da equidade de gênero em ciência e tecnologia no Brasil, que geralmente utilizam um modelo branco, urbano e de classe média como parâmetro. Ao desconsiderar as experiências diversas das mulheres, tais políticas falham em promover uma transformação efetiva do campo científico.

Segundo as autoras:

A produção de conhecimento científico se mantém estruturada a partir de uma episteme que hierarquiza saberes, corpos e práticas. A interseccionalidade, quando tomada como lente analítica e não apenas como identidade política, revela as camadas de exclusão que moldam o acesso e a permanência de mulheres não hegemônicas no campo científico (Cardoso e Diniz, 2016, p. 15).

Ao olharmos para esse texto, fica explícito que o mesmo reforça que as barreiras enfrentadas por mulheres na pós-graduação, especialmente negras, indígenas, periféricas

ou de sexualidades dissidentes, não se resumem à entrada, mas envolvem o modo como o conhecimento é legitimado e quem pode produzi-lo de forma reconhecida no campo científico. Apesar de não ser exatamente o tema da tese, não podemos deixar de referenciar tal obra, que de maneira tão eloquente nos mostra que a interseccionalidade vai muito além do que simples referenciais.

Ao estudarmos o artigo “Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações” (2020), as autoras Jussara Ribeiro de Oliveira, Livia Coelho Mello e Camila Carneiro Dias Rigolin analisam a participação feminina no campo da pesquisa em Tecnologia da Informação (TI) no Brasil, com foco em dois eixos principais: a presença de mulheres nos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa – DGP) e a autoria/orientação de teses e dissertações sobre TI depositadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT).

A abordagem metodológica é quantitativa e exploratória, com uso de análise de dados de 225 grupos de pesquisa e 2.021 teses/dissertações. Os dados revelam que, embora mulheres estejam presentes nas atividades acadêmicas da área, elas são maioria apenas entre estudantes e técnicas, ocupando posições subalternizadas nos grupos de pesquisa. Os cargos de liderança e as bolsas de produtividade, especialmente aquelas associadas à pesquisa de ponta, permanecem majoritariamente nas mãos de homens.

Um dado central é a desproporcionalidade entre titulação e função exercida: muitas mulheres com pós-graduação *stricto sensu* aparecem registradas como técnicas, enquanto os homens com menos formação ocupam posições mais prestigiadas. Além disso, o estudo mostra que a produção científica em TI continua fortemente marcada por desigualdades de gênero, com menor número de mulheres como autoras e orientadoras de teses e dissertações, ainda que essa diferença tenha começado a se reduzir a partir de 2010.

Esses resultados indicam que uma quantidade não desprezível de mulheres com qualificação compatível com a função de pesquisadora está cadastrada como técnica, tarefa associada às atividades de apoio e rotinas operacionais, enquanto o mesmo não ocorre entre os homens. (Oliveira, Mello e Rigolin, 2020).

Mais uma vez conseguimos evidenciar como as desigualdades de gênero persistem não apenas no acesso, mas sobretudo na distribuição dos papéis e funções dentro da pós-graduação e da pesquisa científica. Ele também reforça que políticas de equidade precisam atuar sobre a estrutura institucional e simbólica da ciência,

combatendo a naturalização da sub-representação feminina em espaços decisórios e de prestígio acadêmico. O combate a essa naturalização terá como consequência o alcance da justiça epistêmica.

O artigo “Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil” (2019), é uma resenha crítica da obra de Flávia Biroli, que investiga como as desigualdades de gênero estruturam os limites da democracia brasileira. A autora da resenha, Eloísa Rosalen, apresenta os principais eixos da análise de Biroli, que articula debates sobre a divisão sexual do trabalho, a separação entre esfera pública e privada, os direitos reprodutivos, e a atuação política feminista no Estado brasileiro.

A partir de uma abordagem que entrelaça teoria feminista, crítica democrática e interseccionalidade, a obra resenhada demonstra que a democracia formal não é suficiente para garantir igualdade entre os gêneros, uma vez que as mulheres ainda enfrentam desproporcionalidade no acesso a recursos, à representação política e à produção de conhecimento, ou seja, que apesar de todas as evoluções, até mesmo a justiça acadêmica encontra-se ainda em muitos momentos, não atingida.

Flávia Biroli destaca que a desigualdade de gênero não é acessória, mas constitutiva das formas de exclusão na sociedade brasileira, sendo atravessada por marcadores de classe, raça, sexualidade e maternidade. Ao tratar da responsabilização pelo cuidado e do trabalho doméstico, o livro evidencia que as barreiras à participação política e acadêmica das mulheres são estruturais, afetando diretamente a permanência de mulheres na vida pública, inclusive no ensino superior e na ciência.

A análise dessa resenha, juntamente com as perspectivas da autora do livro, reforça que o acesso e a permanência de mulheres na pós-graduação e na produção científica não podem ser compreendidos sem considerar as desigualdades estruturais e o papel da política pública na manutenção ou superação dessas barreiras. O texto contribui para a reflexão sobre justiça acadêmica e epistêmica, ao demonstrar que a democratização do conhecimento passa, necessariamente, pela superação das desigualdades de gênero no cotidiano social, político e institucional. É primordial e fundamental que consigamos alcançar essas justiças.

As autoras Rebeca Buzzo Feltrin, Janaina Oliveira Pamplona da Costa e Léa Velho, publicaram o estudo “Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional” em 2016. Nesse estudo, as autoras apresentaram uma análise da participação das alunas da Unicamp no Programa Ciência sem Fronteiras

(CsF), especialmente na modalidade de graduação sanduíche, entre 2012 e o primeiro trimestre de 2016. A partir de uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos as autoras buscam entender quem são essas mulheres que transgridem fronteiras disciplinares e geográficas, inserindo-se em áreas tradicionalmente masculinas da ciência por meio da mobilidade acadêmica internacional.

Essa análise coaduna com nossos estudos já apresentados sobre as Mulheres que ocupam espaços tradicionalmente pensados para os homens, entrando, por exemplo, nas profissões ligadas às áreas de Tecnologia, Engenharia e Ciências Agrárias e da Terra.

Os resultados revelam que, contrariando expectativas da literatura sobre mobilidade acadêmica e gênero, as mulheres representaram uma proporção significativa entre os bolsistas do CsF da Unicamp, inclusive em áreas como engenharia e estatística. As autoras sugerem que um dos fatores decisivos para esse desempenho é o acesso ao capital cultural e familiar prévio à inscrição no programa, incluindo apoio emocional e investimento em proficiência linguística. Apesar desse referencial parecer positivo, o estudo aponta que as mulheres, para competirem em igualdade com os homens em oportunidades de internacionalização, precisam acessar “inúmeras oportunidades extras ao longo da vida”, o que implica reconhecer desigualdades estruturais mesmo entre estudantes universitários de uma mesma instituição. É o que percebemos nas palavras das autoras:

Para as mulheres terem as mesmas oportunidades e serem competitivas com os homens na carreira têm que ter acesso a inúmeras oportunidades extras durante a vida. Nesse sentido, os resultados sugerem ainda que a viagem ao exterior por meio do CsF parece ser uma continuidade na trajetória de acesso e aquisição de capital cultural para as mulheres do programa. (...)A continuidade de programas de mobilidade como o CsF é de extrema relevância para a carreira futura de mulheres que atuam em áreas do conhecimento tradicionalmente “masculinas”, e a interrupção de programas de escopo e porte do CsF pode acarretar em distorções nas carreiras de mulheres ao longo de suas trajetórias profissionais (Feltrin, Costa e Velho, 2016, p.32).

Observamos, quando comparamos os estudos realizados para a tese, que de acordo com o já esperado, a igualdade no acesso a programas acadêmicos não garante equidade de trajetória. Também é possível perceber que a justiça acadêmica, quando consideramos a mobilidade internacional, está longe de ser neutra, reproduz desigualdades baseadas em gênero, classe e capital cultural, mesmo em universidades de excelência, como a Unicamp.

As autoras Betina Stefanello Lima e Maria Conceição da Costa discutem no artigo “Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios” (2016), a trajetória e os impactos do Programa Mulher e Ciência (PMC), instituído pelo governo federal brasileiro em 2005, como a primeira política pública dedicada a fomentar simultaneamente a participação de mulheres no sistema científico-tecnológico e a produção acadêmica sobre relações de gênero, feminismo, ciência e tecnologia.

As autoras traçam um histórico do programa, destacando seu papel fundamental na visibilização da desigualdade de gênero na produção científica e na consolidação do campo de estudos sobre gênero, ciência e tecnologia no Brasil. A partir da análise dos editais e das pesquisas financiadas, o texto mostra como o PMC operou como estratégia institucional para legitimar o campo de pesquisa e abrir espaço para abordagens críticas nas áreas tecnocientíficas.

O artigo também propõe uma reflexão sobre os desafios atuais do campo, como a necessidade de ampliar a interseccionalidade nas análises, fortalecer políticas institucionais que promovam equidade de gênero na prática científica e enfrentar resistências internas ao reconhecimento da ciência como espaço estruturado por desigualdades. Segundo as autoras (2016), “Esse reconhecimento aporta visibilidade ao tema da equidade de gênero na produção do conhecimento científico e tecnológico.”

Observamos, portanto, que a justiça de gênero na ciência não depende apenas do acesso de mulheres à pós-graduação, mas de políticas públicas estruturantes e do reconhecimento da desigualdade como um elemento fundante da organização científica. O estudo de um tema como esse reforça a necessidade de programas institucionais voltados à justiça epistêmica, como forma de corrigir assimetrias históricas de acesso, permanência e valorização das mulheres no campo científico.

De autoria de Neiva Furlin, “Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos” este artigo de 2016, analisa a presença e as estratégias de atuação de mulheres docentes em cursos superiores de teologia, tradicionalmente reconhecidos como espaços masculinos e estruturados para a formação de homens destinados ao ministério religioso. A autora aborda a docência feminina como prática política que desestabiliza a organização patriarcal do saber teológico, com base em uma perspectiva feminista e sociológica.

A pesquisa revela que, embora a participação feminina ainda seja reduzida em cursos de teologia, sua presença tem um papel simbólico poderoso: questiona a naturalização da exclusão das mulheres dos espaços de produção e transmissão de

conhecimento sagrado, historicamente restrito aos homens. Neiva Furlin analisa também como essas docentes constroem estratégias de resistência e legitimação em meio às tensões com estruturas eclesiais e acadêmicas conservadoras.

O artigo demonstra que o campo da teologia católica ainda reproduz fortemente as dicotomias entre masculino/feminino, razão/emoção e público/privado. Mesmo assim, as mulheres têm ocupado esse espaço com discursos que tensionam a própria organização institucional do saber. A autora articula sua análise à noção de fronteiras de gênero, destacando que a docência feminina nesses campos "não inteligíveis para elas" implica um reposicionamento político e epistêmico. "Embora reduzida, a presença feminina nesse campo de saber torna-se significativa por desestabilizar uma ordem social que parecia ser sagrada e intocável." (Furlin, 2016, p. 1).

Esse artigo contribui com a tese em discussão ao oferecer uma leitura situada da presença de mulheres em espaços acadêmicos dominados por lógicas de gênero excludentes. Entendemos que ele reforça que o acesso de mulheres à docência superior em áreas masculinizadas, como a teologia, é não apenas um feito institucional, mas também um ato de enfrentamento à desigualdade simbólica, alinhando-se à perspectiva de justiça acadêmica que orienta nossa pesquisa.

Jeorgina Gentil Rodrigues e Maria Cristina Soares Guimarães são as autoras do artigo também publicado em 2016 "A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa". O estudo destaca a participação das mulheres no campo da pesquisa científica e na ocupação de cargos de gestão dentro da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), uma das instituições científicas mais relevantes do Brasil. A pesquisa baseia-se em levantamento quantitativo e documental de dados institucionais e currículos da Plataforma Lattes, cobrindo o período de 1996 a 2013. Interessante destacar que, apesar de ser um artigo com lócus temporal diverso do definido na tese, ele traz complementos teóricos importantes.

As autoras identificam que, embora as mulheres sejam maioria entre os servidores doutores da Fiocruz e apresentem maior número absoluto de publicações, sua média de produção científica ainda é inferior à dos homens. Mais ainda, os dados revelam a existência de um fenômeno claro de segregação vertical, também chamado de "teto de vidro", no qual as mulheres têm menor velocidade de ascensão em suas carreiras e são sub-representadas nos cargos de tomada de decisão.

Segundo as autoras, esse fenômeno decorre de estruturas institucionais e simbólicas que ainda favorecem trajetórias masculinas, mesmo em um ambiente onde as mulheres são numericamente significativas. A análise articula os conceitos de gênero e ciência com as dinâmicas organizacionais da Fiocruz, demonstrando que as políticas de igualdade ainda não resultaram em equidade, de modo a trazer, além de prestígio, efetivo poder institucional para as mulheres cientistas. Ou seja, ainda não conseguimos atingir justiça epistêmica nesse cenário.

O modelo e a cultura masculinos de sucesso na ciência [...] envolvem relações acadêmicas competitivas entre pares e o compromisso integral com o trabalho científico. A trajetória e as estratégias que possibilitam que as mulheres ‘cheguem lá’ implicam enfrentar e superar dificuldades e barreiras de grande monta, barreiras essas que começaram a ser construídas nos processos de socialização diferenciados de meninas e meninos (Rodrigues e Guimarães, 2016, p. 200).

Evidencia-se com esse estudo que as desigualdades de gênero se mantêm nas estruturas de prestígio e poder dentro da ciência. Ele reforça que o acesso das mulheres à pós-graduação e à produção científica não garante, por si só, justiça acadêmica ou epistêmica, sendo necessário repensar a organização das instituições para corrigir mecanismos de exclusão e valorização desigual.

O artigo “Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação” (2016), um dos poucos escritos por um homem, Marcel Maggion Maia, investiga a participação de mulheres nos cursos superiores de computação no Brasil, com base em dados do Censo da Educação Superior do MEC, entre os anos de 2000 e 2013.

O estudo aponta que, enquanto o número de homens concluintes nesses cursos quase dobrou no período (crescimento de 98%), o número de mulheres diminuiu 8%, configurando uma inversão estatística rara no contexto do ensino superior brasileiro, mesmo em áreas tradicionalmente masculinas, como engenharia.

Entre 2000 e 2013, enquanto o número de concluintes homens cresceu 98%, o de mulheres decresceu 8%, constituindo um fenômeno raro no ensino superior brasileiro, mesmo quando comparado a campos masculinizados, como o da engenharia (Maia, 2016, p. 223).

Mais uma vez vale lembrar que a data desse estudo é anterior ao definido como *lôcus* temporal da tese, mas podemos perceber que os números já eram desiguais desde muito antes. Ou seja, o acesso já era escasso desde o início das análises.

A análise evidencia que o campo da computação representa um caso extremo de diferenciação de gênero, marcado tanto por barreiras institucionais quanto simbólicas.

Para além dos números, o autor utiliza dados qualitativos para discutir os limites de gênero impostos à presença feminina, observando como ambientes altamente masculinizados produzem isolamento, desvalorização e fuga de talentos femininos.

O autor, Maia (2016), articula a discussão com os conceitos de divisão sexual do trabalho e socialização de gênero, sugerindo que a exclusão das mulheres da computação é um fenômeno que se constrói desde as etapas iniciais da formação educacional e se intensifica nas universidades, afetando diretamente o acesso e a permanência feminina em campos tecnológicos.

Não podemos deixar de estabelecer que o problema da desigualdade de gênero na pós-graduação não reside apenas no acesso, mas na permanência e valorização das trajetórias femininas em áreas de alto prestígio científico. A persistência da masculinização da computação, mesmo diante da ampliação do ensino superior, demonstra que a equidade de gênero requer medidas estruturais, culturais e pedagógicas, conforme estamos comprovando no decorrer dos estudos dessa tese de doutorado.

Artigo das autoras Moema de Castro Guedes, Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira, “A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq” (2016), que analisa a composição por sexo, faixa etária e área de conhecimento dos(das) pesquisadores(as) bolsistas de produtividade do CNPq no Brasil, entre os anos de 2001 e 2012, utilizando dados estatísticos oficiais, os autores revelam desigualdades estruturais na concessão de bolsas, marcadas tanto por gênero quanto por área do saber.

Os resultados mostram que, apesar da ampliação do número de mulheres na ciência brasileira, elas ainda estão sub-representadas entre os bolsistas de produtividade, sobretudo nos níveis mais altos e nas áreas de Ciências Exatas, Engenharia e Tecnológicas.

O texto também destaca que, em áreas como Ciências Humanas e da Saúde, onde há maior presença de mulheres, os critérios de avaliação científica não neutralizam os efeitos do gênero, e a desigualdade se reproduz nos mecanismos de mérito e prestígio. A pesquisa evidencia que as estruturas de reconhecimento acadêmico são marcadas por um padrão masculino de produtividade, centrado na alta competitividade, disponibilidade total e performance linear.

Nas palavras das autoras,

A análise da composição dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq por sexo mostrou que, mesmo nas áreas em que a presença de

mulheres é maior, o percentual de homens contemplados com bolsas é sempre superior (Guedes, Azevedo e Ferreira, 2015, p. 368).

Reforçamos que a desigualdade de gênero na ciência brasileira não está restrita ao acesso à pós-graduação, mas se manifesta com força nos sistemas de recompensa, avaliação e prestígio acadêmico. Conseguimos perceber que os dados aqui apresentados, excluem ou desvalorizam o trabalho feminino mesmo quando há equivalência ou superioridade em qualificação, o que está demonstrado é que precisamos mais do que nunca olhar para as políticas de acesso e permanência no ensino superior com a finalidade de atingirmos novos patamares de equidade de gênero.

Os estudos realizados para esta tese de doutorado, bem como as análises estatísticas empreendidas, evidenciam um amplo conjunto de situações que revelam como o acesso ao ensino superior se configura de modo desigual entre homens e mulheres, tanto nas análises regionais quanto naquelas que consideram as grandes áreas do conhecimento. Observam-se ainda assimetrias relevantes quando se analisa a permanência dessas mulheres na carreira acadêmica, especialmente no que se refere à transição de discentes da pós-graduação para a docência nas Universidades Federais.

Todas essas análises foram apresentadas nos Capítulos 2, 3 e 4, reiterando o que se esclarece durante toda a escrita desta tese: a necessidade de analisarmos precipuamente as condições de trabalho das mulheres, bem como a transformação do acesso em justiça acadêmica, manutenção e permanência em justiça epistêmica, e equidade em justiça científica.

É imperioso e urgente que alcancemos um lugar em que as mulheres efetivamente acessem o ensino superior, com equidade e igualdade, com políticas públicas eficazes e eficientes de democratização do acesso ao ensino superior, mas sem deixar de lado as necessidades epistemológicas de permanência.

É imperioso e urgente que alcancemos um lugar em que as mulheres efetivamente acessem o ensino superior, com igualdade e equidade. Reitero que o uso conjunto desses dois termos se deve ao fato da complexidade das desigualdades que atravessam a trajetória feminina no campo acadêmico. A igualdade, enquanto princípio normativo, diz respeito à garantia de direitos idênticos e de acesso universal aos espaços e oportunidades educacionais. Contudo, reconhecer apenas a igualdade formal não basta diante das profundas assimetrias históricas, sociais e culturais que afetam as mulheres, especialmente em áreas tradicionalmente masculinas ou marcadas por múltiplas exclusões. Por isso, a equidade torna-se fundamental: ela implica tratar desigualmente os

desiguais, levando em consideração os diferentes pontos de partida, trajetórias e obstáculos concretos vivenciados por cada grupo. Assim, a articulação entre igualdade e equidade, tal como defendida ao longo desta tese, evidencia que a justiça no ensino superior só será efetiva se combinar a universalização de direitos com políticas e práticas capazes de reparar desigualdades estruturais e promover a participação plena e significativa das mulheres em todos os níveis da pós-graduação.

Caminhamos para o fim das análises dos artigos selecionados dessa revista e aqui cumpre ressaltar que, depois de 2016, não houve mais artigos que fossem relevantes até o ano de 2009, um locus de espaço-tempo de 7 anos. Diferente não será nos próximos 2 artigos, os quais datam de 1998, o que reitera informação já anteriormente escalada: existe um grande campo a ser explorado, e era ainda maior há 27 anos.

O artigo “Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp”, de autoria de Elza da Costa Cruz Vasconcellos e Sandra Negraes Brisolla, apresenta os resultados parciais de um estudo de caso realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), voltado à análise da presença e atuação de mulheres no estudo e no trabalho da ciência, especialmente nas áreas das ciências exatas, tecnológicas e engenharias, historicamente consideradas masculinas.

Com base em indicadores quantitativos e qualitativos, as autoras demonstram que, na Unicamp, as mulheres vêm apresentando rendimento acadêmico superior ao dos colegas homens em cursos tecnocientíficos, contrariando o estereótipo de que essas áreas seriam naturalmente mais adequadas ao “gênero masculino”. Ao mesmo tempo, o artigo denuncia que o desinteresse de vestibulandas por essas carreiras não se explica por menor aptidão, mas sim por fatores culturais e sociais profundamente enraizados, como a forma diferenciada de socialização de meninos e meninas.

O trabalho contribui para a superação de obstáculos à produtividade científica e à construção de ambientes mais equitativos, tanto em termos de acesso quanto de permanência e valorização da atuação feminina na ciência. Ele também evidencia a ausência de políticas institucionais que reconheçam e enfrentem as barreiras simbólicas impostas às mulheres no campo científico.

Na grande maioria dos cursos da Unicamp [...] as alunas têm apresentado melhores coeficientes de rendimento que seus colegas nos mesmos cursos. Por esse motivo, o pouco interesse das vestibulandas por cursos dessa natureza só é explicável por hábitos culturais e preconceitos que se enraizaram na forma diferenciada com que se criam as meninas e os meninos (Vasconcellos e Brisolla, 2009, p. 215).

Está demonstrado com as análises e leituras feitas desse texto que as barreiras de gênero na ciência não estão ligadas à competência ou desempenho, mas a um sistema de valores culturais e institucionais que continua a restringir o ingresso e a permanência de mulheres em áreas de alta valorização científica. Além disso, reforça-se a importância de políticas de enfrentamento da desigualdade estrutural que afeta a trajetória acadêmica e científica das mulheres desde a graduação até a pós-graduação.

Escrito por Léa Velho e Elena León, “A construção social da produção científica por mulheres”, em 1998, este artigo analisa a produção científica de mulheres na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o objetivo de compreender como padrões de desempenho acadêmico são moldados por fatores sociais e estruturais, especialmente de gênero. As autoras realizam um estudo empírico em quatro institutos da universidade (Biologia, Química, Física e Ciências Sociais), combinando análise quantitativa com entrevistas qualitativas.

As autoras partem da crítica ao discurso dominante de que mulheres seriam naturalmente menos produtivas que homens. Demonstram que, embora a proporção de mulheres no ensino superior tenha crescido nas últimas décadas, isso não se traduziu em equidade no campo da produção científica. A sub-representação feminina nos quadros docentes e a menor produtividade média decorrem, segundo o estudo, não de incapacidades individuais, mas de construções sociais que definem o que é considerado produção científica válida e quem tem condições de produzi-la.

A análise mostra que o modelo de cientista ideal é moldado a partir de uma lógica masculina, que desconsidera as especificidades das trajetórias femininas, como a sobrecarga com responsabilidades familiares, a exclusão de redes informais de colaboração e o preconceito institucional. “O argumento geral é que padrões de produção científica são socialmente construídos e, nesse caso, eles evidenciam as construções sociais de gênero na academia.” (Velho e León, 1998, p. 309).

Seguimos evidenciando o quanto há de desigualdade de gênero na pós-graduação e na produção científica e como ela se expressa não apenas no acesso, mas nas lógicas internas das Universidades. Observamos que desde 1998 já existem muitas críticas contemporâneas às políticas meritocráticas que ignoram os efeitos estruturantes da desigualdade de gênero na ciência.

A autora Lucia Tosi propõe uma leitura crítica da Revolução Científica do século XVII, articulando-a com a simultaneidade histórica da caça às bruxas e com o processo de exclusão sistemática das mulheres da nascente ciência moderna. A autora argumenta

no artigo “Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna”, que o processo de construção da ciência moderna foi fundado em uma matriz androcêntrica e excludente, marcada pela racionalização dos saberes e pela rejeição da magia e dos saberes não codificados pelas academias. Nesse contexto, o saber foi estigmatizado como superstição ou bruxaria.

Lucia Tosi (1998) sugere que o nascimento da ciência moderna está profundamente associado a um projeto de controle social que também se expressa no silenciamento epistêmico das mulheres. O artigo dialoga diretamente com teorias contemporâneas sobre justiça epistêmica, demonstrando que o apagamento histórico das mulheres da ciência não é um fenômeno acidental, mas estrutural e deliberado. Nas palavras da autora “As mulheres participam ativamente desse movimento da ciência moderna dando importantes contribuições. São, porém, relegadas a posições secundárias e sua produção permanece muitas vezes ignorada ou obliterada.” (Tosi, 1998, p. 369).

Está demonstrado que as desigualdades epistêmicas que hoje afetam o acesso, a permanência e o reconhecimento das mulheres na pós-graduação têm raízes profundas no processo de institucionalização da ciência ocidental moderna. Não podemos deixar de refletir que a ciência foi construída como um campo excludente, onde o feminino foi sistematicamente deslegitimado como fonte de saber.

5.3 História de Vida Da Revista Internacional de Educação Superior - RIESup

A Revista Internacional de Educação Superior (RIESup), vinculada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é um periódico acadêmico de acesso aberto, com foco nas políticas, práticas e transformações do ensino superior. Publica artigos, ensaios e pesquisas com ênfase na democratização do acesso, permanência estudantil, formação docente, internacionalização, avaliação e políticas públicas educacionais.

A revista acolhe trabalhos com forte preocupação política e crítica, voltados ao papel da universidade pública em tempos de avanço do neoliberalismo e da mercantilização do conhecimento. Entre os temas mais recorrentes destacam-se: democratização da educação superior, internacionalização, formação docente; avaliação da educação superior, dentre outros.

A revista é normalmente formada por editorial, resenhas, entrevistas, relato de experiências, pesquisas e artigos.

Atualmente o corpo editorial da RIESup é formado pelos editores chefes: Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Dr. José Camilo dos Santos Filho, ambos da Universidade Estadual de Campinas. Além do editor adjunto, Dr. Gildenir Carolino Santos, também da Universidade Estadual de Campinas; e da editora associada Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida da Universidade Federal de Santa Maria. A revista é extremamente organizada e ainda possui uma série de editores de seções, assistentes editoriais, um comitê de políticas editoriais, um secretário geral e corpo editorial científico nacional e internacional, com pesquisadores de Portugal, Espanha, Chile, Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai.

Importante destacar que, diferente das duas outras revistas utilizadas nesse estudo, a Revista Estudos Feministas (REF) e a PAGU, que são revistas com mais de 30 anos de existência, esse periódico é bastante jovem, tendo sua primeira publicação no ano de 2015. Nesse primeiro ano, destaca-se a publicação de temas políticos, políticas públicas, formação docente e internacionalização.

Cumpra-se destacar que nesses 10 anos de publicações, tivemos um total de 513 publicações na revista, sendo que dessas 3 revistas, ora em análise, a RIESup é a única que já possui uma edição 2026. Edição esta que, inclusive, conta com um dos 9 artigos selecionados durante o mapeamento realizado.

Abaixo apresentamos a lista dos artigos selecionados, efetivamente lidos e analisados da RIESup, que complementam nosso estudo em andamento. Foram destacados 9 artigos, os quais estão listados abaixo:

Tabela 3 – Artigos da Revista Internacional de Educação Superior - RIESup

ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO
<u>Ser mulher, professora e cientista: representação social de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em ciências da UFSB</u>	2026	Callyne de Moura Reis e Débora Schmitt Kavalek	Universidade federal do Sul da Bahia

<u>Delimitação da área de conhecimento científico da educação superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022</u>	2025	Rodrigo Pivetta Werlang e Marcio Giusti Trevisol	Universidade do Oeste de Santa Catarina
<u>Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade</u>	2024	Naanna Evangelista Agostinho Silva, Carla Chagas Ramalho e José Jairo Vieira	UFMC e UFRJ
<u>Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de ensino superior as percebem?</u>	2024	Wilmo Ernesto Francisco Junior, Andreza Alves de Souza e Mônica dos Santos Ferreira	UFAL e UFPE e UFSE
<u>A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?</u>	2023	Josiane Peres Gonçalves e Maria Cristina de Sousa Benitez	UFMS
<u>Educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate</u>	2022	Zoraia Aguiar Bittencourt e Thiago Ingrassia Pereira	Universidade Federal da Fronteira Sul
<u>Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil</u>	2022	Izabella Pirro Lacerda e Maria Angela Mattar Yunes e Felipe Valentin	Universidade Salgado de Oliveira São Gonçalo
<u>Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico</u>	2017	Elisa Ustárroz, Sérgio Feldmann de Quadros e Marília Costa Morosini	UC-RS/ Universidade Estadual de Campinas / UFRGS
<u>Por uma universidade para o mercado ou para todos: democracia e emancipação</u>	2017	Edithe Maria Sudbrack e Arnaldo Nogaro	UFRGS

Fonte: Realizado pelas autoras

Apresentamos a seguir um breve resumo dos artigos que foram selecionados após o mapeamento, utilizando como metodologia a busca pelas palavras chaves: educação superior, feminismo, justiça acadêmica, justiça epistêmica, democracia, acesso, permanência.

A intenção desse estudo é demonstrar como esses artigos contribuem com o que está sendo construído e discutido na presente Tese de doutorado, reforçando os conceitos até aqui desenvolvidos, e buscando caminhos para a superação da justiça acadêmica, em busca de um objetivo maior, que é a justiça epistêmica com democratização do Ensino superior, para mulheres, pelas mulheres e com as mulheres.

O artigo “Ser mulher, professora e cientista: representação social de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em ciências da UFSB” (2026), busca compreender as representações sociais atribuídas por docentes mulheres ao exercício concomitante das funções de mulher, professora e cientista. As autoras Callyne de Moura Reis e Débora Schmitt Kavalek realizaram a pesquisa com docentes do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Através da metodologia de utilização da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), foram identificados sentimentos positivos com relação às suas trajetórias, bem como sentimentos negativos quanto às tensões vividas pelas professoras ao enfrentar barreiras estruturais na academia.

O artigo evidencia que as mulheres docentes lidam com múltiplas pressões e desigualdades: desde a desvalorização institucional e o machismo, até a sobrecarga derivada da necessidade de conciliarem maternidade, pesquisa e docência. As autoras destacam que, apesar das adversidades, essas mulheres constroem espaços de resistência e ressignificação, onde suas trajetórias podem servir de exemplo e inspiração para outras mulheres na ciência.

Além disso, o artigo também questiona as dificuldades epistêmicas, sendo que a pesquisa certamente contribui para o debate sobre justiça acadêmica, quando se questiona sobre as estruturas universitárias, e ao demonstrar que essas estruturas ainda se manifestam de maneira excludente para com o gênero feminino.

É importante ressaltar que, nas palavras das autoras:

As professoras apresentam uma trajetória marcada por adversidades, angústias, situações de falta de apoio, preconceito, machismo e luta para ter reconhecimento no ensino e na pesquisa. [...] Ser mulher, mãe e cientista não são papéis conflitantes, mas complementares (Kavalek e Reis, 2026, p. 8).

De certa maneira, a leitura do texto traduz substancialmente um reforço no sentido de demonstrar que a permanência e a valorização de mulheres na ciência não se dão automaticamente com o ingresso formal na universidade, a chamada justiça acadêmica, mas exigem transformações estruturais nas formas de reconhecimento, apoio institucional e legitimação de saberes. A valorização da trajetória feminina, suas histórias, reconhecimentos, amplia sobremaneira o conceito de justiça acadêmica discutido na pesquisa de doutorado.

De autoria de Rodrigo Pivetta Werlang e Marcio Giusti Trevisol, o artigo “Delimitação da área de conhecimento científico da Educação Superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022” (2025), realiza uma análise crítica do campo científico da educação superior, propondo um mapeamento dos principais temas investigados em artigos publicados entre 2019 e 2022. A metodologia envolve a seleção de 136 artigos a partir de três fontes: Portal de Periódicos da Capes, SciELO e anais da ANPED. A análise foi guiada por categorias temáticas identificadas com base em descritores: Estado e políticas públicas; democratização; internacionalização; formação docente; pedagogia universitária; e avaliação institucional.

Os autores evidenciam que os temas mais recorrentes foram 'democratização da educação superior' e 'Estado e políticas públicas'. Por outro lado, a avaliação institucional, elemento crucial para medir a qualidade e efetividade das políticas de permanência, apareceu de forma pouco relevante. Isso reforça um alerta para lacunas no campo, especialmente em relação à justiça acadêmica e à permanência de estudantes em vulnerabilidade social e econômica. Apesar de não abordar diretamente marcadores de gênero, a estrutura de categorias proposta no artigo é útil para contextualizar e mapear espaços possíveis de inserção da questão de gênero na agenda da educação superior.

Ao mapear tendências da produção acadêmica, o artigo evidencia a invisibilidade da articulação entre gênero, pós-graduação e justiça epistêmica. O baixo volume de trabalhos que tratam diretamente da permanência e da avaliação, aliado à ausência de intersecções com a desigualdade de gênero, reforça o argumento central da tese: o campo ainda é limitado e carece de aprofundamento analítico. O que vem de encontro justamente com a proposta dessa tese de doutorado aqui costurada, uma vez que a exploração do tema converge com a lacuna demonstrada.

Ao analisar a presença de mulheres nos cursos de mestrado e doutorado, é fundamental ir além da simples contagem do número total de participantes em cada grupo

ou região do Brasil. Mais do que observar quantas mulheres estão presentes, buscamos compreender qual é a proporção delas em relação ao total de pessoas nesses espaços, o que permite avaliar se sua participação realmente avançou, recuou ou se manteve estável ao longo do tempo. O mesmo olhar é direcionado para a inserção feminina em áreas tradicionalmente masculinas e para sua permanência nas carreiras acadêmicas, especialmente no corpo docente. Dessa forma, nossa análise procura revelar, de maneira mais profunda e qualificada, as nuances e desafios do acesso, permanência e representatividade das mulheres na pós-graduação, um tema ainda pouco discutido, mas fundamental para o debate sobre justiça e equidade no ensino superior.

No capítulo 5 desta tese, destacamos em análises estatísticas o número de mulheres docentes por região, bem como por área de conhecimento. As discussões revelam o quanto ainda precisamos de políticas públicas que tragam equidade para o acesso de mulheres nesse cenário.

Já o artigo “Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade” dos autores Naanna Evangelista Agostinho Silva e Carla Chagas Ramalho e José Jairo Vieira, de 2024, aborda as dinâmicas de opressão de gênero no interior das universidades brasileiras, buscando compreender como esses espaços acadêmicos, tradicionalmente entendidos como ambientes de formação crítica e emancipação, reproduzem realidades institucionais de desigualdade. As autoras utilizam como referencial teórico os estudos feministas e de gênero, centrando-se em perspectivas críticas que denunciam o caráter patriarcal, racializado e excludente das estruturas universitárias. A metodologia do estudo se baseia na análise documental e revisão bibliográfica, com destaque para narrativas e experiências de mulheres no meio acadêmico.

O texto destaca que, embora as universidades tenham sido formalmente democratizadas, ainda carregam em sua organização interna mecanismos de silenciamento, exclusão e hierarquização entre os gêneros. As autoras apontam a naturalização do sexismo acadêmico, a sub-representação das mulheres em cargos de prestígio e a permanência de microviolências cotidianas como indicadores de uma estrutura opressiva que precisa ser transformada. A universidade, nesse sentido, é compreendida como um território de disputa e não como um ambiente neutro ou universal. O artigo defende que políticas institucionais voltadas à equidade de gênero devem ser estruturantes e não pontuais ou simbólicas.

O artigo selecionado discute as condições de permanência das mulheres no ensino superior, especialmente na pós-graduação. Ao evidenciar que o problema da exclusão de gênero vai além do acesso, e se estende às formas de reconhecimento, valorização e poder simbólico dentro das universidades, o texto reforça o conceito de justiça epistêmica e coloca em evidência o caráter estrutural da desigualdade na ciência brasileira. Reiteramos que “O espaço universitário ainda se estrutura sob relações de poder hierarquizadas, em que as mulheres continuam ocupando posições secundárias ou sendo invisibilizadas.”

O artigo “Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de ensino superior as percebem?” (2024), dos autores Wilmo Ernesto Francisco Junior, Andreza Alves de Souza e Mônica dos Santos Ferreira, analisa as percepções de estudantes de um curso de licenciatura sobre as relações de gênero no ambiente universitário, a partir de uma abordagem qualitativa. As autoras buscam compreender como os sujeitos em formação interpretam e reproduzem (ou resistem a) práticas marcadas por desigualdade de gênero em seu cotidiano acadêmico. A pesquisa formou grupos focais com alunos e alunas de uma instituição de ensino superior do Norte do Brasil.

O estudo revela que, embora os estudantes reconheçam a existência de desigualdades de gênero no meio acadêmico, há uma naturalização de muitas dessas práticas. As falas demonstram que existe a clara permanência de estereótipos, silenciamentos e diferenciações no tratamento entre homens e mulheres, especialmente nos momentos de avaliação, fala pública e liderança. As autoras concluem que, mesmo após políticas institucionais de promoção da equidade, o ambiente universitário continua sendo um espaço de reprodução de violências simbólicas e desigualdade. Para os autores, “Os estudantes percebem a universidade como um espaço ainda permeado por desigualdades, onde o gênero se manifesta nas falas, nos comportamentos e nas expectativas atribuídas.”

A análise desse artigo demonstra que as desigualdades de gênero não se limitam às estruturas institucionais formais, mas estão presentes na vida cotidiana das universidades, inclusive nas percepções e atitudes de seus próprios estudantes. Essa perspectiva reforça a necessidade de trabalhar a justiça epistêmica também no plano simbólico e relacional, incluindo processos formativos, relações pedagógicas e políticas de cultura institucional sensível às dinâmicas de exclusão e poder entre os gêneros. Dessa forma, fica mais uma vez evidenciado a necessidade atual, imperiosa e urgente de cuidarmos desse tema de forma a superarmos as desigualdades de gênero e não mais

seguirmos perpetuando ações que apenas reforçam esses estereótipos. A justiça epistêmica precisa ser evidenciada como uma forma de atingirmos a equidade.

De autoria de Josiane Peres Gonçalves e Maria Cristina de Sousa Benitez, “A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?” (2023), obtivemos a reflexão de que até mesmo o estudo inverso das situações pode nos mostrar e evidenciar o quanto ainda estamos longe de alcançar a justiça epistêmica. Enquanto em outros textos selecionados vemos a marcação de cursos historicamente masculinizados, aqui a análise se deu em um curso considerado feminino.

Embora o foco do artigo seja a masculinidade, ele demonstra como o gênero estrutura as escolhas, permanências e abandonos no ensino superior. O estudo permite expandir a discussão para pensar a pedagogia como campo mais desvalorizado, e como essa desvalorização está relacionada à feminilização histórica da área. Podemos perceber como as desigualdades de gênero também atuam na organização dos saberes dos cursos universitários.

Este artigo investiga os fatores associados à baixa presença e elevada desistência de estudantes homens nos cursos de Pedagogia. Embora não seja voltado diretamente para o marcador de gênero feminino, o texto contribui para a compreensão das dinâmicas de gênero no interior do ensino superior, especialmente em cursos altamente feminilizados. O autor fundamenta sua análise em revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com estudantes do gênero masculino que desistiram do curso de pedagogia em uma universidade pública do Sul do Brasil.

A pesquisa revela que, embora alguns homens ingressem no curso por vocação, a maioria enfrenta resistências simbólicas e institucionais ao longo da trajetória, sentindo-se deslocados de um campo associado à feminilidade, ao cuidado e à docência na educação infantil. A estigmatização da docência como trabalho de 'mulher', os discursos sociais que desvalorizam o curso e a ausência de políticas de permanência sensíveis à questão de gênero foram apontados como barreiras importantes. A masculinidade hegemônica, ao rejeitar atributos vinculados ao cuidado, acaba funcionando como um impeditivo simbólico para a permanência desses estudantes.

O artigo de 2022 “Educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate”, dos autores Zoraia Aguiar Bittencourt e Thiago Ingrassia Pereira, analisa os avanços e limitações das políticas de democratização da educação superior no Brasil, especialmente a partir da década de 2000. Com base em uma revisão crítica de programas como o REUNI (Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais) e o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), as autoras discutem o quanto a ampliação do acesso ao ensino superior público tem sido acompanhada (ou não) por políticas de permanência consistentes.

As autoras argumentam que os processos de massificação do acesso à educação superior pública não se traduzem automaticamente em democratização efetiva. “O acesso à universidade pública não garante, por si só, o direito à educação”. A permanência, com qualidade, deve ser garantida por políticas consistentes. Muitos estudantes oriundos das classes populares, mulheres, negros e indígenas enfrentam barreiras econômicas, culturais e institucionais para permanecerem na universidade. O texto defende que uma verdadeira democratização só é possível quando o acesso é articulado à garantia de permanência com qualidade, o que implica repensar a estrutura acadêmica, as relações pedagógicas e os critérios de avaliação, para que sejam mais equitativos e inclusivos.

Dessa forma, destacamos na nossa tese que o ingresso de mulheres na pós-graduação não é suficiente, se não for acompanhado por transformações institucionais que assegurem a permanência e o reconhecimento epistêmico dessas trajetórias. Dessa forma, está evidente que as políticas de democratização do ensino superior devem articular inclusão material, simbólica e curricular, o que reforça a importância de compreender a permanência como um direito e uma condição de justiça acadêmica.

O artigo “Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil” (2022) analisa, a partir de uma abordagem qualitativa, os efeitos da moradia estudantil sobre a permanência de estudantes no ensino superior. A pesquisa foi realizada pelos autores Izabella Pirro Lacerda, Maria Angela Mattar Yunes e Felipe Valentin, com estudantes de uma universidade pública e destaca o papel das redes de apoio, sejam elas afetivas, acadêmicas e institucionais, na trajetória universitária. As autoras argumentam que as políticas de assistência estudantil não devem se restringir ao fornecimento de recursos materiais, mas devem considerar os laços de solidariedade, reconhecimento e pertencimento como fatores essenciais à permanência.

O texto demonstra que os estudantes residentes em moradias estudantis, majoritariamente oriundos de camadas populares, constroem formas de resistência e colaboração frente às adversidades acadêmicas. A moradia aparece como espaço de acolhimento e fortalecimento, onde se tecem relações capazes de compensar o distanciamento familiar, as pressões financeiras e o sentimento de não pertencimento. As autoras ressaltam que esse apoio interpessoal funciona como forma de apoio no sucesso acadêmico, especialmente entre mulheres, negros e estudantes de regiões periféricas.

Não podemos deixar de observar que o artigo reflete sobre a permanência com base em políticas públicas e aspectos subjetivos individuais da experiência universitária. Podemos destacar que o êxito acadêmico das mulheres na pós-graduação também depende da construção de redes de apoio simbólicas e práticas, como aquelas formadas em espaços de moradia, coletivos e vínculos institucionais.

Essa perspectiva reforça a importância de considerar dimensões afetivas e relacionais na concepção de justiça acadêmica, contribuindo assim com os estudos aprofundados dessa tese.

O próximo artigo “Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico” (2017), de autoria de Elisa Ustárroz, Sérgio Feldmann de Quadros e Marília Costa Morosini, propõe uma discussão crítica sobre a democratização do ensino superior no Brasil, analisando as dificuldades entre a ampliação do acesso e a ausência de políticas eficazes de permanência e sucesso acadêmico. A autora defende que, embora as universidades públicas tenham aumentado significativamente o número de matrículas, especialmente por meio de ações afirmativas e programas federais, o enfrentamento das desigualdades internas ainda é desarticulado. “Democratização exige comprometimento com o sucesso acadêmico, o que pressupõe ações intencionais e políticas de suporte permanentes.” O artigo é fundamentado em uma abordagem teórica crítica, com base em dados de acesso, permanência e evasão.

Os autores argumentam que a lógica que rege a universidade pública ainda é meritocrática e excludente, e que o compromisso com o sucesso acadêmico deve envolver transformações profundas na estrutura, cultura e gestão institucional. Além da assistência estudantil, o artigo sugere a revisão de currículos, o fortalecimento de políticas pedagógicas e a valorização de trajetórias acadêmicas diversas como caminhos para efetivar a democratização do ensino superior. É enfatizada a necessidade de um modelo de universidade mais inclusivo, capaz de reconhecer e sustentar a diversidade sociocultural dos estudantes que nela ingressam.

O artigo oferece uma contribuição teórica importante ao ampliar o conceito de democratização para além do acesso, incluindo a responsabilidade institucional com a permanência e o êxito acadêmico. Esse argumento sustenta a tese de que o ingresso de mulheres na pós-graduação só se tornará significativo em termos de justiça epistêmica quando as universidades se comprometerem com trajetórias plurais e acolhedoras, capazes de valorizar os saberes e experiências diversas das mulheres na ciência.

Por fim, o artigo “Por uma universidade para o mercado ou para todos: democracia e emancipação” de 2017, no qual os autores Edite Maria Sudbrack e Arnaldo Nogaro, discutem criticamente o papel social da universidade pública brasileira frente à crescente lógica de mercantilização do ensino superior. A autora propõe uma reflexão sobre dois projetos em disputa: uma universidade voltada para a formação de sujeitos emancipados, críticos e socialmente comprometidos, e outra cada vez mais subordinada aos interesses do mercado. A partir de uma abordagem filosófica e político-educacional, a autora questiona os rumos das reformas universitárias recentes e seus efeitos sobre a autonomia institucional, o currículo e o acesso à produção do conhecimento.

A autora denuncia que a universidade pública tem sido pressionada a adequar-se às exigências da competitividade e da produtividade, assumindo lógicas empresariais de gestão, avaliação e formação. Nesse cenário, valores como pluralidade, participação e justiça social são deslocados por metas de desempenho, ranqueamentos e instrumentalização da ciência. O texto defende que, para cumprir sua função democrática, a universidade deve resistir à captura mercadológica e reafirmar seu compromisso com a formação integral, a justiça cognitiva e a equidade no acesso ao conhecimento.

O artigo nos leva a refletir sobre os impactos estruturais da lógica mercantil na organização da educação superior. Podemos pensar a justiça acadêmica e epistêmica como uma forma de resistência institucional, capaz de devolver à universidade sua missão pública de formação crítica, inclusão e transformação social.

Como já foi esclarecido na abertura deste capítulo, a conclusão será elaborada a partir do entrelaçamento crítico dos artigos selecionados das três revistas: *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas (REF)* e *Revista Internacional de Educação Superior (RIESup)*. Essa articulação busca promover um diálogo aprofundado entre as produções acadêmicas, evidenciando as convergências e divergências que se apresentam sobre os temas centrais da pesquisa.

Nesse processo, serão integradas as reflexões provenientes de diferentes perspectivas, permitindo não apenas o mapeamento dos debates mais atuais, mas também a construção de uma síntese crítica que fundamenta e orienta o desenvolvimento desta tese. O objetivo é mostrar como o conhecimento produzido por esses periódicos dialoga com os campos aqui discutidos, ampliando a compreensão das desigualdades de gênero no ensino superior brasileiro.

Assim, a conclusão não se limita a um resumo dos artigos analisados, mas configura-se como um espaço de síntese teórica e analítica, onde as contribuições dos

estudos selecionados são articuladas para fortalecer os argumentos até aqui desenvolvidos. O propósito central foi construir uma base teórica sólida para compreender as múltiplas dimensões que envolvem a representatividade feminina na pós-graduação brasileira. Através do diálogo entre as produções desses periódicos e os dados oficiais coletados, foi possível responder, de forma articulada, aos objetivos centrais desta tese, contribuindo para a construção de um panorama complexo, rigoroso e integrado.

Podemos observar, quando reiteramos que um dos objetivos dessa tese é analisar o acesso e permanência de mulheres na pós-graduação, identificando barreiras e avanços, que alguns artigos da Revista Estudos Feministas destacam que, mesmo com o aumento numérico das mulheres nos cursos de pós-graduação, persistem desigualdades estruturais que restringem o acesso e, principalmente, a permanência das mulheres em áreas tradicionalmente masculinas.

No artigo “Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas”, as autoras expõem que a permanência feminina está condicionada à superação de barreiras institucionais e simbólicas, como a constante necessidade de legitimação das suas competências e a imposição de normas culturais sempre baseadas na masculinidade dominante. Esses aspectos são confirmados pelos dados da Plataforma Sucupira, analisados nesta tese, que revelam estagnação ou retração da representatividade feminina nas áreas de Engenharia, Ciências Exatas e da Terra. Além disso, fica reiterado no artigo que:

A despeito da diversidade de fatores considerados, o consenso é que, nas áreas de STEM, as mulheres enfrentam barreiras que vão desde o ingresso no ensino superior até o progresso na carreira (Jacob BLICKENSTAFF, 2006; RIDGEWAY, 2011). Novamente, ao se levar em conta as questões raciais, o cenário é agravado, uma vez que a interseccionalidade de discriminação de gênero, raça e classe social vivenciada pelas mulheres negras impacta diretamente no planejamento e ascensão de suas carreiras. Vale lembrar, ainda, que gênero representa uma categoria de análise histórica, cultural e política, que expressa relações de poder e que deve ser utilizada no que diz respeito a outras categorias, como raça e classe, tendo em vista a possibilidade da mudança e desnaturalização (Scott, 1990; Oliveira-Silva, Parreira, 2022, p.2).

Tal contexto indica que o crescimento quantitativo, embora necessário, não é suficiente para garantir uma mudança estrutural no cenário acadêmico. Essa constatação é reforçada pela reflexão crítica sobre a cultura institucional universitária, que muitas vezes naturaliza a sub-representação feminina e reincide em ambientes pouco acolhedores, dificultando o avanço e reconhecimento das mulheres cientistas.

Quando olhamos para o outro objetivo delineado no início desse trabalho, qual seja: compreender as dimensões simbólicas e culturais que afetam as trajetórias acadêmicas femininas, podemos nos debruçar sobre as palavras de Neiva Furlin, na Revista Estudos Feministas, em seu artigo “Cruzando Fronteiras de Gênero”: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”. A autora aprofunda as discussões sobre as experiências subjetivas das mulheres docentes, enfatizando a necessidade de entender a permanência feminina não apenas como um dado quantitativo, mas como um processo complexo de resistência cultural. Ela evidencia que a permanência no meio acadêmico envolve não apenas a superação de obstáculos objetivos, mas também um trabalho contínuo de negociação e ressignificação dos papéis de gênero.

Essa dimensão cultural evidencia que a desigualdade de gênero não é apenas estrutural, mas também atravessa a construção identitária das mulheres, suas interações cotidianas e as práticas institucionais que reproduzem padrões excludentes. A resistência das mulheres docentes pode ser vista como um processo ativo de criação de novos espaços simbólicos, que desafiam as normas tradicionais e promovem transformações graduais.

Por outro lado, a presença de mulheres na docência, ainda que reduzida, vem desafiando os códigos convencionais e as fronteiras de gênero de um lugar profissional majoritariamente masculino. Trata-se de uma presença que é, ao mesmo, tempo simbólica e política, porque subverte uma convenção social estabelecida, de um lugar estruturado, historicamente, como não o inteligível para as mulheres. Essa presença transgressora, sem dúvida se deve a um agenciamento ético e político de mulheres, que também se afirmam sujeitos dotados de capacidade intelectual (Furlin, 2016, p.32).

Além dessas reflexões acima, intercruzamos também o objetivo de avaliar o impacto das políticas institucionais e das práticas acadêmicas sobre a representatividade feminina. A Revista Internacional de Educação Superior (RIESup) acrescenta uma perspectiva essencial ao enfatizar a influência das políticas públicas e das práticas institucionais na ampliação da presença feminina na pós-graduação.

Em estudos recentes publicados na revista, destaca-se a importância da abordagem interseccional, que articula gênero, raça, classe e território para uma análise mais abrangente das desigualdades presentes no ensino superior brasileiro.

Os levantamentos analisados evidenciam que a ampliação do número de mulheres docentes, embora positiva, não tem sido uniforme nem suficiente para superar as barreiras sistêmicas. Especialmente para mulheres negras e indígenas, que enfrentam dupla marginalização, as políticas afirmativas e os programas de inclusão ainda não estariam

conseguindo garantir a equidade nos processos seletivos, na distribuição de recursos e no reconhecimento acadêmico.

Esse cenário reforça que a justiça acadêmica requer ações específicas e articuladas, que vão muito além da simples igualdade numérica, buscando transformar as estruturas que reproduzem exclusões. O diálogo entre as práticas institucionais e as trajetórias individuais das mulheres docentes é, portanto, fundamental para compreender as limitações e potencialidades das políticas vigentes.

Nas palavras de Wilmo Ernesto Francisco Junior, Andreza Alves de Souza e Mônica dos Santos Ferreira, no artigo “Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de Ensino Superior as percebem?

É possível depreender que a demarcação de espaço já é evidente pelo naturalizado direcionamento de mulheres a algumas áreas consideradas de caráter feminino. Matias dos Santos (2014) e Silva e Ribeiro (2014) afirmam que em virtude de as mulheres serem mais expressivas numericamente em algumas atividades e terem maiores dificuldades na ocupação de outros espaços, na visão androcêntrica, a ausência delas se torna algo naturalizado, o que muitas vezes passa despercebido e resulta numa segregação implícita. Assim, o fato de haver o prevailecimento de cursos masculinos ou femininos torna-se um desencorajamento historicamente construído de acesso a determinadas carreiras e atuações, o que passa despercebidamente pela maioria (Ferreira, Junior e Souza, 2022, p. 1).

De maneira objetiva observamos que, deixar para trás as ideias e costumes de uma sociedade patriarcal não é fácil nem acontece de forma natural. É importante pensar com cuidado sobre como o trabalho é dividido e organizado, além de refletir sobre os comportamentos e atitudes que temos ao longo da vida.

Outra interseccionalidade relevante ocorre quando buscamos fontes para o nosso objetivo de identificar tendências regionais e setoriais da representatividade feminina na pós-graduação.

Ao cruzar os dados quantitativos coletados da Plataforma Sucupira com as análises qualitativas dos artigos selecionados, percebe-se uma heterogeneidade clara, tanto regional quanto setorial, na representatividade feminina. A concentração maior de mulheres em áreas associadas ao cuidado e à educação, como Linguística e Ciências Humanas, contrasta com a queda ou estagnação em áreas técnicas como Engenharias e Exatas, reproduzindo a divisão sexual do trabalho intelectual observada, por exemplo, no artigo “Gênero e as relações de opressão no contexto social; um olhar para a universidade, de autoria de Naanna Evangelista Agostinho Silva, Carla Chagas Ramalho e José Jairo Vieira. Nesse estudo observou-se que

(...) como a construção histórica da nossa sociedade influencia no pensamento, no comportamento e na percepção de mulheres e homens sobre o conceito de gênero e opressão de gênero. No meio dessa construção, temos o patriarcado, um sistema de comportamento que se perpetua até os dias atuais, o qual dita normas e formas de agir, para a mulher e para o homem, tais quais: a maneira de falar, de se vestir e como cada um tem o seu papel descrito do que é permitido/aceito – ou não – a ambos (Ramalho, Silva e Vieira, 2022, p. 8).

Além disso, as disparidades regionais refletem condições socioeconômicas e infraestruturais distintas, que impactam diretamente a formação e permanência das mulheres na pós-graduação. Regiões com menor investimento em pesquisa e educação superior tendem a apresentar percentuais menores de mulheres docentes, evidenciando a necessidade de políticas regionais que atendam às especificidades locais, conforme apontado pela RIESup.

Essa análise reforça que o debate sobre justiça acadêmica e epistêmica deve considerar não apenas as desigualdades de gênero, mas também as condições materiais e territoriais das instituições, para promover uma ciência mais inclusiva e equânime em todas as regiões do país.

É o que vemos, por exemplo, no artigo publicado pela RIESup em 2017, dos autores Edite Maria Sudbrack e Arnaldo Nogaro,

O horizonte da democratização da Educação Superior exige superar as políticas de ciência e tecnologia e de educação, sob o viés desta argumentação. Ela torna-se importante para reforçar a educação como componente-chave para o desenvolvimento. Como bem público, a educação superior permite a manutenção e o incremento das tradições intelectuais e culturais, proporcionando espaço para a pesquisa, a investigação, a geração e difusão do conhecimento e a inovação. Santos (2000) propõe a transição do paradigma moderno de ciência para o paradigma emergente. Tal gramática preconiza o fim da hierarquia Norte-Sul, advogando uma nova forma de sociabilidade entre países, uma nova ética nas relações, lutando contra a globalização hegemônica (Nogaro e Sudbrack, 2017, p.428).

A partir do diálogo entre os artigos das três revistas e a análise dos dados estatísticos oficiais, extraídos da Plataforma Sucupira, é possível afirmar que a representatividade feminina na pós-graduação brasileira é marcada por avanços numéricos importantes, mas ainda atravessada por barreiras institucionais, culturais e regionais. O combate a essas desigualdades exige uma abordagem multifacetada, que reconheça a pluralidade das experiências femininas e as múltiplas interseccionalidades que condicionam o acesso, a permanência e o reconhecimento acadêmico das mulheres.

Esta síntese demonstra a importância de aprofundar o diálogo entre os saberes produzidos em diferentes campos: acadêmico, social e político, para construir estratégias efetivas que promovam a justiça epistêmica e a equidade na ciência brasileira, temas que serão aprofundados no capítulo seguinte.

Concluimos, por fim, sobre o estado da arte, analisando as 3 (três) revistas que foram escolhidas por essas autoras (por motivos já esclarecidos na introdução do presente capítulo) quais sejam: Cadernos Pagu, Revista Estudos Feministas e Revista Internacional de Educação Superior (RIESup), tendo que esses estudos atuam na consolidação, renovação e divulgação do campo de estudos de gênero no Brasil.

A análise realizada pelas autoras comprova que essas revistas não apenas refletem o estado da produção feminista, mas atuam como um agente ativo em sua construção, acompanhando debates públicos e garantindo seus lugares como publicações de referência nacional e internacional.

Para tanto, com a seleção dos artigos mapeados, conseguimos reforçar nossos estudos sobre acesso e permanência no ensino superior, estabelecendo firmes bases para a construção dos conceitos de justiça acadêmica e epistêmica, que serão objetos de pesquisas do próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA ACADÊMICA, EPISTÊMICA E CIENTÍFICA. DA CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE JUSTIÇA

Neste capítulo, daremos continuidade à reflexão iniciada nos capítulos anteriores, avançando para a análise dos conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, fundamentais para a compreensão das barreiras e possibilidades enfrentadas pelas mulheres na pós-graduação brasileira. A partir dos objetivos centrais da presente tese, já apresentados anteriormente, e sobre os quais discorreremos em cada um dos capítulos,

buscamos não apenas identificar os desafios quantitativos relativos à representatividade feminina, mas também compreender as dimensões simbólicas, culturais e institucionais que moldam essas dinâmicas.

O primeiro objetivo deste capítulo é aprofundar o conceito de justiça acadêmica, que perpassa não só o acesso das mulheres nos programas de pós-graduação, mas também a legitimação das suas trajetórias e contribuições no espaço acadêmico. Aqui, a justiça é compreendida como um princípio que deve guiar políticas, práticas e culturas institucionais que historicamente têm se mostrado excludentes e desiguais. Reconhecer a justiça acadêmica implica considerar as desigualdades estruturais de gênero, raça, classe e outras interseccionalidades, que permeiam o ambiente acadêmico.

O segundo objetivo aborda a justiça epistêmica, que trata da permanência, da visibilidade e da valorização dos saberes femininos. Este aspecto reconhece que o conhecimento produzido por mulheres, suas perspectivas e metodologias, muitas vezes têm sido marginalizados ou invisibilizados nos sistemas tradicionais de produção científica, que são, via de regra, patriarcais e, conseqüentemente, masculinizados. A justiça epistêmica, portanto, é uma chamada para a ampliação do reconhecimento dos saberes diversos, valorizando as construções feministas e desconstruindo situações de conhecimento que reproduzem desigualdades.

Para tanto, a justiça científica será discutida em sua dimensão de equidade nos espaços de produção do conhecimento, que envolve a distribuição de recursos, oportunidades de liderança, financiamento e reconhecimento acadêmico. O acesso desigual a esses espaços reflete e reforça as barreiras que limitam a plena participação das mulheres na produção científica e acadêmica, influenciando diretamente a qualidade, diversidade e justiça na produção da ciência. Aqui nesse ponto temos, inclusive, uma possibilidade de estudo futuro, já que nesse momento da construção da tese se tornou inviável a análise referente a quantificação das mulheres que compõem os programas com notas maiores, e as conseqüentes reflexões sobre isso. Seriam essas mulheres em maior número nesses locais, por terem esses espaços maiores condições de receber e mantê-las com qualidade, estímulos a permanência como bolsas e premiações, reconhecimento, dentre outros; ou seriam esses programas de pós-graduação, programas de referência e com notas altas segundo a Plataforma Sucupira, justamente por terem mais mulheres neles inseridas? Esse debate é pertinente e tem espaço acadêmico para sua descoberta, aprofundamento e reflexão, num momento futuro.

Além disso, este capítulo se fundamenta em análises teóricas, diálogos com a literatura das revistas *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas* e *Revista Internacional de Educação Superior*, bem como nos dados oficiais da Plataforma Sucupira, consolidando um panorama que articula dados quantitativos e qualitativos para compreendermos a complexidade da justiça no contexto da pós-graduação.

Assim, a construção desses conceitos será fundamental para embasar as reflexões e propostas que são objetos do presente estudo, e que a partir deles, poderemos fazer descobertas e próximos passos para a superação das desigualdades de gênero no ensino superior brasileiro.

A construção desse capítulo também leva em consideração um dos primeiros objetivos de estudo das autoras, que em um primeiro momento pretendiam, de maneira muito objetiva, contribuir para a construção desses conceitos de forma a solidificar situações cotidianas, mas que mereciam mais do que apenas um olhar de acesso ou permanência, ou de como essas mulheres poderiam estar melhor inseridas dentro das áreas de Engenharias ou Ciências Agrárias da Terra e Exatas; mais do que o nosso olhar para essas situações (e permanece como eixo central deste capítulo) pretendemos nomear e aprofundar criticamente os sentidos de justiça em suas interfaces com a academia.

A construção dos conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica surge, portanto, como um instrumento analítico capaz de revelar os mecanismos de exclusão e de legitimação de saberes, sujeitos e trajetórias. Assim, ao sistematizar essas categorias e seus referidos conceitos, buscamos criar condições para um debate mais robusto sobre o papel das instituições de ensino superior na perpetuação (ou superação) das desigualdades de gênero. Este capítulo, portanto, inaugura um momento de maior densidade teórica na tese, que será desenvolvido e articulado nos próximos subitens, aprofundando as implicações e desdobramentos de cada uma dessas dimensões da justiça no contexto da pós-graduação brasileira.

6.1 Justiça acadêmica: conceito e implicações

A justiça acadêmica transcende a mera formalidade da igualdade numérica, sendo um princípio que deve guiar as políticas, culturas e práticas institucionais da pós-graduação. Trata-se de reconhecer e superar as desigualdades estruturais que limitam o acesso e a permanência das mulheres, especialmente nas áreas historicamente dominadas por homens, como as Ciências Exatas, Agrárias e Engenharias.

O conceito de justiça acadêmica é um chamado para a transformação das estruturas institucionais que reproduzem privilégios, seja pela divisão sexual do trabalho intelectual, seja pelas práticas simbólicas e culturais que subvalorizam as contribuições femininas.

Precisamos, portanto, compreender que, ainda que tenhamos mais mulheres, em quantidade numérica (números brutos já apresentados nos capítulos anteriores), não há alcance em termos de justiça acadêmica quando olhamos para as porcentagens que envolvem essas análises quantitativas. Tudo isso já foi demonstrado de maneira inequívoca nos Capítulos 2, 3 e 4; o que nos resta agora nesse capítulo é refletirmos sobre como se dá a construção desse conceito e como podemos efetivamente alcançar a justiça acadêmica, epistêmica e científica: para, com e pelas mulheres.

Nossos estudos aqui apresentados dão conta de que a justiça acadêmica deve ser entendida para além da mera presença numérica das mulheres na pós-graduação, compreendendo, de todas as formas possíveis, as desigualdades estruturais que limitam seu acesso, permanência e reconhecimento em ambientes tradicionalmente masculinizados. Conforme destacado no estudo “Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas” de 2022, das autoras Ligia Carolina Oliveira-Silva e Vanessa Aparecida Diniz Parreira, as mulheres frequentemente enfrentam deslegitimação de suas competências e imposição de normas baseadas em valores masculinos. Esse cenário evidencia a necessidade de uma justiça acadêmica que transforme essas estruturas excludentes e promova a inclusão efetiva.

Além disso, o reconhecimento do saber feminino é uma dimensão essencial da justiça acadêmica. O texto, de autoria de Rayane Monique Bernardes Lock, Kelly Beatriz Vieira Torres, e Carolina Reciate Costa, intitulado: Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia, ressalta que a exclusão das mulheres nas ciências exatas e engenharias não é fruto apenas de preferências individuais, mas resultado de processos estruturais que dificultam o ingresso e a permanência das mulheres. Assim, a justiça acadêmica implica em garantir o reconhecimento e valorização das capacidades e contribuições femininas no ambiente científico e acadêmico.

Outro aspecto fundamental é a perspectiva interseccional da justiça acadêmica. O Dossiê Justiça – Mulheres na Pós (2024), dessas autoras, enfatiza que as políticas institucionais devem ser orientadas por uma justiça que considere as interseccionalidades de gênero, raça e classe, promovendo equidade, e não apenas como um slogan, cuja função seria de dar legitimidade às políticas com o uso de slogans, os quais não se

revertem concretamente em práticas equitativas. Esta nossa abordagem reforça a importância de políticas afirmativas e ações institucionais que não apenas ampliem a participação feminina, mas também enfrentem as múltiplas formas de discriminação que atravessam as trajetórias das mulheres.

Por fim, é preciso compreender a justiça acadêmica como um processo dinâmico e contínuo, bem como apresentado os mais diversos conceitos de justiça em nosso Capítulo 1 - Fundamentos teóricos: justiça, relações de gênero e educação, bem como com a leitura e estudo do livro “Gênero e os trabalhos das mulheres” (2020), que destaca que as instituições acadêmicas precisam reconhecer a historicidade das desigualdades e adaptar suas práticas para garantir a justiça substancial. Dessa forma, a justiça acadêmica não é um estado estático, mas uma construção social em permanente revisão, fundamental para o avanço da equidade no ensino superior.

No artigo “A interseccionalidade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior” (2018), de autoria da professora doutora Daniela Auad e professora Doutora Ana Luiza Cordeiro, temos mais um complemento indiscutível sobre o tema. As autoras enfatizam que a democratização da educação superior não pode ser vista apenas como expansão de vagas, mas deve considerar as múltiplas dimensões das desigualdades sociais, como gênero, raça, classe social e orientação sexual, que se cruzam e afetam o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras lésbicas e bissexuais.

Essa abordagem interseccional fortalece a compreensão da justiça acadêmica ao estabelecer que a simples existência de regras formais não garante justiça se estas não forem aplicadas de forma sensível às condições estruturais e às experiências vividas por esses grupos, e aqui podemos lembrar que o grupo “mulheres” está equidistante de todos esses abordados profundamente no artigo.

Como também já dito em outras ocasiões na construção dessa pesquisa, entrelaçar os quantitativos de gênero e raça também é de extrema importância, porém, um estudo dessa monta não foi possível na presente tese devido ao tempo e às escolhas dessas autoras de aprofundarmos nesse recorte específico, sem deixar de entender e diagnosticar as tão necessárias outras visões sobre esses acessos.

Nas palavras das autoras:

As assertivas consideradas ao longo do presente texto constituem parte do desafio da educação superior brasileira: democratizar mecanismos de acesso e permanência. Esse debate não deve ser confundido com a expansão da oferta de educação superior, uma vez que não basta

expandir as vagas no setor privado e vagas ficarem ociosas. Da mesma maneira, não é solução aumentar as vagas no setor público e as continuarem sendo ocupadas pela elite privilegiada. O atual contexto da educação superior exige ações de democratização, sobretudo em uma perspectiva de desprivatização, garantindo direitos às pessoas historicamente alijadas dos processos educacionais (RISTOFF, 2008). A igualdade no acesso precisa ser compreendida como algo integrante da qualidade da instituição e, nesse sentido, aqui estamos nos referindo ao ingresso das negras lésbicas e bissexuais como uma maneira de reinventar a noção de excelência da universidade e da produção de conhecimento. O padrão de conhecimento construído é, ainda hoje, predominantemente eurocêntrico, sexista e heteronormativo, legitimando uma sociedade historicamente elitizada e meritocrática, o que vai de encontro às políticas afirmativas (Aua, Cordeiro, 2019, p.7).

Além disso, o artigo traz dados sobre o aumento do ingresso de mulheres negras na pós-graduação, consequência das políticas de ação afirmativa, mas ressalta que a permanência dessas estudantes depende do enfrentamento das discriminações raciais, de gênero, de orientação sexual e outras opressões interligadas, alinhando-se à preocupação da tese em visibilizar a complexidade da justiça acadêmica como uma construção que ultrapassa a dimensão quantitativa e incorpora a dimensão qualitativa da experiência e resistência dessas mulheres na universidade.

Por fim, a reflexão sobre a resistência institucionalizada das mulheres negras lésbicas e bissexuais, que enfrentam discursos e práticas excludentes no espaço acadêmico, reforça a necessidade de ações afirmativas e políticas institucionais que promovam não apenas o acesso, mas a efetiva valorização e permanência desses sujeitos na produção do conhecimento científico.

Desse modo, entendemos que ao discutir os conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, enfatizamos a necessidade de planejamento e execução de políticas públicas e institucionais que promovam equidade real e não apenas formal, o que é confirmado pelos estudos das autoras do artigo. Destaca-se ainda que o enfrentamento dessas desigualdades passa pela compreensão da interseccionalidade, ou seja, a articulação das diversas categorias de raça, gênero, classe, orientação sexual, dentre outras, o que amplia a reflexão da tese sobre justiça epistêmica, entendendo que o saber feminino sofre invisibilização e desvalorização justamente por conta dessas intersecções.

Ao enfatizar a busca por equidade real, esta tese reconhece que não basta garantir, em termos formais, oportunidades iguais para todos; é indispensável considerar as desigualdades concretas que atravessam as trajetórias de diferentes grupos. Equidade real implica reconhecer as distintas condições de partida e implementar ações específicas que

permitam superar obstáculos historicamente impostos a mulheres e outros sujeitos marginalizados. Trata-se, portanto, de adotar políticas e práticas que vão além do discurso normativo, promovendo mudanças efetivas na estrutura acadêmica e criando ambientes verdadeiramente inclusivos e justos.

Diante disso, reforçamos que a democratização da educação superior deve ir além do aumento do número de vagas, buscando traduzir em ação, de forma efetiva e real, as práticas institucionais e culturais que mantêm grupos historicamente marginalizados à margem do conhecimento e do poder acadêmico. A análise das trajetórias das mulheres como agentes intelectuais que resistem e transformam o espaço universitário apoia e nos traz reflexão sobre os conceitos de justiça científica, que se concretiza na equidade na produção e reconhecimento do conhecimento.

Por fim, refletimos também sobre como políticas afirmativas interseccionais, tais como cotas na pós-graduação, podem ser instrumentos estratégicos para a construção dessa justiça acadêmica, epistêmica e científica, reforçando que a luta por justiça na educação superior deve considerar a multiplicidade de identidades e suas intersecções para ser efetiva e transformadora.

6.2 Justiça epistêmica: visibilidade e valorização do saber feminino

Miranda Fricker, em sua obra “Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing”, de 2007, traduzido pela EDUSP, *Injustiça epistêmica: o Poder e a Ética do Conhecimento*, afirmava que a produção de conhecimentos pelos sujeitos socialmente situados tem sua dimensão ética traduzida na forma de justiça ou injustiça. O problema ético da injustiça afeta os seres humanos enquanto sujeitos epistêmicos dotados da capacidade de produzir, possuir e repassar conhecimento (...).

É com essa primeira reflexão que gostaríamos de iniciar nossa busca na construção dos conceitos de justiça epistêmica.

Acreditamos que a justiça epistêmica enfatiza o reconhecimento das capacidades, das perspectivas e dos saberes produzidos por mulheres, muitas vezes marginalizados nas comunidades científicas tradicionais. Ela aponta para a necessidade de expandir as epistemologias dominantes, incorporando epistemologias feministas e críticas que valorizem o conhecimento diverso, plural e interseccional. A invisibilidade e desvalorização do saber feminino são formas de injustiça que limitam o avanço da

equidade na ciência e na educação superior, e que precisam ser combatidas por meio de políticas acadêmicas inclusivas.

De maneira muito objetiva, destaques têm sido dado a esse conceito em diversos campos de estudo. A chamada justiça epistêmica trata de quem tem o direito de produzir conhecimento e de quais saberes são reconhecidos como válidos, isso significa que é necessário que consigamos garantir que diferentes formas de pensar, viver, explicar e experimentar o mundo sejam valorizadas e não silenciadas. Quando ficamos diante de situações que reiteradas vezes reconhecem apenas alguns saberes ou estudos como certos, corretos, visíveis, estamos, conseqüentemente, invisibilizando soluções que poderiam se mostrar fundamentais.

Ao fazermos o estudo da resenha de Tânia Aparecida Kuhnen, do livro de Miranda Fricker (2007), percebemos que a justiça epistêmica constitui uma dimensão fundamental para compreender as formas específicas de injustiça que acometem mulheres e grupos marginalizados na produção do conhecimento científico e acadêmico.

Fricker introduz o conceito de injustiça epistêmica testemunhal, que ocorre quando o testemunho de um indivíduo é sistematicamente desvalorizado devido a preconceitos de identidade, muitas vezes baseados em estereótipos de gênero, raça ou classe. Essa desconfiança epistêmica impede que o saber feminino seja reconhecido e valorizado em sua plenitude, gerando invisibilidade e exclusão no meio acadêmico, exatamente o que buscamos evidenciar e problematizar na presente tese.

No contexto da pós-graduação brasileira, em que a representatividade feminina ainda é marcada por disparidades regionais, setoriais e por área de conhecimento, conforme já demonstramos nos Capítulos 2 e 3, a justiça epistêmica assume papel crucial para ir além da simples contagem numérica, avançando para a valorização dos saberes produzidos pelas mulheres. Conforme Fricker, a virtude da justiça testemunhal, uma disposição ética do ouvinte, é essencial para mitigar esses preconceitos e assegurar que os testemunhos das mulheres sejam levados a sério e tenham impacto legítimo na produção científica. Porém, como a autora adverte, essa virtude dificilmente se desenvolve plenamente sem um esforço institucionalizado e coletivo que desmonte as barreiras estruturais do preconceito que está arraigado no sistema hierarquizado e masculinizado.

Além disso, a injustiça hermenêutica também interfere na justiça (ou injustiça) epistêmica ao diminuir a capacidade das mulheres de comunicar e fazer inteligíveis suas experiências e saberes, devido à falta de recursos apropriados na comunidade acadêmica.

Essa lacuna hermenêutica contribui para a manutenção das desigualdades e invisibiliza as especificidades da experiência feminina na ciência e na academia, reforçando a necessidade de ampliação dos repertórios epistêmicos e da inclusão de epistemologias feministas e críticas, conforme defendido pela tese.

Dessa forma, ao construirmos os conceitos iniciais de justiça epistêmica, entendemos que ela se relaciona com os estudos da tese apresentados nos capítulos anteriores, ao buscarmos compreender e propor estratégias para a visibilidade e valorização do saber feminino, enfrentando as desigualdades e promovendo o reconhecimento plural das contribuições das mulheres na pós-graduação. Essa perspectiva não apenas aumenta nossa compreensão das desigualdades, mas também aponta para caminhos de transformação institucional, imprescindíveis para a construção de uma academia mais justa e inclusiva.

Nesse sentido, percebemos que existe um caminho que tem sido desbravado por tantas mulheres, com as mais diferentes formas de publicizarmos as expectativas (e tão claras necessidades de mudanças) para alcançarmos a justiça epistêmica.

Um exemplo disso é o Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, criado pela CAPES, grupo de trabalho formado com a finalidade de subsidiar decisões no âmbito da pós-graduação, e composto pelos seguintes membros: representantes do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, do Colégio de Ciências da Vida, do Colégio de Humanidades, um representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), uma representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e uma representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esse relatório da CAPES sobre equidade e redução de assimetrias na pós-graduação fornece um diagnóstico atual e detalhado das desigualdades regionais, de gênero, étnico-raciais e outras formas de exclusão no ensino superior brasileiro, especialmente na pós-graduação. Durante o estudo do relatório podemos observar e analisar uma total complementação dos argumentos centrais da presente tese, principalmente com relação às barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência das mulheres e outros grupos sub-representados na academia, com foco na pós-graduação.

Alguns pontos importantes dessa relação são as assimetrias regionais, tão fortemente descritas no Capítulo 2 desta tese. O relatório destaca que a pós-graduação

está concentrada em regiões como Sudeste e Sul, com menor oferta e programas de qualidade reduzida em regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa concentração reforça as desigualdades de acesso demonstradas anteriormente na tese, que não são apenas de gênero, mas também territoriais, dificultando a concretização da equidade.

No relatório conseguimos identificar dados que complementam o nosso estudo, conforme se observa a seguir:

O aumento no número de mestres e doutores no país está relacionado diretamente à oferta e consolidação de programas de pós-graduação nas diferentes regiões. Atualmente, segundo a Plataforma Sucupira, existem no SNPG 4.660 programas, distribuídos entre cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais. Contudo, ao se analisar a distribuição dos PPG por região (Tabela 1), ainda se observa a carência de cursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que juntas apresentam uma quantidade menor de programas em relação à região Sudeste. Ressalta-se que estas três regiões juntas totalizam mais de 80% do território nacional e se caracterizam como regiões com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.17).

O relatório também corrobora outras questões fundamentais do Capítulo x, no qual tratamos das disparidades regionais de acesso ao ensino superior, como as questões ligadas à infraestrutura das cidades.

A disparidade quantitativa na distribuição dos programas de pós-graduação pelas regiões do país, obviamente, além das questões ligadas à infraestrutura e logística das cidades também tem relação com a distribuição de número de habitantes/por região. As regiões Norte e Centro-Oeste são as que têm menor número absoluto de programas, mas são também as regiões que têm menor quantidade de habitantes (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.18).

Além disso, observamos também que há desigualdade de gênero na docência e na produção científica. No relatório observamos dados recentes mostrando que mulheres representam menos da metade dos docentes e são ainda mais sub-representadas nos níveis mais elevados da carreira, fenômeno conhecido como efeito-tesoura, questão que esta tese também discute e problematiza no Capítulo 4.

De acordo com o relatório,

Informações do movimento Parents in Science (2023), sistematizadas a partir da Plataforma Sucupira, referente ao ano de 2023, revelam que as mulheres representam 42% dos docentes da pós-graduação no Brasil, em um universo de 22109.548 docentes na pós-graduação brasileira. Quando se trata de docentes e pesquisadores com bolsa produtividade esse índice vai para 35,6% de mulheres, contrastando com o 64,4% de bolsistas produtividade do sexo masculino. Nos níveis mais altos de

bolsa produtividade, a exemplo do 1A, o contraste é ainda maior, sendo de 27,2% de mulheres e 72,8% de homens (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.21).

Esses dados corroboram mais uma vez com as informações reveladas por essa tese no Capítulo 4, onde analisamos os números docentes. Faz-se importante destacar uma passagem que pode ser considerada relevante na pesquisa:

Em 2024, tanto a CAPES quanto o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação são comandados por mulheres e, apesar deste avanço, as mulheres seguem sub-representadas nos postos mais elevados da pesquisa científica. Segundo a Plataforma Sucupira (ano 2022), a atuação discente no país é feita por maioria de mulheres (54,54%) mas a atuação docente cai para 42,54% de mulheres. Exemplifica-se aí o efeito-tesoura, ou seja, o corte de proporção do gênero feminino na medida em que a carreira acadêmica progride, reduzindo a presença de mulheres conforme a qualificação aumenta de nível. Embora tenha havido aumento na presença de mulheres na docência, comparando 2004 e 2020 (docentes permanentes mulheres), esse aumento não foi uniforme para todas as áreas de conhecimento. Ao observarmos a distribuição do corpo docente por grande área e sexo, em 2022, percebemos que apenas as áreas de Saúde, Letras e Linguística e Artes possuem maioria feminina, em contraposição às outras 7 áreas avaliadas (Brasil, 2023a) (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.27).

O relatório menciona também que a promoção da equidade precisa considerar as múltiplas interseccionalidades (gênero, raça, classe, deficiência, diversidade sexual). Um dos desafios do presente trabalho foi justamente compreender a complexidade das desigualdades e propor ações mais eficazes.

Dentre esses dados destacamos: conceder maior apoio à maternidade e paternidade de discentes, para além da prorrogação no tempo de titulação, buscando a ampliação do pagamento do auxílio, pelas agências de fomento, de modo a equiparar o benefício àquele concedido no âmbito trabalhista; considerar a licença maternidade/paternidade dos docentes na produtividade do período; criar regras claras para prorrogar por 1 (um) ano o credenciamento no PPG, nos casos de licença maternidade/paternidade.

Essas sugestões acima, podem melhorar a permanência e acrescentar soluções aos desafios de permanência e condições de vida dos pós-graduandos. O relatório traz dados sobre a precariedade da condição dos pós-graduandos, a necessidade de bolsas adequadas, licenças parentais, assistência à saúde mental, que dialogam com a discussão da tese sobre os obstáculos institucionais para a permanência das mulheres e grupos minoritários.

Mulheres cientistas brasileiras estão sub-representadas nas classificações de pesquisadores mais influentes no mundo. Isso é fruto das condições de desigualdades que as mulheres enfrentam historicamente e, certamente, essa realidade também tem sido reforçada pelo modelo de avaliação aplicado, que se baseia em métricas de citações e de publicações em fases da vida nas quais as mulheres estão no auge da vida reprodutiva e/ou no período de dedicação aos filhos e à família como um todo. Com isso, resta claro que esse modelo de avaliação, que é também usado para os editais de financiamento de pesquisa, é injusto com as mulheres. (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.21).

Em resumo, o relatório da CAPES serve como um complemento robusto e atual para a presente tese, e seu estudo nos traz um forte embasamento político para as discussões teóricas e qualitativas sobre justiça acadêmica, epistêmica e científica. O estudo amplia o debate ao trazer a dimensão regional e estrutural das desigualdades na pós-graduação, reforçando a necessidade de uma justiça que vá além da mera presença numérica.

6.3 Justiça científica: equidade nos espaços de produção de conhecimento

A justiça científica se refere à distribuição equitativa de recursos, oportunidades de liderança, financiamento e reconhecimento acadêmico. A concentração de poder e prestígio em grupos historicamente masculinos cria barreiras concretas à participação plena das mulheres na produção científica, prejudicando não apenas as próprias mulheres, mas também a qualidade e a diversidade do conhecimento produzido. A equidade científica, portanto, é essencial para garantir que as mulheres tenham condições justas de contribuir, liderar e inovar nos processos acadêmicos e científicos.

Nesse diapasão, a pesquisa que tem sido alicerce nesse capítulo também traz informações relevantes sobre o tema, quando observamos a distribuição do quantitativo de Programas pelo país e as assimetrias regionais existentes, já relatadas no Capítulo 1

Conforme o Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024:

Em 2022, havia 4.777 programas em funcionamento, distribuídos nas 27 unidades da federação, e em 2024, observa-se que houve uma redução no número de programas em torno de 2,45%, tendo em vista que algumas instituições fecharam ou fusionaram cursos. Embora haja avanços nas 50 áreas de avaliação da CAPES, com mais de 4.600 programas em funcionamento atualmente, ainda enfrentamos assimetrias entre as regiões e entre as áreas. Ao se observar a distribuição dos cursos (Tabela 1), a região Sudeste e Sul concentram quase 64% da oferta de PPG e as 27 capitais concentram 53% da oferta de PPG, frente a 324 municípios que possuem PPG em funcionamento.

No Norte, as capitais concentram 81% dos PPG, no Centro-Oeste são 71% e no Nordeste 67%, seguido de 46% no Sudeste e 36% no Sul. Portanto, a região Sul é a que mais apresenta interiorização da pós-graduação. As assimetrias regionais se intensificam quando observamos a distribuição dos programas de excelência (notas 6 e 7) (Figura 4). Estados como Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Rondônia não possuem nenhum curso 6 ou 7, enquanto São Paulo tem 99 cursos nota 7, seguido de Rio de Janeiro com 48. Portanto, a região sudeste concentra a maioria de cursos de excelência, em detrimento das demais regiões do país. Há, portanto, assimetria na distribuição de PPG nas regiões bem como pouca interiorização de cursos de excelência (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.18).

Essa discussão se mostra extremamente relevante e já se coloca como uma grande possibilidade de estudo futuro, conforme corroboramos na introdução do presente capítulo. Um objetivo possível para esse estudo seria mensurarmos a quantidade de mulheres nessas regiões e nesses programas com notas mais altas, procurando entender se essas diferenças regionais e quantitativas das notas dos programas de pós-graduação, teriam ou não relação com o quantitativo de mulheres nesses Programas. Infelizmente, não temos escopo para o aprofundamento do tema na presente tese, apesar de entendermos e reiterarmos a necessidade de provocação do estudo de tal tema.

A discussão sobre justiça científica se revela central para o enfrentamento das desigualdades persistentes no ambiente da pós-graduação e na produção do conhecimento acadêmico. Conforme evidenciado pelos dados e análises apresentados nos capítulos anteriores, a presença de mulheres nos espaços de ciência ainda é marcada por assimetrias que não se limitam apenas à participação numérica, mas envolvem também a distribuição desigual de poder, prestígio, financiamento, bolsas de produtividade e reconhecimento institucional.

As desigualdades de gênero, reveladas nos dados oficiais e complementadas pela literatura acadêmica recente, manifestam-se tanto em termos regionais, com concentração de programas de excelência e de oportunidades de carreira nas regiões Sudeste e Sul, quanto em termos setoriais, especialmente nas áreas tradicionalmente masculinizadas.

Como detalhado no relatório da CAPES, mesmo com avanços na interiorização da pós-graduação, persistem barreiras estruturais que dificultam a chegada de mulheres, sobretudo em posições de liderança e nos programas de maior prestígio. Essa constatação reforça a necessidade de se pensar a justiça científica como um compromisso institucional com a equidade efetiva, que vai além de políticas genéricas de expansão e exige o enfrentamento das múltiplas formas de exclusão e de desigualdade.

No Brasil, observa-se uma sub-representação das mulheres nos níveis sênior e de liderança na academia, especialmente quando se considera as posições para tomada de decisão. Esse fenômeno, de baixa presença de mulheres à medida que se avança na carreira, é observado globalmente, sendo conhecido como segregação hierárquica ou efeito tesoura (Figura 8). Este tema foi o centro das discussões do seminário Mulheres na Ciência e Tecnologia: Repensando Gênero e Ciência, realizado pelo CNPq em 6 de fevereiro de 2023 (Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, p.26).

Outro ponto que se destaca é a relação entre mérito e reconhecimento acadêmico. O modelo de avaliação da ciência, frequentemente ancorado em métricas de produtividade e citações, tende a desconsiderar os impactos das trajetórias de vida das mulheres, especialmente nos momentos de maternidade ou de enfrentamento de múltiplas jornadas.

Esse modelo, como explicitado pelo Relatório Final das Atividades do Grupo de Trabalho da CAPES (2024), perpetua injustiças ao não reconhecer as especificidades da carreira feminina, prejudicando a distribuição equitativa de bolsas, financiamentos e progressão na carreira científica.

No que diz respeito às áreas do conhecimento, a justiça científica só será alcançada quando houver uma distribuição mais equitativa de recursos, infraestrutura, oportunidades de participação em redes científicas, financiamento para pesquisas lideradas por mulheres e reconhecimento institucional. Políticas afirmativas, como cotas em editais de pesquisa, critérios diferenciados para avaliação da produtividade acadêmica, e programas de apoio à maternidade/paternidade, aparecem como medidas fundamentais para o avanço desse cenário, conforme apontado também em estudos recentes analisados.

Cabe ressaltar ainda que a equidade científica não pode ser desvinculada da justiça epistêmica: reconhecer a pluralidade de saberes e valorizar a produção intelectual das mulheres são passos imprescindíveis para uma ciência mais justa e plural. Isso exige a revisão dos critérios de prestígio acadêmico e a desconstrução de hierarquias que privilegiam epistemologias masculinas e eurocêntricas em detrimento de perspectivas diversas.

Por fim, cabe reafirmar que a busca pela justiça científica é um processo contínuo, que demanda o compromisso coletivo das instituições, agências de fomento e toda a comunidade acadêmica. Somente a partir de uma abordagem integrada que considere as dimensões acadêmica, epistêmica e científica da justiça será possível transformar o

ambiente acadêmico brasileiro em um espaço verdadeiramente democrático, plural e equitativo.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONCLUSÕES, DESCOBERTAS E PRÓXIMOS PASSOS

A presente tese, intitulada Justiça na Pós-Graduação: um olhar feminista para a Plataforma Sucupira (2013 – 2022), teve como propósito compreender, a partir de um enfoque quantitativo e teórico-crítico, as desigualdades de gênero presentes no acesso e

na permanência das mulheres na pós-graduação brasileira. O estudo se desenvolveu sob a perspectiva feminista, apoiada em diversos referenciais, mas com pesquisa profunda e intensa da obra de Agnes Heller. Também foram examinadas obras de outras autoras e autores que discutem as relações entre justiça, educação e equidade, articulando os conceitos iniciais de justiça acadêmica, epistêmica e científica.

A pesquisa buscou não apenas mensurar a presença feminina nos programas de mestrado e doutorado do país, mas refletir sobre os significados dessa presença, seus limites e as condições concretas que possibilitam, ou impedem, a efetivação de uma justiça de gênero no ambiente acadêmico.

Desta forma, referenciando o objetivo geral da tese, entendemos que conseguimos apresentar uma análise crítica e abrangente sobre a relação entre justiça, educação, equidade de gênero e políticas públicas na sociedade contemporânea, evidenciando, a partir de diferentes perspectivas teóricas e práticas, a relevância dos critérios de justiça discutidos pela autora húngara Agnes Heller, e sua aplicabilidade na compreensão das desigualdades no campo educacional. O estudo demonstrou que o acesso das mulheres aos programas de pós-graduação no Brasil reflete tanto avanços significativos quanto persistentes desafios estruturais, especialmente no que se refere às políticas públicas afirmativas, à atuação do Estado e ao compromisso das universidades com a democratização do ensino superior.

Quanto aos objetivos específicos apresentados, entendemos também que a presente pesquisa atingiu todos os objetivos inicialmente propostos. Foi possível apresentar e aprofundar a visão de Agnes Heller sobre as múltiplas formas de se compreender os critérios de justiça, destacando sua relevância para o campo educacional e para a análise das desigualdades de gênero no ensino superior.

A pesquisa também construiu e consolidou uma reflexão teórica sobre os conceitos de justiça acadêmica, epistêmica e científica, demonstrando como o acesso e a permanência das mulheres na pós-graduação, entre 2013 e 2022, contribuem para a compreensão e o avanço desses debates.

De forma empírica, os dados estatísticos apresentados comprovaram a evolução do ingresso feminino na pós-graduação brasileira, evidenciando diferenças regionais e assimetrias persistentes, o que reforça a necessidade de políticas públicas orientadas pela justiça acadêmica.

O estudo analisou a presença de mulheres em áreas historicamente masculinizadas, revelando um movimento gradual de mudança, ainda que desigual, e

reafirmando que a ampliação da representatividade feminina nesses espaços é um indicador importante de transformação social.

Também foi identificada a defasagem dos estudos nacionais sobre gênero e educação, lacuna que a pesquisa buscou suprir por meio do mapeamento sistemático das revistas *Cadernos Pagu*, *Revista Estudos Feministas* e *Revista Internacional de Educação Superior*, que forneceram suporte teórico consistente à análise, bem como abrem caminhos possíveis para estudos e pesquisas futuras.

Por fim, demonstrou-se a importância das políticas afirmativas e institucionais para o acesso e permanência das mulheres na pós-graduação, destacando as singularidades regionais e as desigualdades ainda existentes entre áreas de conhecimento. O cruzamento entre dados estatísticos e discussão teórica confirmou que a democratização efetiva do ensino superior depende da continuidade dessas ações e do fortalecimento da justiça acadêmica, epistêmica e científica.

O percurso desenvolvido nesta tese iniciou-se pela formulação de uma pergunta central: de que forma o acesso de mulheres à pós-graduação brasileira, entre 2013 e 2022, reflete processos de justiça e desigualdade nas dimensões acadêmica, epistêmica e científica? A partir dessa questão, delinear-se os objetivos específicos voltados a compreender, por meio da análise de dados quantitativos da Plataforma Sucupira, as tendências históricas do ingresso e da permanência feminina, bem como a relação entre essas dinâmicas e a construção dos conceitos de justiça propostos ao longo do trabalho.

A proposta se desenvolveu buscando os dados estatisticamente significantes ou não de acesso de mulheres analisados por região do Brasil, por áreas de conhecimento, separando-as de acordo com as áreas definidas pela CAPES, e também uma análise posterior sobre as docentes mulheres que permanecem (ou não) no nível de ensino.

No Capítulo 1, foi delineado e proposto o arcabouço teórico que sustentou a investigação. O diálogo com Agnes Heller, em especial sua obra “*Além da Justiça*” (1998), permitiu compreender a justiça como categoria mutável, histórica e relacional, situada no contexto das práticas sociais. Heller propõe uma justiça que ultrapassa o formalismo jurídico e se aproxima da “vida boa”, o que fundamentou a ideia de que justiça acadêmica é também condição de existência digna e de reconhecimento no campo científico. Autores como John Rawls, Chantal Mouffe e Michael Sandel complementaram essa base, possibilitando situar a justiça como princípio de equidade, pluralidade e reconhecimento, dimensões que serviram de alicerce para as análises posteriores. A partir desse marco, consolidou-se a premissa de que pensar a justiça na educação superior

requer enfrentar as estruturas patriarcais, raciais e classistas que moldam o acesso ao saber e o poder dentro das universidades.

Neste capítulo também buscamos aproximar concepções filosóficas do campo educacional, mostrando como as noções de justiça formal, ética e dinâmica, apresentadas pela autora húngara, Agnes Heller, podem ser reinterpretadas na realidade a partir das instituições de ensino superior brasileiras. Discutiui-se que, para além da distribuição equitativa de oportunidades, a justiça educacional deve considerar o reconhecimento das diferenças e a reparação das desigualdades históricas. Nessa perspectiva, a teoria de Rawls foi confrontada com as críticas feministas contemporâneas, que apontam a insuficiência das concepções universais de justiça quando desconsideram os marcadores de gênero, raça e classe.

Ao mesmo tempo, o pensamento de Mouffe foi incorporado para defender a democracia como espaço de confronto e diálogo, em que os conflitos e divergências devem ser compreendidos como elementos constitutivos e não como obstáculos à justiça. Essa concepção foi associada ao debate educacional, indicando que a universidade precisa acolher a pluralidade de vozes e as mais diversas formas de conhecimento, abrindo espaço para o diálogo entre saberes e para a valorização das experiências femininas no fazer científico. Já a reflexão de Michel Sandel sobre os limites do mérito e o papel da comunidade no exercício da justiça trouxe à discussão a crítica ao modelo meritocrático das universidades, que muitas vezes reforça desigualdades ao mascará-las sob o discurso da neutralidade e da competência individual.

Desse modo, o Capítulo 1 procurou construir as bases conceituais para o desenvolvimento dos capítulos seguintes, demonstrando que a justiça acadêmica, para ser efetiva, precisa ser compreendida como um processo ético, político e social de reconhecimento. A análise teórica permitiu compreender que as universidades não são espaços neutros, mas territórios permeados por disputas de poder e por estruturas simbólicas que reproduzem exclusões. Assim, a partir dessa reflexão filosófica e crítica, estabeleceu-se o entendimento de que a busca por justiça no campo educacional envolve a reconstrução das relações de saber, a desconstrução das hierarquias de gênero e a afirmação da pluralidade como princípio democrático e emancipador.

No Capítulo 2, apresentamos a análise quantitativa dos dados extraídos da Plataforma Sucupira, no período de 2013 a 2022, evidenciando o crescimento expressivo da participação feminina na pós-graduação, mas também as persistentes desigualdades entre regiões e áreas do conhecimento. Observou-se que as regiões Sudeste e Sul

concentram a maioria dos programas e discentes, revelando não apenas assimetrias de gênero, mas também territoriais. Em regiões como Norte e Nordeste, a representatividade feminina ainda é impactada pela escassez de programas e pelas limitações estruturais das instituições.

As análises estatísticas aplicadas aos dados confirmaram que as diferenças observadas entre as regiões brasileiras não são aleatórias, mas estatisticamente significantes, indicando a presença de um padrão estrutural e persistente de desigualdade.

De modo específico, quando observamos as variáveis relacionadas ao gênero, à área do conhecimento e à localização geográfica, percebemos que apresentaram níveis diversos de significância que reforçam a hipótese de que o avanço quantitativo das mulheres na pós-graduação não se distribui de forma equitativa.

Essas evidências quantitativas mostraram que, mesmo diante do aumento das matrículas femininas na pós-graduação, as desigualdades permanecem, o que confirma a necessidade de ações de políticas públicas direcionadas e de planejamentos regionais específicos para corrigir essas distorções.

Em síntese, no Capítulo 2 demonstramos que o crescimento numérico da presença feminina na pós-graduação brasileira é real e mensurável, mas que as diferenças estatisticamente significantes entre áreas e regiões reforçam a urgência de políticas de equidade que considerem as particularidades territoriais e setoriais da formação científica no país.

No desenvolvimento do Capítulo 3, aprofundamos a discussão ao compararmos a presença das mulheres em diferentes áreas do conhecimento. As análises mostraram que as mulheres são maioria nas áreas ligadas ao cuidado: Ciências da Saúde, Educação e Ciências Humanas, e ainda minoria nas Engenharias, Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Essa distribuição evidencia a permanência de estereótipos de gênero associados ao trabalho intelectual e científico, nos quais a produção técnica e tecnológica segue sendo marcada pela masculinização. No entanto, o capítulo também revelou sinais de resistência: cresce, ainda que lentamente, a inserção de pesquisadoras nas áreas tecnológicas, movimento que se deve em parte a políticas afirmativas e editais de fomento voltados a mulheres, como o Prêmio CAPES-Elsevier Mulheres na Ciência (2024). Assim, consolidamos a compreensão de que a presença feminina, embora ampliada, continua condicionada por estruturas culturais e institucionais que naturalizam a desigualdade.

No Capítulo 4, deslocamos nossos olhares das discentes para o corpo docente, analisando a presença das mulheres como professoras e pesquisadoras na pós-graduação. Os dados mostraram que, apesar de avanços pontuais, as desigualdades permanecem expressivas. A sub-representação feminina nas posições de liderança, chefia de grupo ou coordenação de programas, revela a dimensão simbólica da exclusão, que se traduz não apenas em ausência numérica, mas em silenciamento de saberes. Essa constatação reforça que a justiça epistêmica depende da valorização do trabalho docente das mulheres e do enfrentamento das barreiras invisíveis que limitam a ascensão profissional e científica das mulheres.

No Capítulo 5, apresentamos um momento de síntese e diálogo com a produção teórica existente, ao realizar o estado da arte sobre gênero e pós-graduação a partir da análise das revistas Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Internacional de Educação Superior (RIESup). Essa revisão revelou que, embora o debate sobre equidade de gênero na academia tenha avançado nas últimas décadas, ainda há lacunas significativas, especialmente na intersecção entre gênero, classe e raça.

Os artigos analisados mostraram que a discussão sobre o acesso feminino vem se ampliando, mas a permanência e a valorização dos saberes das mulheres continuam sendo desafios pouco enfrentados. O estado da arte, portanto, consolidou a percepção de que a produção científica ainda carece de análises que integrem perspectivas feministas, interseccionais e quantitativas, como as desenvolvidas nesta tese.

Nesse capítulo também foi possível perceber, através da história de vida das revistas acima mencionadas, uma demonstração de um vazio quase histórico quando se trata do tema de acesso e permanência de mulheres na pós-graduação.

No Capítulo 6 nos dedicamos à formulação conceitual dos eixos centrais da pesquisa, construindo os conceitos de justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica. Apesar de serem conceitos entremeados, tentamos trazer pontos específicos com os estudos apresentados e conceitos difundidos. A justiça acadêmica foi compreendida como o direito de acesso, permanência e reconhecimento das mulheres em todas as dimensões da vida universitária, exigindo a transformação das estruturas institucionais e simbólicas que mantêm privilégios masculinos.

A justiça epistêmica, inspirada em Miranda Fricker (2007), foi tratada como a superação das formas de injustiça testemunhal e hermenêutica que deslegitimam o saber das mulheres, propondo o reconhecimento de epistemologias feministas e plurais. Já a justiça científica foi entendida como a equidade na distribuição dos recursos,

oportunidades e reconhecimento no campo da produção do conhecimento. Esses três eixos articulam-se como dimensões complementares de um mesmo processo de transformação, em que a presença das mulheres deve ser acompanhada pelo reconhecimento de seus saberes e pela redistribuição efetiva do poder acadêmico.

Dessa forma, entendemos que a tese alcança uma de suas conclusões mais relevantes: o acesso numérico das mulheres à pós-graduação brasileira não garante, por si só, a concretização da justiça acadêmica, epistêmica e científica. Embora os dados indiquem crescimento constante das matrículas femininas, a desigualdade se desloca para outras dimensões: simbólicas, estruturais e institucionais. As mulheres estão presentes, mas ainda não plenamente representadas; produzem conhecimento, mas continuam menos reconhecidas; lideram pesquisas, mas enfrentam obstáculos para permanecer e ascender.

O relatório final das atividades do grupo de trabalho designado pela Portaria nº 67/2024, que traz contribuições às ações de promoção da equidade e da redução das assimetrias na pós-graduação, foi de sobremaneira importante nessa fase final da presente tese, trazendo assim ainda mais profundidade e concretude para as discussões desenvolvidas.

A justiça acadêmica, portanto, exige um olhar que vá além da contagem numérica e acresça para a transformação das universidades, para o reconhecimento dos saberes diversos e para a redistribuição equitativa das condições de produção científica.

O percurso investigativo permitiu ainda constatar que a noção de justiça, em suas diferentes dimensões, precisa ser compreendida como um processo histórico e coletivo, e não como um estado a ser alcançado. A justiça acadêmica, ao articular acesso, permanência e valorização, demanda políticas de fomento interseccionais e sustentáveis; a justiça epistêmica requer o desmonte das hierarquias do saber e a inclusão das epistemologias, dos saberes, dos estudos feministas nos currículos e agendas de pesquisa; e a justiça científica depende da criação de mecanismos institucionais de reconhecimento e redistribuição de oportunidades, de modo a romper com o padrão masculinizado, sexista e heteronormativo ainda dominante no sistema de ciência brasileira.

Ao retomar os objetivos específicos apresentados na introdução, é possível perceber que os desafios propostos foram abarcados e atendidos da seguinte forma: com a apresentação da visão de Agnes Heller sobre os critérios mutáveis de justiça; com a construção de uma reflexão teórica sobre as formas de justiça vinculadas à academia; com a demonstração numérica da presença feminina na pós-graduação, comparando regiões e

áreas do conhecimento; com a análise das disparidades persistentes; e, por fim, com a articulação de um debate conceitual capaz de fundamentar ações e políticas voltadas à equidade de gênero no ensino superior.

Essa síntese evidencia que o avanço da presença das mulheres nas universidades é resultado de políticas públicas e lutas históricas, mas também que há um longo caminho para transformar a inclusão em igualdade e o slogan em equidade. A permanência das desigualdades regionais, a concentração de recursos, a sub-representação em cargos de liderança e a invisibilidade de saberes femininos apontam para a necessidade de continuidade das pesquisas e de ampliação dos estudos interseccionais, incorporando variáveis de raça, classe, sexualidade, dimensões que, como reconhecido pelas autoras, ultrapassaram os limites desta investigação, mas permanecem como agenda essencial para o futuro.

Por fim, esta tese reafirma que a necessidade da construção da tríade de justiça que tem sido foco tanto da presente tese quanto de estudos e pesquisas, objetos de diálogo, escrita e publicação no interior do nosso grupo de pesquisa, cujo nome é Educação, Comunicação e Feminismos, também conhecido pela alcunha Flores Raras. Somos mulheres que buscam justiça acadêmicas, epistêmica e científica, ao entender cada uma como inseparável, pois temos requisitos para a democratização dos fazeres acadêmicos, dos conhecimentos científicos e das percepções epistêmicas com as quais inventamos e reinventamos os modos de viver.

Desta maneira, promover o acesso das mulheres à pós-graduação é passo fundamental, mas insuficiente se não forem transformadas as estruturas que regulam o que é considerado conhecimento legítimo. A equidade de gênero no espaço acadêmico depende da valorização das diferenças como potência criadora, da escuta das vozes historicamente silenciadas e da implementação de políticas que tornem a ciência mais plural, humana e comprometida com a vida. Com tais certezas, encerramos esta tese reafirmando que as descobertas aqui apresentadas convergem para uma conclusão ampla: não há justiça acadêmica sem a presença ativa, visível, valorizada, prestigiosa e prestigiada das mulheres na produção do conhecimento. Garantir que nossas trajetórias sejam reconhecidas, é garantir também a qualidade, a diversidade e o futuro da ciência brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDAL, A.; NAVARRA, J. "Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": Deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. **Novos estudos CEBRAP**, n. 99, p. 65–87, jul. 2014. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/KNx5CrcscSHkxmNnQTvCCm/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em: 31 ago. 2022.

ABREU, M. K. DE A.; XIMENES, V. M. **Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil**: uma análise psicossocial. *Psicologia USP*, v. 32, p. e200067, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?lang=pt> Acesso em: 12 set. 2022.

ALMEIDA, L. *et al.* Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 17, n. 3, p. 899–920, nov. 2012. Acesso em: 12 set. 2022.

ALMEIDA, W. M. DE. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 85–100, jan. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/PGMmgHkHrwJQSzTd6Tgfm6j/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em: 31 ago. 2022.

ALVES RODRIGUES, F. Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n182532. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82532>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ANDRIOLA, W. B.; BARROZO FILHO, J. L. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Avaliação, Campinas/Sorocaba, v. 25, n. 3, p. 594-621, nov. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yF8fSy9jbSG78hFspPdNkcL/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ANPED. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. S/d.

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

AUAD, D.; CORDEIRO, A. L. A. A interseccionalidade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior. **Eccos**, n. 45, p. 191-207, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7959>

AUAD, D.; DA SILVA, F. B.. Diversidade e gênero na formação docente: das potentes intersecções das categorias sociais aos equívocos do slogan. AUAD, D.; SILVA, FB. Diversidade e Gênero na Formação Docente: das potentes intersecções das categorias

sociais aos equívocos do slogan. *In*: Lindamir Salete Casagrande; Nanci Stancki da Luz.(Org.). **Entrelaçando gênero e diversidade: enforques para a educação**. 1ed. Curitiba: UTFPR, 2017, v. 1, p. 103-134, 2017.

AUAD, D.; SEPULVEDA, D. Relações de Gênero e Sexualidade no Brasil: desafios interseccionais e justiça para mulheres negras e LBTs. **ACENO - REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE**, v. 9, p. 187-202, 2022. Disponível em: [file:///D:/Downloads/13600-Texto%20do%20Artigo-63598-1-10-20221228%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/13600-Texto%20do%20Artigo-63598-1-10-20221228%20(2).pdf)

AUAD, D. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**, n. 56, p. 136-143, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33814>. Acesso em 10 mar. 2024.

AUAD, D.; LAHNI, C.; ROSENO, C. Saberes Docentes fora do Armário. Rio de Janeiro. NAU Editora. 2022. Disponível em: <https://naueditora.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Saberes-Docentes-Fora-do-Armario.pdf>. Acesso em 12 jul. 2024.

AUAD, D.; LAHNI, C. R. Diversidade, Direito à Comunicação e alquimia das Categorias Sociais: Da Anorexia do slogan ao apetite da democracia. **Revista Eptic Online**, v. 15, n. 3, 2013.

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. C. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil (1990-2020): a Universidade Operacional ao Programa FUTURE-SE (uma reforma em andamento). **Universidades**, Cidade do México, n. 85, p. 33-52, jul. set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2020.85.275>. Acesso em: 27 maio 2022.

BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 6, p. 5-46, 2014.

BARROS, R. P. de. O FIES e o Financiamento do Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 18, nº 53, 2013, pp. 345-356.

BARROS, Ricardo Paes de. Prouni: Uma Análise dos Seus Impactos e Desafios. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, nº 68, 2017, pp. 1-18.

BOCK, S. D. **Orientação Profissional: abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524920998/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3DORIENTACAO_PROFISSIONAL%5D!/4/2/4%403:1

BRASIL. FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados do Censo da Educação Superior. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Serviços:** Obter bolsa de estudo do ProUni. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-bolsa-de-estudo-do-prouni>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BENEVIDES, M. V. DE M. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 38, p. 223–237, dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/#ModalHowcite>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BERNARDES, R. M.; TORRES, K. B. V.; COSTA, C. Reciate. Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1803-9584-2021v29n161470. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61470>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BITTENCOURT, Z. A.; PEREIRA, T. I. Educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022021, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8665194. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665194>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BOLZANI, V. da S. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 56-59, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22Mulheres+na+Ci%C3%A4ncia%3A+Por+que+somos+t%C3%A3o+poucas%3F%22+de+M%C3%A1rcia+Barbosa&btnG=. Acesso em: 10 set. 2024.

BONETTI, A. de L.; VERANI, A. P. dos R. Os esquemas de gênero e suas cicatrizes irreversíveis: ainda sobre a relação entre mulheres e ciências. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n378320. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/78320>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], p. 9, 1999. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CARLUCCI, F. F.; AUAD, D.; LAHNI, C. Justiça Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior: Epistemic and Scientific Justice: For feminist theories and methodologies in Higher Education. **Revista Cocar**, n. 36, 2025.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan. mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059>. Acesso em: 27 maio 2022.

CARVALHO, P. C. de S. P.; REISS, T. A. Educação como Direito Social e Políticas Públicas em Educação Superior no Brasil: Um olhar para o Prouni. **Ensaaios Pedagógicos**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. p.31–39, 2022. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/282>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CASAGRANDE, L. S.; SOUZA, Â. M. F. de L. e. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 825–850, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46752>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CASTRO, Claudio de Moura. O FIES e o Ensino Superior. **Educação & Tecnologia**, vol. 21, nº 40, 2016, pp. 33-41.

CASTRO, C. de M. "O Prouni e a Educação Superior Brasileira". **Educação & Tecnologia**, vol. 17, nº 33, 2014, pp. 10-19.

CATANI, A. M.; HEY, A P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CAVALCANTI, I. T. DO N. *et al.* Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 24, n. 1, p. 305–327, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/3Cx6Y5J3HnYV8w8BYDKs3gd/?lang=pt> Acesso em: 10 de setembro de 2022

CHAUÍ, M. **A ideologia da competência**: Escritos de Marilena Chauí, vol. 3. Autêntica, 2014.

CHAUÍ, M.; SANTIAGO, H. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Autêntica, 2018.

CIXOUS, Hélène. **O riso da medusa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

CORDEIRO, A. L. A.; AUAD, D. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Q4nLGF5Q5nRDkzrpP6Vg8RH/> Acesso em: 23 jun. 2022.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. I. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/q7HhxxZ9MYWXYGS7CjYPfs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

COSTA, D. D. FERREIRA, N.-I. de B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar, 2017.

COSTA, M. C.; FELTRIN, R. B. **Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 47, p. 483–491, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647271>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CUNHA, R.; DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. **Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira**: panorama das bolsistas PQ/CNPq. Saúde em Debate, v. 45, n. spe1, p. 83-97, out. 2021.

DE ALMEIDA FALBO, R. Mapeamento sistemático. **Retrieved October**, v. 7, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=falbo+mapeamento+sistem%C3%A1tico&btnG=&oq=falbo+mapeamento#d=gs_cit&t=1685131693262&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AAhfxleUlCJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR. Acesso em: 20 ago. 2022.

DEED. Diretório de Estatísticas Educacionais. **Censo Da Educação Superior: Notas Estatísticas 2017**. Brasília: MEC, 2017.

DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista do CEAM**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 110–124, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3338716. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>. Acesso em: 12 set. 2022.

DE VITA, Á.; BORON, A. A. **Teoria e Filosofia Política**: a recuperação dos clássicos no debate Latino-americano. EdUSP, 2004. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=atilio+boron+teoria+e+filosofia+politica%3A+a+recupera%C3%A7%C3%A3o+dos+classicos+no+debate&btnG= Acesso em: 10 mar. 2023.

DUARTE, C. S. A Educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Sys3c3j8znnWkyMtNhstLtg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

DWORKIN, R. **A virtude soberana**: A teoria prática da igualdade. Cidade: Editora São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

FECLESC, N. B. **Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade.** In: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/806>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Resultados da Educação Superior: o ProUni em Foco. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 871-893, nov. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/YBtpNM9Wdxfq8V7pcPVjkGq/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FELTRIN, R. B.; COSTA, J. O. P. da; VELHO, L. **Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 48, p. 84-119, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648411>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FERREIRA, G.; DE SOUZA, A. A.; SILVEIRA, C. A representação feminina nas Ciências Exatas de uma Universidade Federal. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/32371>. Acesso em: 5 jan. 2025.

FORTES, L. B. e; AQUINO, S. R. F. de. Da teoria de Chantal Mouffe à prática democrática boliviana: o pluralismo como horizonte. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2018, v. 9, n. 1 [Acessado 6 Março 2022] , pp. 146-176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/25449>>. Epub Jan-Mar 2018. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/25449>

FURLIN, N. **Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”.** Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 48, p. 281-320, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648414>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FRANCISCO JUNIOR, W. E.; SOUZA, A. A. de; FERREIRA, M. dos S. Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de ensino superior as percebem? . **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024033, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8670258. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670258>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez, 1993.

FURLANI, C. F.; AUAD, D.; LAHNI, C. Justiça Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior: Epistemic and Scientific Justice: For feminist theories and methodologies in Higher Education. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 36, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10565>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GATTI, D. Dimensão Acadêmica e Pública da atuação de um Intelectual em busca do Direito à Educação e da Justiça Social: Entrevista com Carlos Roberto Jamil Cury. **História da Educação** [online]. 2019, v. 23 [Acessado em: 14 jun. 2021], e88793. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/88793>>. Epub 28 Mar 2019. ISSN 2236-3459. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/88793>

GODINHO, T. (org.). **Trajetória da mulher na educação brasileira 1996-2003: versão preliminar**. Brasília, DF: Curadoria Enap, 2003. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/189>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GONÇALVES, J. P.; BENITEZ, M. C. de S. A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023003, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v9i00.8661264. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8661264>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2012, 8ª edição.

GOMES, Livia. **Desigualdade de gênero e o lugar da mulher na educação profissional e tecnológica**. 2023. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 11–30, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 117–132, 2008.

GUEDES, M. de C.; AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. **A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 45, p. 367–399, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645232>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

HELLER, A. **Além da justiça**. Editora Record, 1998.

HERINGER, R. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. **Educar em Revista**, v. 38, p. e78962, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tLX6nNnBfpqk4ZmZCcJMZmv/?lang=pt> Acesso em: 12 set. 2022.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, São Paulo, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/685> Acesso em: 01 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 01 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 01 jun. 2024.

JUCÁ, S. C. S.; CANDIDO, F. G.; DA SILVA, S. A., & ALVES, F. R. V. . Acesso, permanência e êxito no Ensino Superior: análise do desempenho acadêmico e da evasão de estudantes no IFCE. **Revista Thema**, 16(1), 115, 2019. Doi: <https://doi.org/10.15536/THEMA.16.2019.115-128.1170>

KLANOVICZ, L. R. F.; OLIVEIRA, V. A. M. de. Permanecer ou desistir? Mulheres na graduação em engenharia e tecnologias na UTFPR/Guarapuava, Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 1, p. 137–156, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/B5dRnpbyxbPWMQNr9FgyY7M/?format=html&lang=pt> Acesso em: 01 jun. 2024.

KUHNEN, T. A. FRICKER, M. Injustiça Epistêmica: Poder e Ética do Saber. Nova York: Oxford University Press, 2007. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), v. 33, pág. 627-639, 2013.

LACERDA, I. P.; YUNES, M. A. M.; VALENTINI, F. Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022004, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663399. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663399>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. *In*: GUIMARÃES, C.; BRASIL, I.; MOROSINI, M. V. **Trabalho, educação, saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. RJ: EPSJV, 2010, p. 29-87.

LIBERATO, T. F.; ANDRADE, T. H. N. de. Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2018. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41763>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, M. P. As mulheres na Ciência da Computação. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 793–816, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000300003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300003>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, B. S.; COSTA, M. C. da. **Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 48, p. 120–158, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648412>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LOCH, R. M. B.; TORRES, K. B. V.; COSTA, C. R. Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. e61470, 2021.

LOMBARDI, M. R.; VANNUCHI, M. L.; VILLAS BÔAS, L. (org.). **Gênero e os trabalhos das mulheres: percursos de uma trajetória de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-livros/genero-e-os-trabalhos-das-mulheres>. Acesso em: 20 set. 2024.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 35-58.

MAIA, M. M. **Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 46, p. 223–244, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645427>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MAINARDES, J. Análise das Políticas Educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan. abr. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282123770_Analise_de_politicas_educacionais_breves_consideracoes_teorico-metodologicas. Acesso em: 22 de junho de 2022.

MARCONDES, M. M.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n165398. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/65398>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARCOVITCH, J. **Repensar a Universidade II: Impactos para a sociedade**. Colaboradores: Nina Ranieri... [et al.]. - São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2019.

MARIN, S. R.; QUINTANA, A. M. Amartya Sen e a escolha social: uma extensão da teoria da justiça de John Rawls? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 3, p. 509–532, set. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rec/a/xtLnVgpdnY3Xs7wrgZ9zwXB/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 15 fev. 2023.

MARQUES, Fabrício. Levantamento analisa diversidade racial entre mestres e doutores - Pretos e pardos têm ingresso limitado na pós-graduação, mas os titulados conseguem bom acesso a empregos formais. **Revista Pesquisa Fapesp**, edição 355, set. 2025.

MENEZES FILHO, N. O FIES e o Financiamento do Ensino Superior no Brasil: Impactos e Desafios. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 21, nº 66, 2016, pp. 185-204.

MENEZES FILHO, N. O Prouni e a Democratização do Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 20, nº 61, 2015, pp. 893-904.

MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. M. F. **Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil**. Dados, v. 58, n. 3, p. 749–789, jul. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/LgVhs5k7bhQNgnRyCvKBTRs/abstract/?lang=pt>

Acesso em: 02 fev. 2025.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 165-175, jun. 2006. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071/5043>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, E. I. I. DE; MOLINA, R. M. K. A ampliação da base social da educação superior no contexto do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais: o caso do ProUni. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 743–769, set. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/yswwsw7dK58ws8zgqnnqzj/?lang=pt#ModalHowcite>

Acesso em: 31 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. R. de; MELLO, L. C.; DIAS, C. C. R. **Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil**: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 58, p. e205804, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664326>. Acesso em: 25 jul. 2025.

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; PARREIRA, V. A. D. Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n174161. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/74161>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: PALUMBO, D. J. **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61.

PASSOS, J. C. DOS. RELAÇÕES RACIAIS, CULTURA ACADÊMICA E TENSIONAMENTOS APÓS AÇÕES AFIRMATIVAS. **Educação em Revista**, v. 31, n. 2, p. 155–182, abr. 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/GzcL6VPqbGDxbgzwvJ9Chy/?lang=pt#ModalHowcite>

Acesso em: 31 ago. 2022.

PENNA, F.; QUEIROZ, F.; FRIGOTTO, G. (Ed.). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. LPP/UERJ, 2018.

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. DA E. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, n. 1, p. 27–51, jan. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/4TXZQd4JLzHvcBLpDvbhBks/?lang=pt> Acesso em: 12 set. 2022.

PERA, G.; MENEZES, D. **MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/78211-mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PEREIRA, A. C. R. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Entre ideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2015. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v4i2.8145. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/8145>. Acesso em: 7 jan. 2023.

PERELMAN, C. **The idea of justice and the problem of argument**. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1963.

PIRES, A.; ROMÃO, P. C. R.; VAROLLO, V. M. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240020, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YLHf6rGQFbkrL5Hy3mxSjvz/?lang=pt#> Acesso em: 10 set. 2022.

PLANETA, C. da S. [et al]. Impacto social das universidades. **Repensar a Universidade: Impactos para a Sociedade**. São Paulo, SP: Com-Arte, 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br> Acesso em: 31 de janeiro de 2025.

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 167-185, nov, 2014.

RAWLS, J. **O liberalismo político**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

RAWLS, J. **Uma teoria da Justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REIS, C. de M.; KAVALEK, D. S. Ser mulher, professora e cientista: representação social de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 12, n. 00, p. e026031, 2025. DOI: 10.20396/riesup.v12i00.8676766. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8676766>. Acesso em: 25 jul. 2025.

REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA. Grupo de pesquisa Café com Sociologia, 2016. RODRIGUES, A. I. T. Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 33, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n193606. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/93606>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RODRIGUES, J.; GUIMARÃES, M. C. S. **A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino**: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 46, p. 197–222, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645418>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ROQUE, T.; OLIVEIRA, L. **Mulheres na ciência – o que mudou e o que ainda precisamos mudar**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2024. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.org/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROSALEN, E. **Entre desigualdades, limites e relações de gênero**: a democracia no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 56, p. 1–8, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8657183>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SANDEL, M. J. **A Tirania do Mérito**: O que aconteceu com o bem comum? trad. 6 ed. de Bhuvli Libanio]. 6 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANDEL, M. J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa? [trad. 6 ed. de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo]. 6 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANTOS, É. M. N.; LÉLIS, L. S. C.; VALE, C. **O direito à educação na perspectiva da justiça distributiva**: uma análise sobre a Reforma do Ensino Médio. *Educação*, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e67/ 1–25, 2020. DOI: 10.5902/1984644438228. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/38228> Acesso em: 5 jan. 2023.

SANTOS, V. M. dos. Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 801–823, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46750>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. DE S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 4, p. 941–964, ago. 2011.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 5–26, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7nTzmXCjfKjffj6Cq3bPpfq/?lang=pt> Acesso em: 10 set. 2022.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, 1990.

SCOOT, J. W. O enigma da igualdade. **Florianópolis: Revista Estudos Feministas**, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jan. 2023.

SOUSA, L. P.; PORTES, É. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 516-541, set./dez. 2011.

SCHWARTZMAN, S. O FIES e a Democratização do Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 20, nº 61, 2015, pp. 881-892.

SCHWARTZMAN, S. O Prouni e a Democratização do Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 20, nº 61, 2015, pp. 905-916.

SILVA, G. H. G. D. Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro: Caminhos para a Permanência e o Progresso Acadêmico de Estudantes da Área das Ciências Exatas. **Educação em Revista**, v. 35, p. e170841, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/JJds6YhTYpWn68F3XY3ccVS/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, N. N. da; SANTOS, A. P. DOS.; REIS, J. M. DOS S. Assistência Estudantil e Ações Afirmativas: Um estudo das Condições Materiais e Simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dmDJKXcngXtVZFHYBVvLBmv/?lang=pt> Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, N. E. A.; RAMALHO, C. C.; VIEIRA, J. J. Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024014, 2022. DOI:

10.20396/riesup.v10i00.8668115. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8668115>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/03/Classe-operaria-web.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SUDBRACK, E. M.; NOGARO, A. Por uma universidade para o mercado ou para todos: democracia e emancipação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 417–431, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7783.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650612>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TAVARES, M.; GOMES, S. Fundamentos epistemológicos da matriz institucional dos novos modelos de educação superior no Brasil: uma abordagem qualitativa dos documentos institucionais da Universidade Federal do ABC. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 634-651, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177569>>. Epub 11 Dez 2017. ISSN 1678-4626.

<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177569>

TORRES GOMES, C. B. Desigualdade de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras: uma interlocução com a perspectiva dos estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n166177.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/66177>. Acesso em: 25 jul. 2025.

TOSI, L. **Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 10, p. 369–397, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 25 jul. 2025.

USTÁRROZ, E.; QUADROS, S. F. de; MOROSINI, M. C. Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 538–562, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i3.7790. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650622>. Acesso em: 25 jul. 2025.

VASCONCELLOS, E. da C. C.; BRISOLLA, S. N. **Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 32, p. 215–265, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644907>. Acesso em: 25 jul. 2025.

VEIGA, C. G. Discriminação Social e Desigualdade Escolar na História Política da Educação Brasileira (1822-2016): Alguns Apontamentos. **História da Educação**

[online]. 2017, v. 21, n. 53 [Acessado 12 Setembro 2022], pp. 158-181. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/73607>>. ISSN 2236-3459.

VELOSO, T. C. M.; NOGUEIRA, P. S.; LUZ, J. N. Políticas públicas de acesso na educação superior: uma análise a partir dos indicadores da realidade. **Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br. Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios**, Rio Grande do Norte, v. 1, p. 1050-1069, 2014.

VELHO, L.; LEÓN, E. **A construção social da produção científica por mulheres**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 10, p. 309–344, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474>. Acesso em: 25 jul. 2025.

VIANNA, C. E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Revista Janus, Lorena**, v. 3, n. 4, 2006.

VITA, Á. de; BORON, A. A. Este livro reúne os textos apresentados... [Prefácio]. **Teoria e filosofia política: a recuperação dos clássicos no debate latino-americano**, 2004.

WERLANG, R. P.; TREVISOL, M. G. Delimitação da área de conhecimento científico da educação superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025012, 2023. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8673476. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8673476>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ANEXOS

ANEXO 1 – Artigos selecionados - História de vida REF

	REVISTA	ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	REFERÊNCIA
1	REF	<u>Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional</u>	2025	Abby Irene Templer Rodrigues	Missouri State University	RODRIGUES, Abby Irene Templer. Participação de mulheres em STEM: uma reflexão interseccional. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 33, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n193606. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/93606 . Acesso em: 25 jul. 2025.
2		<u>Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil</u>	2023	Fabiana Alves Rodrigues	DCP/USP	ALVES RODRIGUES, Fabiana. Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 31, n. 1, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n182532. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/82532 . Acesso em: 25 jul. 2025.

3		<u>Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas</u>	2022	Ligia Carolina Oliveira-Silva e Vanessa Aparecida Diniz Parreira	Universidade Federal de Uberlândia	OLIVEIRA-SILVA, Ligia Carolina; PARREIRA, Vanessa Aparecida Diniz. Barreiras e enfrentamentos de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 30, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n174161. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/74161 . Acesso em: 25 jul. 2025.
4		<u>Os esquemas de gênero e suas cicatrizes irreversíveis: ainda sobre a relação entre mulheres e ciências</u>	2021	Alinne de Lima Bonetti e Alana Pacheco dos Reis Verani	UFSC	BONETTI, Alinne de Lima; PACHECO DOS REIS VERANI, Alana. Os esquemas de gênero e suas cicatrizes irreversíveis: ainda sobre a relação entre mulheres e ciências. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n378320. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/78320 . Acesso em: 25 jul. 2025.
5		<u>Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia</u>	2021	Rayane Monique Bernardes, Kelly Beatriz Vieira Torres, Carolina Reciate Costa -	Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de São João Del-Rei, Universidade Federal de São João Del-Rei.	BERNARDES, Rayane Monique; TORRES, Kelly Beatriz Vieira; COSTA, Carolina Reciate. Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1803-9584-2021v29n161470. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61470 . Acesso em: 25 jul. 2025.
6		<u>Transversalidade de gênero em política pública</u>	2021	Mariana Mazzini Marcondes e Marta Ferreira Santos Farah	EAESP/FGV -	MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n165398. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/65398 . Acesso em: 25 jul. 2025.

7		<u>Desigualdade de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras: uma interlocução com a perspectiva dos estudos de gênero</u>	2021	Catarina Barbosa Torres Gomes	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)	TORRES GOMES, Catarina Barbosa. Desigualdade de acesso ao Programa Ciência sem Fronteiras: uma interlocução com a perspectiva dos estudos de gênero. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 29, n. 1, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n166177. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/66177 . Acesso em: 25 jul. 2025.
8		<u>Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas</u>	2018	Tatiane Furukawa Liberato Thales Haddas Novaes de Andrade	UFSCar	LIBERATO, Tatiane Furukawa; ANDRADE, Thales Haddas Novaes de. Relações de gênero e inovação: atuação de mulheres nos NITs paulistas. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 26, n. 2, 2018. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41763 . Acesso em: 25 jul. 2025.
9		<u>Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil</u>	2016	Vívian Matias dos Santos	UFPE	SANTOS, Vívian Matias dos. Uma “perspectiva parcial” sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 24, n. 3, p. 801–823, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46750 . Acesso em: 25 jul. 2025.
10		<u>Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas</u>	2016	Lindamir Salete Casagrande/ Ângela Maria Freire de Lima e Souza	Universidade Tecnológica Federal do Paraná/ Universidade Federal da Bahia	CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 24, n. 3, p. 825–850, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46752 . Acesso em: 25 jul. 2025.
11		<u>As mulheres praticando ciência no Brasil</u>	2016	Márcia Gorett Ribeiro Grossi/ Shirley Dowslei Bernardes Borja/Aline Moraes Lopes/Aleixina Maria Lopes Andalécio	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/Faculdade Novos Horizontes	GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Dowslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. As mulheres praticando ciência no Brasil. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 24, n. 1, p. 11–30, 2016. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269 . Acesso em: 25 jul. 2025.

12		<u>As mulheres na Ciência da Computação</u>	2013	Michelle Pinto Lima	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	LIMA, Michelle Pinto. As mulheres na Ciência da Computação. Revista Estudos Feministas , [S. l.], v. 21, n. 3, p. 793–816, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000300003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300003 . Acesso em: 25 jul. 2025.
13		<u>Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio</u>	1999	Cristina Bruschini	Fubdação Carlos Chagas	BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. Revista Estudos Feministas , [S. l.], p. 9, 1999. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950 . Acesso em: 25 jul. 2025.

ANEXO 2 – Artigos selecionados - História de vida PAGU

	REVISTA	ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	REFERÊNCIA
1	PAGU	<u>Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações</u>	2020	Jussara Ribeiro de Oliveira/ Livia Coelho Mello/Camila Carneiro Dias Rigolin	UFSCar	Participação feminina na pesquisa sobre tecnologia da informação no Brasil: grupos de pesquisa e produção científica de teses e dissertações. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 58, p. e205804, 2021. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664326 . Acesso em: 25 jul. 2025.
2		<u>Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil</u>	2019	Eloísa Rosalen	UFSC	Entre desigualdades, limites e relações de gênero: a democracia no Brasil. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 56, p. 1–8, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8657183 . Acesso em: 25 jul. 2025.
3		<u>Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional</u>	2016	Rebeca Buzzo Feltrin E Janaina Oliveira Pamplona da Costa	Universidade Estadual de Campinas	Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 48, p. 84–119, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648411 . Acesso em: 25 jul. 2025.

4		<u>Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios</u>	2016	Betina Stefanello Lima e Maria Conceição da Costa	CNPQ e Universidade Estadual de Campinas	Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 48, p. 120–158, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648412 . Acesso em: 25 jul. 2025.
5		<u>Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”</u>	2016	Neiva Furlin	UFPR	Cruzando fronteiras de gênero: a docência feminina em campos profissionais “masculinos”. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 48, p. 281–320, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648414 . Acesso em: 25 jul. 2025.
6		<u>Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia</u>	2016	Maria Conceição Costa e Rebeca Buzzo Feltrin	Universidade Estadual de Campinas	Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 47, p. 483–491, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647271 . Acesso em: 25 jul. 2025.
7		<u>A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa</u>	2016	Jeorgina Gentil Rodrigues e Maria Cristina Soares Guimarães	UFRJ	A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 46, p. 197–222, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645418 . Acesso em: 25 jul. 2025.
8		<u>Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação</u>	2016	Marcel Maggion Maia	USP	Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 46, p. 223–244, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645427 . Acesso em: 25 jul. 2025.
9		<u>A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq</u>	2015	Moema de Castro Guedes e Nara Azevedo e Luiz Otávio Ferreira	UFRRJ e UERJ	A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 45, p. 367–399, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645232 . Acesso em: 25 jul. 2025.

10		<u>Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp</u>	2009	Elza da Costa Cruz Vasconcellos e Sandra Negraes Brisolla	Universidade Estadual de Campinas	Presença feminina no estudo e no trabalho da ciência na Unicamp. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 32, p. 215–265, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644907 . Acesso em: 25 jul. 2025.
11		<u>A construção social da produção científica por mulheres</u>	1998	Léa Velho e Elena León	Universidade Estadual de Campinas e FAPESP	A construção social da produção científica por mulheres. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 10, p. 309–344, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474 . Acesso em: 25 jul. 2025.
12		<u>Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna</u>	1998	Lucía Tosi	UFMG	Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu , Campinas, SP, n. 10, p. 369–397, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705 . Acesso em: 25 jul. 2025.

ANEXO 3 – Artigos selecionados - História de vida REISup

	REVISTA	ARTIGO	ANO	AUTORES	INSTITUIÇÃO	REFERÊNCIA
1	REISP	<u>Ser mulher, professora e cientista: representação social de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em ciências da UFSB</u>	2026	Callyne de Moura Reis e Débora Schmitt Kavalek	Universidade Federal do Sul da Bahia	Ser mulher, professora e cientista: representação social de docentes do curso bacharelado interdisciplinar em Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 12, n. 00, p. e026031, 2025. DOI: 10.20396/riesup.v12i00.8676766. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8676766 . Acesso em: 25 jul. 2025.
2		<u>Delimitação da área de conhecimento científico da educação superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022</u>	2025	Rodrigo Pivetta Werlang e Marcio Giusti Trevisol	Universidade do Oeste de Santa Catarina	Delimitação da área de conhecimento científico da educação superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 11, n. 00, p. e025012, 2023. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8673476. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8673476 . Acesso em: 25 jul. 2025.

3		<u>Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade</u>	2024	Naanna Evangelista Agostinho Silva e Carla Chagas Ramalho e José Jairo Vieira	UFMC e UFRJ	Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade . Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024014, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8668115. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8668115 . Acesso em: 25 jul. 2025.
4		<u>Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de ensino superior as percebem?</u>	2024	Wilmo Ernesto Francisco Junior e Andreza Alves de Souza e Mônica dos Santos Ferreira	UFAL e UFPE e UFSE	Relações de gênero no meio acadêmico: como estudantes de ensino superior as percebem? . Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024033, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8670258. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670258 . Acesso em: 25 jul. 2025.
5		<u>A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?</u>	2023	Josiane Peres Gonçalves e Maria Cristina de Sousa Benitez	UFMS	A (in)existência de estudantes do gênero masculino no curso de pedagogia: por que eles desistem?. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023003, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v9i00.8661264. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8661264 . Acesso em: 25 jul. 2025.
6		<u>Educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate</u>	2022	Zoraia Aguiar Bittencourt e Thiago Ingrassia Pereira	Universidade Federal da Fronteira Sul	Educação superior em contexto emergente: a democratização da universidade brasileira em debate. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022021, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8665194. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8665194 . Acesso em: 25 jul. 2025.
7		<u>Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil</u>	2022	Izabella Pirro Lacerda e Maria Angela Mattar Yunes e Felipe Valentin	Universidade Salgado de Oliveira São Gonçalo	Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 8, n. 00, p. e022004, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v8i00.8663399. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663399 . Acesso em: 25 jul. 2025.

8		<u>Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico</u>	2017	Elisa Ustároz e Sérgio Feldmann de Quadros e Marília Costa Morosini	UC-RS/ Universidade Estadual de Campinas/ UFRGS	Democratização da educação superior brasileira: do acesso ao compromisso com o sucesso acadêmico. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 538–562, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i3.7790. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650622 . Acesso em: 25 jul. 2025.
9		<u>Por uma universidade para o mercado ou para todos: democracia e emancipação</u>	2017	Edite Maria Sudbrack e Arnaldo Nogaro	UFRGS	Por uma universidade para o mercado ou para todos: democracia e emancipação. Revista Internacional de Educação Superior , Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 417–431, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i2.7783. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650612 . Acesso em: 25 jul. 2025.

ANEXO 4 – Dados estatísticos

Considerando o elevado volume de dados estatísticos analisados nesta pesquisa, organizados em múltiplas abas, com grande quantidade de linhas e colunas, optou-se por não incluir integralmente as planilhas nos anexos desta tese. A apresentação desses dados em formato PDF comprometeria sua legibilidade, organização e adequada visualização. Dessa forma, visando garantir transparência, acesso integral às informações e melhor compreensão dos resultados, disponibilizou-se, em anexo, um link que direciona a um repositório digital, no qual se encontra a planilha completa utilizada nas análises.

<https://1drv.ms/x/c/f4bd62cfa98a54a4/IQAuBuMl8GbjRL0tVg7ZVg0pAS-SOzzlwebuV44FYrVGX8Y?e=G8iCbI>